REORIENTAÇÃO CURRICULAR

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ensino Fundamental 5° a 8° série

SUMÁRIO

11	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS
13	Linguagens, códigos e suas tecnologias
17	Língua portuguesa na educação de jovens e adultos
39	Língua inglesa na educação de jovens e adultos
57	Arte na educação de jovens e adultos
87	Educação física na educação de jovens e adultos
95	CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA
97	Ciências da natureza e matemática
99	Matemática na educação de jovens e adultos
117	Ciências na educação de jovens e adultos
135	CIÊNCIAS HUMANAS
137	Ciências humanas
139	História na educação de jovens e adultos
155	Geografia na educação de jovens e adultos

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS

LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS

Fazem parte como elementos componentes desta área curricular os estudos de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Educação Artística e Educação Física.

São interesses essenciais desses estudos o uso e a compreensão dos sistemas estruturadores de sentido dessas distintas linguagens: verbais, icônicas, corporais, sonoras e tecnológicas e, exatamente por serem linguagens, organizam cognitivamente a realidade e possibilitam o entendimento dos significados por elas veiculados, fruto da interação entre os parceiros da situação comunicativa, situados historicamente. O conhecimento assim construído é compartilhado entre os indivíduos que são participantes ativos desse processo de criação, interpretação e recriação do mundo

A proposta da área é a de criar condições para que os alunos possam comunicar-se em várias linguagens, respeitando as diferenças. O trajeto dessa construção passa por dois momentos básicos:

O momento de produção, durante o qual se ensina ao aluno como utilizar-se das diversas ferramentas colocadas à sua disposição para a construção de possibilidades de significação; nesse caso, trata-se de competências de representação e comunicação, tais como apropriar-se dos diversos meios lingüísticos – compreendendo-se aí linguagem de maneira ampla – para usálos adequação à situação comunicativa em que o ato comunicativo se insere, adequação essa realizada por meio de seleção vocabular, estruturação sintática, variação lingüística etc.

Nesse momento de produção deve-se procurar o domínio do material específico de cada linguagem da área; no caso da linguagem, que permeia o conhecimento, o pensamento e a ação, as operações lingüísticas responsáveis pela estruturação de sentido dos textos – a operação de designação (responsável pelas entidades textuais), a operação de determinação (responsável pelos vários tipos de determinantes inseridos nos textos), a operação de atribuição (encarregada de dar atributos pertinentes aos nomes e aos verbos), a operação de processualização (responsável pelas ações, acontecimentos e estados), a operação de conexão (responsável pelos conectores ou elementos de ligação) e a operação de modalização (encarregada de inserir opiniões dos autores dos textos sobre o conteúdo por eles veiculados). Todas essas operações geram determinadas categorias lingüísticas que vão além das classificações tradicionais, mas bem mais visíveis e coerentes. O mesmo ocorre nas demais linguagens, já que todas elas dispõem de distintos elementos que participam da construção de um mundo com sentido e, como é sabido, todo ato de comunicação humana é fundamentalmente existente em função da produção de sentido. Todas essas operações se referem à competência lingüística dos produtores de sentido, que se utilizam dos meios lingüísticos para esse fim. O momento de produção inclui os aspectos textuais de coesão, coerência e progressão textual.

O segundo momento é o do consumo, em que todas as energias intelectuais estão voltadas para a busca da significação, ou das significações possíveis de um texto. Nesse segundo momento, as competências responsáveis pela tarefa são: a competência lingüística, voltada nesse caso para a apreensão dos significados construídos pelos meios lingüísticos nos textos, o que, neste caso, corresponde aos efeitos de sentido das várias possibilidades estruturadoras da linguagem.

Além disso, uma segunda competência – a competência situacional – procura justificar a inserção de um determinado texto num momento histórico específico, já que não há linguagem no vazio. Essa relação texto-situação é de extrema importância para a delimitação de significados possíveis num plano original de construção de um texto. Nada impede, porém, que em outro momento histórico, diferente do original, o mesmo texto possa adquirir novas significações, adequadas a um mundo novo por coincidência histórica.

Uma terceira competência é a competência cultural, que possibilita ao aluno trabalhar com as diversas informações do texto, não só as fundamentais, fruto da experiência direta das relações co o mundo, mas as de caráter de informação histórica, estruturadora de valores que acabam por modificar a própria linguagem. Essa competência cultural se amplia para o espaço intertextual, em que textos permeiam textos.

Uma quarta competência é a competência pragmática, aqui compreendida como a que estabelece certas relações entre os parceiros da situação comunicativa, relações essas construídas nos usos lingüísticos, ou seja, na seleção realizada nesses meios colocados à disposição do usuário.

Uma quinta competência é a que se poderia denominar competência discursiva, em que o receptor do texto se apropria de conhecimentos relacionados aos vários modos de organização discursiva – narrativo, descritivo, dissertativo expositivo e argumentativo, e conversacional – e da tipologia textual – textos informativos, didáticos, normativos, preditivos, apelativos, expressivos, instrucionais e fáticos – e suas respectivas gramáticas para uma mais perfeita apreensão dos significados.

As consequências desse posicionamento geram uma nova visão do ato de linguagem e uma necessidade nova de apresentá-la aos alunos como algo vivo, de que todos participam. É indispensável que o estudo de linguagem possa propiciar aos alunos uma sensação de responsabilidade lingüística de construção e não somente de mero espectador. Tal mudança de ponto de vista,no entanto, não pode e não deve ser feita a partir do desprezo pelos conhecimentos tradicionais, esse imenso acervo de conhecimentos acumulados ao longo dos estudos, mas sim por meio de um novo enfoque desses mesmos fenômenos que geraram tais conhecimentos. Esses estudos propõem, então, uma união entre o que já foi feito e o que deve ser enriquecido com novas contribuições, principalmente de um terreno que poderíamos denominar, de maneira abrangente, de estudos lingüístico-textuais.

Não se trata aqui de uma cabala, mas sim de fazer chegar a todos os atuantes na área de educação, particularmente os de ensino de línguas, todas essas novas maneiras de ver o texto e o mundo por ele representado. Essa tarefa é realizada por meio de atividades que dão consciência ao usuário de algo já sabido, mas não conscientizado, o que impede o seu emprego consciente e pertinente.

Como esclarecimento, cabe a explicação de que o entendimento de texto aqui professado é o de uma maneira ampla, ou seja, como qualquer elemento ou manifestação que comunique uma idéia, seja um filme, uma música, um cartaz publicitário ou uma receita médica e que, diante dos vários textos, o aluno possa atuar como produtor de significações e não mero espectador de algo já pronto, como pretendia a posição clássica de arte.

Como todo texto dialoga com outras linguagens, é imprescindível que se façam ligações com outras áreas e linguagens, ressalvando-se sempre a preocupação de indicar os pontos comuns que fazem de todas essas áreas um espaço comum. Tais ligações e a reflexão sobre as diversas linguagens é posicionamento decisivo para a construção de cidadãos ativos na participação social, já que não se sentiriam jamais excluídos do mundo porque ausentes do processo de construção de sentido pelas linguagens.

Os diversos módulos de estudo dessa área devem dar conta dessa preocupação cidadã, fazendo com que o aluno do EJA se sinta protagonista no processo de produção e recepção de conhecimentos.

LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Consultor

Agostinho Dias Carneiro Professores Especialistas Agostinho Dias Carneiro

André Crim Valente Antonio Sérgio Ramos Teixeira Liliane Machado Silvana Bavma Violeta Rodrigues

1 - O PAPEL DA DISCIPLINA

Uma língua natural é um arquivo onde se localizam as experiências, os saberes e as crenças de uma comunidade; tal arquivo, porém, não permanece inerte, ao contrário, está em permanente atividade, parte da qual é revisionista: os falantes mudam o valor ou a vigência das palavras e expressões.

Desse modo, o grande arquivo idiomático constitui um cenário de tensões deliberadas ou inconscientes que atuam nas direções que indicou Saussure, necessárias para a vida das línguas: umas, de fato, são centrípetas, e se opõem às mudanças no corpo idiomático enquanto outras são centrífugas, atuantes no sentido contrário. Tais forças, conservando ou destruindo, montam novas possibilidades de expressão, sempre na expectativa de superação da universalidade e analitismo da língua, em busca de maior sintetismo e individualidade, que marcam a nossa utilização pessoal do idioma.

Nessa mudança contínua, cabe à escola, aos métodos pedagógicos, aos pesquisadores universitários a tarefa de atualização de todos os elementos que se envolvem no processo educacional, principalmente num momento histórico como o que atravessamos, de alterações de rumos bastante profundas. É bastante visível a invasão da escola pelos novos conhecimentos de base textual que, desde a década de 60, têm crescido ininterruptamente, mas que, infelizmente, não conseguiram ainda a cooperação consciente de nosso corpo de professores de língua portuguesa, não porque não tenham competência para fazê-lo, mas sim porque lhes faltam instrumentos básicos de acesso, como, por exemplo, obras de sistematização desses conhecimentos que, possam, de forma organizada, colocar à disposição de todos os saberes já construídos.

Ensinar Língua Portuguesa, hoje, significa dar-se conta das mudanças, o que não significa o abandono de todo o imenso acervo de informações construídas e obtidas pelas gerações anteriores: conhecer o texto tem como ponto de partida um conhecimento ainda maior da sintaxe e da estruturação morfológica. Mudar de orientação, da frasal para a textual, significa a utilização de novos recursos, que podem enriquecer a compreensão autêntica do uso de um idioma, e não o desprezo pelo caminho já percorrido.

Mas, dada a dificuldade de sistematização, que inclui a uniformidade terminológica, o que fazer? Pela ausência do corpo doutrinário sistemático, o caminho que resta é o da apreensão dessas novas gramáticas por meio do estudo de textos, não de textos literários ou jornalísticos somente, mas de todos os textos - as charges, os cartazes de rua, as bulas de remédio, os cartões da loteca, os requerimentos, as orações, as cantigas de roda, os desenhos e mesmo as paisagens. Cada um desses textos contemplados possibilita o acesso a regularidades textuais que pertencem a um duplo nível: ao nível discursivo e ao nível tipológico, que permite apreender num texto os demais textos, ver num texto de agora os textos futuros do mesmo universo. Essa é, finalmente, a tarefa da didática: examinar um caso para preparar o aluno para outros casos inéditos.

O ensino de uma língua envolve coragem de aprendizado - do aluno e do professor - e persistência de divulgação para que a consciência de novos conhecimentos em terreno alheio permita a semeadura na própria horta. A Língua Portuguesa é, assim, uma construção comum e, como tal, todas as atividades didáticas devem dirigir-se a esse propósito de construção de conhecimentos por meio da construção de sentidos, dentro de um mundo historicamente considerado. Para isso, o ensino de língua não pode abrir mão de toda uma imensa série de recursos colocados à disposição de todos – e, no caso de ausência de recursos, cabe à escola e às autoridades providenciá-los - para que nossos objetivos educacionais sejam atingidos, adequando-se as ferramentas aos operários e ao momento em que lhes coube viver. Assim, filmes, exposições, computadores, a Internet, cinema, teatro, discussões são caminhos que não devem e não podem ser desprezados, fazendo com que a escola participe da vida e não fazendo dela um museu, em que se refugiam escapistas de várias ordens. O conhecido professor Celso Cunha dizia que uma aula de língua portuguesa só tem sentido se, após o toque de término dessa aula, ela continuar no recreio, querendo com isso mostrar a escola como mais uma ponte de consciência para nosso viver diário.

E exatamente esse caminho que pretendemos trilhar nesse projeto, caminho pavimentado por atividades conscientizadoras das estratégias lingüísticas colocadas à disposição dos usuários. Nosso projeto inclui etapas:a primeira de aquisição de ferramentas, a segunda, de utilização racional e consciente dessas ferramentas e, finalmente a de apreensão dos significados construídos.

2 - OS OBJETIVOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os objetivos do ensino de língua portuguesa se resumem à aquisição de competências por parte dos alunos, competências essas que, segundo Patrick Charaudeau, se agrupam em:

2.1. Competência linguageira

Trata-se, aqui, da articulação entre linguagem e ação; a articulação entre um externo e um interno da linguagem, e correlativamente, estruturação desse externo de uma parte e níveis de organização do interno de outra. No ponto de vista de Charaudeau, no prolongamento das teorias da pragmática, da enunciação e da sociolingüística, não há ato de comunicação em si, ou seja, que signifique pelo simples fato de produzir um enunciado ou um texto. Para que o sentido seja produzido, é necessário que o que é dito esteja ligado ao conjunto de condições nas quais o que está dito está dito. O que é freqüentemente denominado em análise do discurso "condições de produção". Mas essas condições de produção não são completamente idênticas às condições de interpretação, já que temos dois temas que se encontram em processos cognitivos diferentes. É, entretanto, necessário que esse ato de comunicação conduza à intercompreensão. Daí a necessidade de imaginar o que seriam as condições ideais de um ato que visa à intercompreensão, isto é, que permitem o encontro dos dois processos. Essa é a razão de se propor retomar as questões tratadas pela pragmática, pela enunciação e pela sociolingüística dentro de uma teoria do sujeito. A construção do sentido, através de qualquer que seja o ato linguageiro, é o fato de um sujeito que se dirige a um outro sujeito, numa situação de troca particular que o sobredetermina em parte na escolha dos meios linguageiros aos quais ele recorrerá. Isso levou à elaboração de um modelo de três níveis em que cada um dos níveis corresponde a um tipo de competência do sujeito: o nível "situacional" correspondendo à competência situacional, o nível "discursivo" à competência discursiva e o nível "semiolingüístico" à competência semiolingüística.

2.2 - A competência situacional

A competência situacional exige de qualquer sujeito que se comunica e interpreta que ele esteja apto a construir seu discurso em função da identidade dos parceiros da troca, da finalidade da troca, do propósito em jogo e das circunstâncias materiais dessa troca.

A identidade dos parceiros da troca determina "quem fala a quem?", em termos de estatuto, de papel social e de lugar nas relações de força (hierarquia). E a identidade do sujeito falante que determina e justifica seu "direito à palavra" (por exemplo, não se pode dirigir a palavra a alguém na rua a não ser para perguntar a hora ou por um endereço).

A finalidade do ato de comunicação se define através da resposta à questão implícita: "eu estou aqui para dizer o quê?", e nesse nível de generalidade a resposta é dada em termos de finalidades discursivas ("prescrição", "solicitação", "informação", "incitação", "instrução", "demonstração"). É o que faz com que uma mesma pergunta como "Qual é a sua idade?"

- que corresponde a uma finalidade de "solicitação" - ganhe um significado próprio segundo a finalidade situacional na qual ela é produzida (o consultório de um médico, uma delegacia de polícia, uma sala de aula, etc.).

O propósito é o que faz eco ao princípio de pertinência, com a idéia de que toda situação se insere num domínio temático. Trata-se da tematização, isto é, da maneira pela qual é estruturado "aquilo de que se fala", em termos de temas (macro- e micro-temas).

As circunstâncias materiais permitem distinguir variantes no interior da situação global de comunicação, variantes que levam à situação sua dose de especificação, sendo elas que determinam as situações de troca orais (interlocutivas) ou escritas (monolocutivas):

- nas situações interlocutivas, o sujeito que toma a iniciativa de falar se apropria do espaço de fala, excluindo o outro, impondo-se a ele (mesmo que momentaneamente); mas ao mesmo tempo, ele fica à mercê das reações desse outro, de suas intervenções, daí as trocas que se caracterizam por uma luta para justificar seu direito à fala e para orientar a tematização escolhendo, introduzindo ou modificando os temas da troca. É o que produz como efeito a produção de atos de linguagem descontínuos cuja coerência não depende de um só locutor, mas de dois.
- nas situações monolocutivas nada disso ocorre, já que o sujeito falante, iniciador do espaço de locução, não cede a palavra a ninguém. Neste caso, o outro, não estando fisicamente presente (ou não tendo direito à fala - conferência), é solicitado pelo sujeito falante e colocado num lugar que aquele lhe quer atribuir. Do mesmo modo, esse outro, não podendo interagir no imediato (só o pode fazer diferidamente), a justificativa do direito de fala não tem razão de ser, e a luta discursiva, sempre possível, só poderá ser feita por simulação (antecipar ou imaginar as reações-objeções do outro). De imediato, o sujeito falante é relativamente dono do espaço de tematização; e ele introduz, o impõe ao outro e o desenvolve a seu modo e pode levá-lo a seu termo, sem levar em consideração as reações do outro.

Vê-se que, de uma maneira geral, o sujeito da interlocução é um sujeito que deve defender constantemente seu direito à fala, regulando, da melhor forma possível, os movimentos de aceitação ou de rejeição do outro, enquanto o sujeito da monolocução é um sujeito que solicita o outro e se impõe a ele, impondo-lhe seu universo e sua organização temática.

Há somente esses dois tipos de situações locutivas. Outras situações materiais podem intervir e é o que distingue, por exemplo, a publicidade de rua (cartazes, outdoors), da publicidade das lojas (folhetos) e da televisão (inserções de animação), além do que possuem em comum, como situação global. Por exemplo, do mesmo modo, é o que distingue, no interior da situação de comunicação política, os discursos produzidos em situação de meeting eleitoral, de declaração televisiva, de entrevista radiofônica, de análise da imprensa.

A competência situacional é, assim, o que determina a razão de ser de um ato de linguagem, o que é fundamental já que não há ato de linguagem sem essa razão de ser.

2.3 - A competência discursiva

A competência discursiva se decompõe em duas sub-competências (que correspondem, cada uma delas, a duas orientações da análise do discurso).

Uma que exige de todo sujeito que se comunica e interpreta que ele seja capaz de manipular(Eu)reconhecer(Tu) os processos de encenação discursiva que farão eco às limitações do quadro situacional. Esses processos são de duas ordens: enunciativa e enunciva.

Outra que exige de todo sujeito que ele seja apto a mobilizar saberes que ele deve pôr em palavras: é a ordem semântica.

Os processos de ordem *enunciativa* se referem às atitudes enunciativas que o sujeito falante constrói em função dos dados identificadores e relacionais da situação de comunicação (visto que sobredeterminados), mas também em função da imagem que ele quer dar de si mesmo e da imagem que ele quer atribuir ao outro. Ele fabrica, então, um Eu e um Tu da enunciação que coincidem com esses dados ou os mascaram (como, por exemplo, na ironia). Isso será feito com o auxílio do que denominamos jogo da modalização do discurso e da construção dos papéis enunciativos (de ordem elocutiva, alocutiva ou delocutiva). Tais processos realizam a situação de enunciação, que é necessário distinguir da situação de comunicação, que se liga ao quadro situacional.

Mas tal jogo deve ser feito, respeitando-se as normas que prevalecem num grupo social, se desejamos ter ou manter contacto com os outros. É aqui que se torna necessário incluir o estudo dos rituais linguageiros (escritos e orais) como o fazem os sociolingüistas. Porque existe um mercado social desses ritos que correspondem aos hábitos culturais de cada comunidade sociolingüística dada. É suficiente ir ao estrangeiro para constatar (se estamos abertos à diferença) que os rituais não são os mesmos que os da comunidade a que pertencemos. É preciso então uma aptidão do sujeito para reconhecer esses rituais, competência que adquirimos por aprendizagem social.

Os processos de ordem enunciva se referem aos "modos de organização do discurso": o modo descritivo que consiste em saber nomear e qualificar os seres do mundo, de modo objetivo ou subjetivo; o modo narrativo, que consiste em saber descrever as ações do mundo em relação com a busca dos diferentes actantes que nelas estão implicados; o modo argumentativo, que consiste em um saber organizar as cadeias de causalidade explicativas dos acontecimentos, e as provas do verdadeiro, do falso ou do verossímil. É preciso, também neste caso, uma aptidão do sujeito para saber manipular os diferentes modos de descrição, de narração e de argumentação, sobre os quais é necessário dizer que nada possuem de universal, cada comunidade cultural desenvolvendo seus próprios modos de organização do discurso. Adquire-se esse tipo de competência tanto pela experiência (leitura/escritura) quanto pela escola.

Os processos de ordem semântica referem-se ao que os cognitivistas denominam "o entorno cognitivo mutuamente partilhado" (Sperber 1989), ou seja, o fato de que para entender-nos, é preciso apelar para saberes comuns que são supostamente partilhados pelos dois parceiros da troca linguageira.

Tais saberes são de dois tipos:

- saberes de *conhecimento*, que correspondem a percepções e definições mais ou menos objetivas do mundo. Percepções de experiência partilhada: diz-se que o Sol se levanta e se põe; saber científico: sabe-se que é a Terra que gira em torno do Sol.
- saberes de *crença*, que correspondem aos sistemas de valores, mais ou menos normatizados, que circulam num grupo social, que alimentam os julgamentos de seus membros, e que, ao mesmo tempo, dão a esse grupo social sua razão de ser identificadora (opiniões coletivas). A aptidão requerida é, nesse caso, bem mais complexa ainda que as precedentes, na medida que repousa principalmente sobre a experiência de vida em sociedade,e onde esse ordem semântica do discurso se expressa de forma simultaneamente explícita e implícita. Isto é, relacionando o enunciado à identidade dos que conversam, à sua história interpessoal e às circunstâncias nas quais eles se comunicam. Como compreender que um pai, entrando em casa e exclamando, diante da bagunça causada pelos brinquedos espalhados pelo chão: "Puxa! Quantos brinquedos no chão!", obtenha como resposta que seu filho arrume os brinquedos? Por que mágica, esse enunciado, que expressa uma constatação e um espanto, ganha um valor de ordem (de fazer), se não é por seu valor implícito e pelo jogo de inferências que são comuns aos dois interlocutores? Uma teoria das inferências parece a mais apropriada para estudar esses fenômenos de interdiscursividade (o que se denomina igualmente o "dialogismo baktiniano") a fim de chegar-se a definir as condições para tal competência semântica.

2.4 - A competência semiolingüística

A competência *semiolingüística* exige de todo sujeito que se comunica e interpreta que ele esteja apto a manipular-reconhecer a *forma* dos signos, suas *regras de combinação* e seu significado, sabendo que estes são empregados para expressar uma intenção de comunicação, em relação com os dados do quadro situacional e as limitações da organização discursiva.

É nesse nível que se constrói o *texto*, se entendemos por texto, o resultado de um ato de linguagem produzido por um sujeito dado numa situação de troca social dada e com uma forma particular. Para construir um texto, é necessária uma aptidão de ajustar a sua formatação a uma intenção, em face das limitações precedentemente definidas.

Essa formatação é feita em três níveis, cada um deles exigindo um certo saber-fazer:

- um saber-fazer quanto à *composição textual*: de um lado, a composição do texto em seu entorno (o *paratextual*), isto é, a disposição dos diferentes elementos externos a um texto (por exemplo, a composição das páginas de um jornal e sua organização em seções, rubricas e sub-rubricas); por outro lado, a composição interna do texto, isto é, sua organização em partes, a articulação entre elas e os jogos de retomadas e relações de uma a outra.
- um saber-fazer quanto à *construção gramatical*, isto é, o emprego dos tipos de construção (ativa, passiva, nominalizada, impessoal), das marcas lógicas (os conectores), da pronominalização, da

anaforização, da modalidade e de tudo o que diz respeito ao "aparelho formal da enunciação", segundo expressão de Benveniste (verbos de modalidade, advérbios, adjetivos e diversas locuções).

• finalmente, um saber-fazer quanto ao emprego apropriado dos vocábulos lexicais segundo o valor social que eles veiculam. Como existe um mercado social dos rituais linguageiros, existe um mercado social dos vocábulos. Os dois, à força de serem empregados num determinado tipo de situação, acabam por adquirir um valor de mercado: eles se dotam de uma certa "força de verdade" e revelam por isso mesmo a identidade daqueles que os empregam ("posicionamento", "imagem da empresa", "fidelidade do público" remetem a grupos de profissionais de comunicação, assim como certas locuções).

Trata-se, então, de uma competência bem singular, que consiste em fazer reconhecer e utilizar os vocábulos segundo seu valor identificador e sua força de verdade, que testemunham o que alguns denominam "socioletos", isto é, a maneira de falar característica de um grupo social, que podem apresentar dimensões diversas (familiar, profissional, regional, nacional ou cultural).

Essa tríplice competência constitui as condições da comunicação linguageira. Não importa que se trate de três competências ou de uma só, que se compõe de três tipos de aptidão, o que importa de fato é que se considere que essa competência se constitui num movimento de vai-evem constante entre a aptidão de reconhecer-manipular os sistemas semiolingüísticos, estando esses três tipos de aptidão inseridos uns nos outros. Tal competência, se ela não pretende ser um julgamento, no sentido corrente, é bem ao contrário o resultado de uma montagem na qual se articulam saber-fazer e conhecimentos.

3 - CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À DISCIPLINA

Como já está implicitamente manifestado na alusão às competências acima expostas, os conhecimentos necessários à disciplina fazem parte do universo das demais disciplinas constantes no currículo. Um texto não se produz no vazio, como já foi dito, e por isso mesmo, é fundamental que, além dos conhecimentos específicos da área de linguagem, o aluno possa ter acesso a todos os conhecimentos cuja estruturação é feita por meio da linguagem.

Tais conhecimentos se dirigem, de forma específica, ao saber-fazer lingüístico:

- 1. saber observar
 - a situação de comunicação particular e pontual;
 - · os processos específicos de cada atividade que variam em função da intenção do usuário;
 - os elementos da língua realizados no léxico e na gramática.
- 2. saber manipular os elementos esparsos no texto;
- 3. saber aplicar as noções e estratégias adquiridas em situações semelhantes inéditas;
- 4. saber criar.

4 - POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS

Método é caminho e os caminhos são muitos, mas o ponto de partida é o texto, local onde se realizam todas as potencialidades da linguagem. Mais do que isso, parte-se de uma atividade didática denominada *interpretação de texto*, organizada de forma a que sejam contemplados todos os modos de organização discursiva e todos os tipos textuais, dentro de parâmetros tradicionalmente mais aceitos.

Todo texto a ser analisado deve ser precedido de uma introdução em que se anotam as indicações básicas para que o leitor possa observar o texto dentro de seu universo de produção; tais textos devem ser "completos em si mesmos", no dizer de Roland Barthes e, preferencialmente, de autores nacionais modernos; os textos devem ser selecionados também mediante critérios de adequação à faixa etária dos alunos, temática e formalmente; devem ser incluídas variantes lingüísticas de variados tipos.

O questionamento de cada texto obedece a critérios bastante claros: além da busca da significação do texto, almeja-se atingir preferencialmente os processos de construção dessa significação e, por isso mesmo, as perguntas propostas se dirigem mais ao processo que ao produto, mais à viagem que à chegada. A tipologia do questionamento é variada, adequada ao tipo de conhecimento a ser verificado.

Além do estudo textual, os módulos abordam aspectos pertinentes às várias operações de construção do texto e à montagem das várias competências no aluno. As operações de construção dizem respeito à passagem dos elementos da língua aos elementos discursivos, enquanto as competências se voltam para o externo da linguagem. Em uma palavra, tenta-se deslocar o leitor de uma posição de consumidor passivo do texto para uma posição de coparticipante na construção do sentido desse texto.

Metodologia para a Fala. Ouvir, falar, ler e escrever são atividades que se interinfluenciam, apesar das diferenças existentes entre língua escrita e língua falada. No entanto, vale lembrar que serão apontadas aqui algumas características específicas do discurso oral que o diferenciam do texto escrito, sem perder de vista, contudo, que há entre os usos orais e escritos uma complementariedade.

O discurso oral, utilizado através dos canais naturais, é limitado no tempo e no espaço, sendo sua produção e audição simultâneas. Por isso, a sua ordem cronológica é **irreversível** e sua permanência prende-se à memória do falante e do ouvinte. Nesse sentido, a sua linearidade é temporal.

No texto escrito a linearidade é espacial, já que a escrita é um sistema de traços codificados para registrar a linguagem oral; do encontro de uma linguagem com outra resulta uma mudança de código - passagem do canal auditivo para o visual. O fato de se tratar de um sistema de traços confere à escrita solidez e permanência. Esta última uma das principais características da escrita.

O discurso oral apresenta elementos prosódicos, portadores de significação, tais como acento, entoação, intensidade, pausa, ritmo, que o sistema gráfico da escrita não traduz, tentando fazêlo de maneira precária através da pontuação.

A percepção do discurso oral nem sempre ocorre de modo total e, às vezes, é até alterada. Caso seja necessário completá-la, interroga-se o interlocutor. No caso do texto escrito, uma eventual má percepção pode ser resolvida recorrendo-se a sucessivas leituras.

O discurso oral, quando dialogado, é construído coletivamente. Já o texto escrito é, geralmente, construído individualmente.

No oral, surgem enunciados fragmentados que não prejudicam o sentido do discurso como um todo. São traços, na maioria das vezes, de hesitações na articulação morfo-sintática entre o que se disse e o que se vai dizer, do desejo de acrescentar informações, ou, ainda, da produção de enunciados formulados prematuramente. Por isso, utilizam-se muitos marcadores discursivos, elementos fáticos e interjeições, que contribuem para uma economia do discurso e, ainda, repetições que traduzem, muitas vezes, a necessidade que o falante tem de se assegurar de que o seu discurso está sendo bem compreendido pelo seu interlocutor.

No escrito, utilizam-se elementos de ligação, conectivos, por exemplo, que neutralizam a fragmentação dos enunciados e se evitam as repetições, as redundâncias e a inclusão de elementos que alterem a sua organização linear.

No oral, o falante, para reproduzir o seu próprio discurso e/ou o dos outros, utiliza normalmente o discurso direto. No escrito, a reprodução do discurso é feita, normalmente, em discurso indireto.

No oral, o enunciado produzido é imediatamente ouvido, compreendido e já produziu os seus efeitos, quando desejamos anulá-lo ou modificá-lo. A fala corrige-se pouco a pouco através de marcas metalingüísticas que se inserem na sintaxe global do enunciado. Existe, por exemplo, todo um discurso da supressão caracterizado pelo emprego de expressões como "aliás", "perdão", "não, o que eu queria dizer era..."

No escrito, o enunciado só será lido posteriormente ao processo de produção, em vista disso é possível anular, acrescentar, corrigir o todo ou as partes e alterar a ordem das palavras ou das frases no texto.

Oral e escrito não evoluíram do mesmo modo. As variações no oral são muito mais rápidas e perceptíveis do que no escrito, provocando, às vezes, conflito de gerações. A escrita confere um caráter mais estático à língua e inibe a tendência evolutiva do oral.

Identifica-se o oral pela sua maior espontaneidade e afetividade, características menos valorativas sociolingüisticamente. Identifica-se o escrito pela sua neutralidade e pelo fato de ser auto-controlado, características mais valorativas sociolingüisticamente.

Apesar de oral e escrito possuírem formas próprias de organização e suas próprias regularidades, aproximam-se na maior parte dos fenômenos gramaticais. Portanto, as formas divergentes não são em número suficiente para que se considere a existência de dois sistemas, não sendo também pertinente uma hierarquização dessas formas.

Travaglia (1997:54), ao adaptar a caracterização de graus de formalismo proposta por Bowen (1972), parece também reconhecer a complementaridade entre língua oral e língua escrita defendida por Bacelar do Nascimento.

Veja-se o quadro apresentado por Travaglia mostrando que tanto fala quanto escrita apresentam graus de formalismo equivalentes:

Variedades de modo	Língua falada	Língua escrita	
	Oratório	Hiperformal	
	Formal (deliberativo)	Formal	
Variantes de grau e de formalismo	Coloquial	Semiformal	
Tormansino	Coloquial distenso	Informal	
	Familiar	Pessoal	

Observando-se o quadro de Bowen (1972) utilizado por Travaglia, nota-se a impropriedade de se associar a fala apenas ao aspecto informal e a escrita ao formal. Como se vê, em ambos os casos há graus de formalidade distintos.

Metodologia para a leitura. O estudo de Língua Portuguesa, nos Ensinos Fundamental e Médio, vem percorrendo um caminho no qual, paulatinamente, a visão descritiva e excessivamente metalingüística é substituída por outra, baseada, sobretudo, na idéia de que a linguagem é um processo de interação entre sujeitos. Como consequência dessa mudança de perspectiva do ensino em relação ao seu objeto, a preocupação com a nomenclatura gramatical e a fragmentação do discurso em frases soltas a serem "analisadas" pelos alunos deixam de ocupar o centro da aula. É necessário levar para o convívio do aluno na escola a língua viva, contextualizada em suas interações sociais. Por isso, o texto, em seus variados gêneros, passa a ser o núcleo do processo ensino/aprendizagem.

A língua não é um elemento estanque, dissociável de sua localização histórica, que possa ser desmembrado, analisado em cortes bem definidos, que elucidem, definitivamente, sua estrutura. Nem tampouco, o conhecimento pormenorizado da estrutura lingüística é capaz de garantir que aquele que o detém se transforme em um usuário eficiente da língua. Ao contrário, essas idéias tornam-se ilusórias, uma vez que a língua só existe quando de sua atualização em atos de fala ou escrita, que buscam sempre exercer uma função comunicativa e social bem definidas pelos seus interlocutores. A língua é permanentemente constituída a cada interação de um eu com um tu, que trazem para o processo de comunicação seus conhecimentos prévios e particulares da língua e do mundo. Observar a língua através de frases, períodos ou mesmo textos deslocados de seus contextos sócio-comunicativos é artificializá-la e, portanto, tornar vã a tarefa do professor.

Dentro dessa ótica, o professor não deveria ser aquele que ensina regras e classificações a partir única e exclusivamente de uma variedade lingüística, que a escola teria a função de disseminar, mas o mediador entre o aluno e a cultura letrada na qual ele se insere, facilitando a aquisição das competências lingüísticas capazes de torná-lo um bom leitor e um bom produtor de textos. A escola, assim, deve ser o espaço da reflexão sobre as práticas lingüísticas dos alunos, feitas, a todo o momento, dentro e, principalmente, fora do universo escolar.

É nesse contexto que deve se inserir as práticas de leitura. A leitura, antes de tudo, deve perder o caráter acadêmico com que tradicionalmente é feita pelo aluno na escola. A leitura, tipicamente escolar, apresenta-se ao aluno como algo pronto, que o alija da construção de sentido do texto, uma vez que o texto a ser lido ou já é apresentado como capaz de suscitar apenas uma leitura (aquela que o autor e o professor construíram), ou representa um modelo a ser seguido pelo aluno.

Por isso, cabe definir o que se concebe aqui por leitura. Ler é atribuir sentidos ao texto. A partir de uma gama de conhecimentos que o leitor previamente possui, a leitura deve ser um permanente diálogo entre os interlocutores ali colocados. A leitura escolar, portanto, para fazer sentido, deve recolocar o aluno na posição de sujeito dessa interlocução, retirando-o da posição passiva e improdutiva que hoje, na maioria dos casos, ocupa.

Dessa forma, as escolhas dos textos a serem trabalhados na escola e a relação dos alunos com esse texto devem receber atenção especial. A escola deve tentar o mais possível espelhar-se na realidade efetiva do aluno e nas suas permanentes trocas lingüísticas escritas. O aluno deve ir ao texto movido por um real interesse, que o transforme, efetivamente, em sujeito da leitura. Esse interesse pode ser movido por uma pergunta que o mobilize a buscar no texto uma resposta, por informações cujo acesso se mostre relevante ou mesmo pela gratuidade da leitura como fruição. O importante é que a leitura escolar faça sentido na vivência do aluno como cidadão, transformando-o em sujeito-leitor, tal como se coloca no seu cotidiano ao ler placas, receitas, jornais etc.

Cabe lembrar, ainda, que ler passou a ter uma acepção muito mais larga do que a tradição escolar atribuía. Não lemos um texto simplesmente quando decodificamos letras, sílabas e palavras, mas quando compreendemos as relações internas a ele e as externas, do texto com o mundo. Por essas razões, torna-se mister um trabalho centrado no texto como, simultaneamente, congregador e emanador de sentidos, como algo que não só seja entendido no âmbito especificamente lingüístico (nos fundamentos de sua textualidade, tais com relações de coesão, coerência etc.), como também nos diálogos que mantém com o contexto social que o produziu e que o consome como dado ideológico.

Tomando como elemento de partida textos que registrem um assunto claramente do interesse do aluno como cidadão, a função do professor seria a de estimular estratégias de leitura crítica pelo aluno, que deve instituir-se como construtor dos sentidos do texto lido. O aluno deve ser capaz, como sujeito da leitura, de perceber múltiplos pontos de vista, diferenças e semelhanças nas abordagens dos vários textos que lê, ideologias subjacentes às construções de sentido desejadas pelo autor, objetivos discursivos etc. Por isso, a escola deve tornar acessível ao aluno

textos dos mais variados gêneros, visto que na realidade cotidiana o aluno se depara com textos muitas vezes descartados pela escola tradicional e dos quais ele precisa constituir-se leitor crítico.

Assim, ao oferecer ao aluno oportunidade de se relacionar, numa interação lingüística, com textos os mais variados (artigos de jornal, charges, quadrinhos, receitas, manuais de instrução, bilhetes, cartas, e-mails, poemas, letras de música etc), a escola proporcionaria, consequentemente, a possibilidade de que esse aluno internalizasse as estratégias várias de construção dos textos e, não só os lesse mais eficientemente, como também os produzisse com competência.

5 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Fase V

1. Tipo de texto - Narrativas

- Identificar características estruturais desse tipo de texto;
- Identificar gêneros textuais diferentes de tipo narrativo, percebendo seus diferentes contextos comunicativos e objetivos discursivos;
- Identificar diferenças entre narrativas orais e escritas;
- Narrar, apropriando-se das estratégias discursivas percebidas.

2. Elementos constitutivos dos textos de tipo narrativo

2.1. Personagem

- Identificar personagens e tipos de personagem;
- Caracterizar personagens física e psicologicamente.

2.2. Tempo

• Identificar tempo cronológico

2.3. Espaço

- Identificar espaço físico
- Caracterizar espaço físico
- Identificar influências do espaço físico nos personagens e no enredo.

3. Fatos da língua

3.1. A linguagem

• Identificar textos em linguagem verbal e em linguagem não-verbal;

3.2. Modalidades da linguagem verbal.

- Identificar características da língua escrita e da língua falada;
- Identificar a pertinência da língua falada na escrita, segundo o gênero textual.

3.3. Variações lingüísticas

- Identificar características do registro formal;
- Identificar características do registro informal;
- Redigir textos predominantemente em registro formal;
- Redigir textos predominantemente em registro informal;
- Transcrever estruturas em registro informal para registro formal e vice-versa.

3.4. Entonação e Pontuação

- Identificar a pontuação como recurso visual para indicar a entonação;
- Identificar a função dos diferentes sinais de pontuação;
- Empregar os sinais de comunicação.

3.5. Elementos da comunicação

• Identificar os elementos da comunicação.

3.6. Ruído na comunicação

- Identificar ruído causado por ambigüidade;
- Interpretar ruído;
- Reescrever estruturas ou textos eliminando o ruído.

Fase VI

1. Tipo de texto

1.1. Texto poético: Poesia

- Diferençar o texto em prosa do texto em verso;
- Identificar características formais da poesia: verso e estrofe;

- Identificar rima;
- Correlacionar significado das palavras no contexto: a conotação

1.2. Textos de mídia impressa

- Identificar textos de mídia impressa;
- Identificar as características dos diversos gêneros textuais desse tipo de texto;
- Interpretar textos de mídia impressa.

2. Descrição e Narração

- Identificar características da descrição;
- Identificar segmentos descritivos na narração.

3. Fatos da língua

3.1. Língua

• Diferençar língua e linguagem;

3.2. Funções da linguagem

- Identificar funções da linguagem
- Identificar predominância de determinada função da linguagem em um texto.

3.3. Processos de estruturação da língua

- Identificar seleção e combinação como processos da estruturação lingüística;
- Identificar, na seleção e na combinação, a coesão;
- Reconhecer que seleção e combinação funcionam simultaneamente, na língua,
- Identificar as características do signo lingüístico;
- Diferençar signo lingüístico de símbolo.

3.4. Classe e função

- Identificar o significado de classe;
- Identificar o significado de função;
- Correlacionar classe e função a determinado e determinante.

3.5. Tempo verbal

3.6. Aspecto verbal

3.7. Acentuação tônica e acentuação gráfica

Fase VII

1. Gêneros textuais

- 1.1. Diários
- Identificar as características estruturais de um diário pessoal ou de trabalho (de viagem etc).
- 1.2. Crônica
- Identificar as características estruturais da crônica.
- 1.3. Conto
- Identificar as características estruturais do conto.

2. Fatos da língua

- 2.1. Classes de palavras
- Identificar, em um contexto lingüístico, as diversas classes gramaticais, segundo critérios mórficos, semântico e sintático;
- Reconhecer os mecanismos básicos da flexão nominal e verbal da língua portuguesa;
- Identificar o sintagma nominal (SN) e nele distinguir as funções de determinado e determinante:
- Enunciar o princípio básico da concordância nominal;
- Empregar o artigo, o pronome e o numeral em estruturas SN;
- Reconhecer o papel conectivo da preposição e da conjunção.

Fase VIII

1. Gêneros textuais

- 1.1. Poemas
- 1.2. Textos instrucionais
- 1.3. Letras de música
- 1.4. Charges e quadrinhos
- 1.5. Dissertação (editoriais de jornal, cartas argumentativas etc.).

2. Fatos da língua

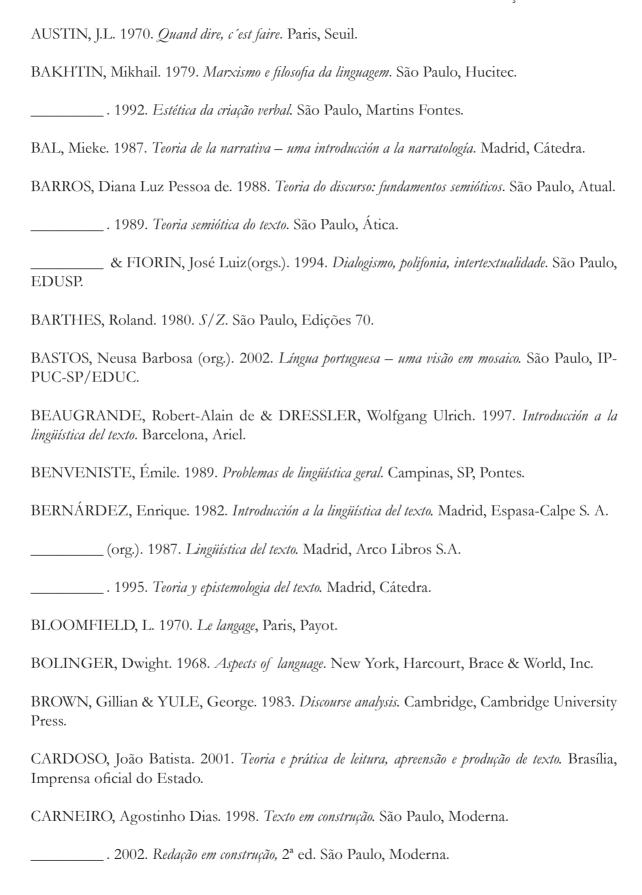
- 2.1. Semântica
- Identificar implícitos e pressupostos de um texto;
- Identificar ambigüidades intencionais;
- Identificar sentidos denotativos e conotativos.
- 2.2. Noções de Estilística figuras de linguagem
- Identificar e empregar as figuras de linguagem.
- 2.3. Sintaxe (I) frase e oração
- Comparar frase e oração.
- 2.4. Sintaxe (II) funções sintáticas
- Identificar relações sintáticas na oração;
- Identificar relações sintático-semânticas na oração.

3. Conclusão

Não poderíamos terminar este documento preliminar sem destacar o fato de que todas essas orientações se prendem a uma situação especial de ensino, que é a educação de jovens e adultos e que, por isso mesmo, todas as atividades não esquecem por um momento sequer a delicada situação psicológica desses alunos, situação essa que é agravada por dificuldades de toda ordem. Esperamos estar contribuindo não só para a construção de sentido dos textos, mas principalmente para a construção de suas vidas cidadãs.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, J. M. 1985. Le texte narratif. Traité d'analyse textuelle dês récits. Paris, Nathan.
1990. Élements de linguistique textuelle. Liège, Mardaga.
1992. Les textes: types et prototypes. Paris, Nathan.
& PETITJEAN, A. 1989. Le texte descriptif. Paris, Nathan.
& REVAZ, Françoise. 1996. L'analyse des récits. Paris, Seuil.
ALVARADO, Maite. 1994. Paratexto. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires.



CARTER, Ronald & McCARTHY, Michael (orgs.). 1988. Vocabulary and language teaching. Londres, Longman. CERVONI, Jean. 1989. A enunciação. São Paulo, Ática. CHABROL, Claude(org.). 1977. Semiótica narrative e textual. São Paulo, Cultrix. CHARAUDEAU, Patrick. 1992. Grammaire du sens et de l'expression. Paris, Hachette. & MAINGUENEAU, Dominique. 2002. Dictionnaire d'analyse du discours. Paris, Seuil. CHAROLLES, M.; HALTE, J. F.; MASSERON, C.; PETITJEAN, A. 1989. Pour une didactique de l'écriture. Metz, Centre d'analyse syntaxique de l'Université de Metz. CIAPUSCIO, Guiomar Elena. 1994. Tipos textuales. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires. COMBETTES, Bernard. 1992. L'organisation du texte. Metz, Université de Metz. COULTHARD, Malcolm. 1985. An introduction to discoure analysis. Londres, Longman. CULIOLI, Antoine. 1990. Pour une linguistique de l'enonciation – opérations er représentations – tome 1. Paris, Ophrys. DIONISIO, Ângela Paiva & BEZERRA, Maria Auxiliadora(orgs.). 2001. O livro didático de Português – múltiplos olhares. Rio de Janeiro, Editora Lucerna. DOMÍNGUEZ, Antonio Garrido. 1993. El texto narrativo. Madrid, Editorial Síntesis. D'ONOFRIO, Salvatore. 1995. Teoria do texto -2 vols. São Paulo, Ática. DUCROT, Oswald. 1977. Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer. São Paulo, Cultrix. _____. 1987. O dizer e o dito. Campinas, Pontes. ECO, Umberto. 1984. Conceito de texto. São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP.

ENCONTRO NACIONAL PARA PROFESSORES DO 3º. GRAU, 1 – REDAÇÃO E LEITURA. 1983, São Paulo.

FIORIN, José Luiz. 1996. Elementos de análise do discurso, 5 ed. São Paulo, Contexto-EDUSP. _____. 1996. As astúcias da enunciação. São Paulo, Ática.

(org.). 2002. Introdução à lingüística. São Paulo, Contexto.

FONSECA, Joaquim. 1993. Estudos de sintaxe-semântica e pragmática do Português. Porto-Portugal, Porto Editora Ltda.

FRANÇOIS, Frédéric. 1993. Pratiques de l'oral. Paris, Nathan.

FULGÊNCIO, Lúcia & LIBERATO, Yara. 1996. A leitura na escola. São Paulo, Contexto.

GALVES, Charlotte. 2001. Ensaios sobre as gramáticas do Português. Campinas, SP, Editora da Unicamp.

GENETTE, Gerard. 1991. Fiction et diction. Paris, Seuil.

GERALDI, João Wanderley (org.). 1987. O texto na sala de aula – leitura & produção. Cascavel-PR, Assoeste Editora Educativa.

GOMES FILHO, João. 2000. Gestalt do objeto – sistema de leitura visual da forma. São Paulo, Escrituras.

GOURDEAU, Gabrielle. 1993. Analyse du discours narratif. Canada, Magnard.

GREIMAS, A.J. e COURTÈS, J. 1979. Sémiotique. Dictionnaire raisonné der la théorie du langage, Paris, Hachette.

GREIMAS, A.J. 1976. Semântica estrutural. São Paulo, Cultrix/EDUSP.

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN R. 1976. Cohesion in English, London, Longman.

HAMON, Philippe. 1981. Introduction à l'analyse du descriptif. Paris, Hachette.

HENRIQUES, Cláudio Cézar & GONÇALVES PEREIRA, Maria Teresa (orgs.). Língua e transdisciplinaridade – rumos, conexões, sentidos. São Paulo, Contexto.

JAKOBSON, Roman. 1963. Essai de linguistique générale. Paris, Seuil.

JEANDILLOU, Jean-François. 1997. L'analyse textuelle. Paris, Armand Colin.

JOUVE, Vincent. 2002. A leitura. São Paulo, UNESP.

KELLEY, David. 1998. The art of reasoning. Nova Iorque, Norton & Company.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. 1980. L'enonciation. De la subjectivité dans le langage. Paris, Armand Colin.

1986. L'implicite. Paris, Armand Colin.
KOCH, Ingedore. 1987. Argumentação e linguagem, 2 ed. São Paulo, Cortez.
& TRAVAGLIA, Luiz Carlos. 1990. A coerência textual. São Paulo, Contexto.
2002. Desvendando os segredos do texto. São Paulo, Cortez.
KRAUSE, Gustavo Bernardo. 1983. <i>Ler não leva a escrever</i> . In: ENCONTRO NACIONAL PARA PROFESSORES DO 3°. GRAU, 1, 1983, São Paulo, p. 291.
2000. Redação inquieta, 5 ed. Belo Horizonte-MG, Formato Editorial.
LANE, Philippe. 1992. La périphérie du texte. Paris, Nathan Université.
LE QUERLER, Nicole. 1996. Typologie dês modalités. Caen, Université de Caen.
LO CASCIO, Vincenzo. 1998. Gramática de la argumentación. Madrid, Alianza Editorial.
LOCHARD, Guy & BOYER, Henri. 1998. La communication médiatique. Paris, Seuil.
LOZANO, Jorge; PEÑA-MARIN, Cristina & ABRIL, Gonzalo. 1989. <i>Análisis Del discurso – hacia uma semiótica de la interacción textual</i> . Madrid, Cátedra.
LYONS, John. 1963. Semântica estrutural. Portugal, Martins Fontes.
1982. Linguagem e lingüística – uma introdução. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
MAINGUENEAU, Dominique. 1976. Analyse du discourse. Paris, Hachette.
1984. Genèses du discourse. Bruxelas, Mardaga.
1986. Élements de lingüistique pour le texte littéraire. Paris, Bordas.
1990. Pragmatique pour le discourse littéraire. Paris, Bordas.
1994. L'énonciation en linguistique française. Paris, Hachette.
McCARTHY, Michael. 1991. Discourse analysis for language teachers. Great Britain, Cambridge University Press.

MELLO, Maria Cristina de & AMARAL RIBEIRO, Amélia Escotto do. 2002. Rio de Janeiro,

Wak Editora Ltda.

MEURER, José Luiz & MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). 2002. Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino de linguagem. Bauru-SP, EDUSC.

MEYER, Bernard. 1996. Maîtriser l'argumentation – exercices et corriges. Paris, Armand Colin.

MILNER, Jean-Claude. 1989. Introduction à une science du langage. Paris, Seuil.

MIRABAIL, Huguette. 1994. Argumenter au lycée. Midi-Pyrénées, CRDP.

NUNES, Clarice. 2002. Diretrizes curriculares nacionais - Ensino médio. Rio de Janeiro, DP&A.

NYSENHOLC, Adolphe & GERGELY, Thomas. 1991. Information et persuasion – argumenter. Bruxelas, De Boeck.

ORLANDI, Eni P. (org.). 2001. História das idéias lingüísticas – construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Cáceres-Mato Grosso, Pontes/Unemat Editora.

PARRET, Herman. 1988. Enunciação e pragmática. Campinas-SP, Editora da Unicamp.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. 1996. Tratado de argumentação – a nova retórica. São Paulo, Martins Fontes.

PERRENOUD, Philippe. 1999. Construir as competencies desde a escola. Porto Alegre-RS, Artmed Editora.

PIÉGAY-GROS, Nathalie. 1996. Introduction à l'intertextualité. Paris, Dunod.

PIMENTEL PINTO, Edith (org.). O escritor enfrenta a língua. São Paulo, FFLCH/USP.

PIKE, K. L. 1967. Language in relation to a unified theory of the structure of the human behavior, La Haye/Paris, Mouton.

PIRES DE OLIVEIRA, Ana Maria Pinto & ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). 1998. As ciências do léxico – lexicologia, lexicografia, terminologia 2ª ed. Campo Grande-MS. Editora UFMS.

PLANTIN, Christian. 1996. L'argumentation. Paris, Seuil.

PROPP, W. 1970. Morphologie du conte, Paris, Gallimard.

RECTOR, Mônica. 1983. Os processos de decodificação. In: ENCONTRO NACIONAL PARA PROFESSORES DO 3º. GRAU, 1, 1983, São Paulo, p. 43.

REICHLER, Claude(org.). 1989. L'interprétation des textes. Paris, Lês Éditions de Minuit.

REUTER, Yves. 2000. L'analyse du récit. Paris, Nathan Université.

RICOEUR, Paul. 1994. Tempo e narrativa. Campinas-SP, Papirus Editora.

RIPPON, Michelle & MEYERS, Walter E. 1979. Combining sentences. New York, Harcourt Brace Jovanovich Inc.

ROBRIEUX, Jean-Jacques. 1993. Élements de rhétorique et d'argumentation. Paris, Dunod.

SARFATI, Georges-Elia. 1997. Éléments d'analyse du discours. Paris, Nathan Université.

SAUSSURE, Ferdinand de. 1969. Curso de lingüística geral. São Paulo, Cultrix/Edusp.

SCHMIDT, Siegfried J. 1978. Lingüística e teoria de texto. São Paulo, Pioneira.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. Sistemática do trabalho individual e de grupo. In: ENCONTRO NACIONAL PARA PROFESSORES DO 3°. GRAU, 1, 1983, São Paulo, p. 51.

SILVA, Maurício da. 2002. Repensando a leitura na escola: um outro mosaico, 3 ed. Niterói-RJ, Eduff.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. 1989. La pertinence – communication et cognition. Paris, Les Éditions de Minuit.

TODOROV, TZVETAN. 1978. Simbolismo e interpretação. Lisboa, Martins Fontes.
1979. Teorias do símbolo. Lisboa, Edições 70.
1980. Os gêneros do discurso. São Paulo, Martins Fontes.
VAN DIJK, Teun A. 1981. Studies in the pragmatic of discourse. New York, Mouton.
1988. Texto y contexto – semântica y pragmática Del discurso. Madrid, Cátedra.
1989. La ciencia del texto. Barcelona, Paidós.
WEINRICH, Harald. 1989. <i>Grammaire textuelle du français</i> . Paris, Alliance Française/Didier Hatier.
ZACCUR, Edwiges (org.). 2001. A magia da linguagem. Rio de Janeiro, DP&A:SEPE.

LÍNGUA INGLESA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Professores Especialistas Evelyn Judith Kirstein Sonia Zyngier

A LÍNGUA ESTRANGEIRA NO SÉCULO XXI

O conhecimento e o uso de uma língua talvez seja a ferramenta mais essencial para a sobrevivência do ser humano. Biologicamente, a existência de uma linguagem de comunicação é necessária para a preservação da espécie. Sociologicamente, pela fala, o ser humano interage com outros, buscando se situar e conviver em determinados contextos, estruturando-se em grupos, através dos quais culturas e valores são construídos. Historicamente, esses valores e conhecimentos construídos se transmitem de geração em geração, fazendo com que a pessoa se situe em sua ontogênese e filogênese, ou seja, na sua evolução como indivíduo e como espécie. Do ponto de vista da economia, os grupamentos humanos se organizam e sobrevivem também por meio de uma linguagem de interação, de troca e de negociação. Até mesmo na arte e no lazer, a linguagem é usada como meio de expressão do prazer e do afeto.

Estes pressupostos iniciais nos permitem, então, afirmar que privar um indivíduo do conhecimento de uma língua, qualquer que ela seja, é diminuir sua capacidade de se conhecer, de agir no mundo social, de conhecer outras culturas, de traçar comparações, de compreender diferenças. No mundo globalizado de hoje, de pluralismo lingüístico e cultural, a capacidade de se conhecer diferentes línguas é, portanto, uma necessidade antropológica de sobrevivência e de inclusão social, política e histórica. Em outras palavras, ao se engajar no discurso, o indivíduo constrói um posicionamento frente à tradição, à história, às culturas e situações diversas. Ao recorrer aos seus conhecimentos sistêmicos da linguagem, da organização social e do mundo, ele atua. E justamente no século 21 o conhecimento de uma língua estrangeira se faz mais premente, pois disso depende o multiculturalismo e a aceitação do outro como condição básica para uma convivência mundial pacifica.

II. O PAPEL DA ESCOLA

Levando em consideração os argumentos acima expostos, cabe à Escola desenvolver no educando uma consciência crítica de como a linguagem pode ser e é usada, quais as ideologias e crenças subjacentes aos discursos, o que se pretende ao se falar e se comunicar. Cabe à Escola ensinar ao aluno a ler nas entrelinhas do discurso e não somente conhecer um sistema lingüístico.

É justamente através da Escola que o aluno que não tem facilidade de viajar e conhecer por si mesmo outros mundos pode entrar em contato com uma língua estrangeira e entender melhor outras culturas. O aluno passa a adquirir, assim, não só um instrumento, mas um conhecimento social necessário para exercer o papel de agente transformador (Giroux, 1992). Conhecer uma língua estrangeira levará o educando a traçar comparações com sua língua e cultura maternas, e saber respeitar os valores e interesses de outras culturas. Portanto, quando a Escola promove o conhecimento de uma língua estrangeira de forma crítica e socialmente situada, ela oferece ao aprendiz a possibilidade de exercer a cidadania de forma plena, diminuindo, assim, as diferenças e limitações de se conhecer e de se compreender outros seres humanos e com eles poder construir uma Sociedade mais democrática e menos violenta. Através do estímulo à cultura da diferença e não da defesa de uma cultura hegemônica, a Escola estará formando cidadãos conscientes da necessidade de uma convivência mútua entre diferentes ideologias de uma forma mais equilibrada e justa.

III. POR UMA REORIENTAÇÃO CURRICULAR

Em um país profundamente afetado pelos mais diversos tipos de desigualdades econômicas e sociais, a educação de jovens e adultos em nível fundamental e médio visa oferecer ao aluno a possibilidade de completar sua formação educacional de maneira flexível, respeitando sua disponibilidade de tempo, suas obrigações profissionais e seu ritmo próprio de aprendizagem. Para não excluir um aluno que não conseguiu cumprir sua escolaridade na forma tradicionalmente prevista, faz-se necessário inserir o ensino de língua estrangeira nesta modalidade educacional, para que este aluno também possa participar do processo de transformação da Sociedade.

No entanto, a Educação no Brasil, apesar de todos os esforços no sentido de resolver os graves problemas que enfrenta, ainda não chegou a um patamar de qualidade. Segundo o Indice de Desenvolvimento de Educação para Todos (IDE) da Unesco, o Brasil aparece em 72º lugar num ranking de 127 países. Para chegar a esta classificação, os critérios utilizados foram a universalização da educação primária, redução de 50% do analfabetismo adulto, evasão após a 5^a. Série e igualdade de acesso à escola para meninos e meninas (vide O Globo de 09/11/2004, página 8). A estes números, somam-se os dados revelados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que indicou, no Brasil, 15.560.260 pessoas analfabetas na população de 15 anos ou mais, perfazendo 14,7% do universo de pessoas nesta faixa populacional.

Estes números acabam por contrariar o Art. 37, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB no. 9394/96), que se volta à "educação de jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (EJA)". No Inciso 2, a lei afirma que "O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si". Essa situação se agrava em 2004, quando o Censo Escolar aponta uma queda do número de estudantes de ensino médio, se comparado a 2003. De acordo com o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em uma reportagem para o jornal O Globo, de 08/10/2004, p. 11, "a redução de matrículas no ensino médio regular foi causada pela maior procura de jovens e adultos pelos cursos supletivos", que cresceram 18% no nível médio, levando uma parcela da população a procurar o ensino de jovens e adultos.

Portanto, a sistematização dessa modalidade de ensino, no caso o ensino de língua estrangeira, faz-se necessária no sentido de definir prioridades e racionalizar o uso do tempo e dos recursos para otimizar os resultados e atender a uma proporção significativa da população brasileira.

IV. ÁREA DE ATUAÇÃO: LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS **TECNOLOGIAS**

A inserção da língua estrangeira no currículo da EJA tem por parâmetro levar o educando a conhecer e usar as línguas estrangeiras modernas como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais. Como afirma Shor (1992: 15),

> uma educação que outorga poder é uma pedagogia crítico-democrática voltada para o eu e para a mudança social. Ela entende o crescimento individual como um processo ativo, cooperativo e social porque o eu e a sociedade criam um ao outro. Os seres humanos não se inventam a partir de um vácuo, e a sociedade não pode ser construída a menos que os indivíduos a criem em conjunto. Os objetivos dessa pedagogia relacionam o crescimento pessoal com a vida pública, a partir do desenvolvimento de habilidades robustas, conhecimento acadêmico, hábitos de indagação, e curiosidade crítica a respeito da sociedade, do poder, da desigualdade, e da mudança.

Para que estes objetivos sejam alcançados, é necessário que o ensino da língua estrangeira esteja associado às outras disciplinas. Tentando evitar a atomização, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ora em vigor propuseram a inclusão de temas transversais, que permitem a visão do educando sobre diversos conteúdos através das diferentes disciplinas. Os temas devem partir do interesse e das necessidades do aluno para que ele entenda o significado e a relevância daquilo que discute. A visão de linguagem que subjaz o presente projeto tem por objetivo levar o educando a valorizar os seguintes temas transversais:

- Ética nas relações cotidianas. Como se relacionar em sociedade.
- Respeito aos direitos humanos.
- Perigos de uma sociedade de consumo
- Ciência e tecnologia.

Todos estes temas implicam que o educando saiba desenvolver a arte da pergunta, confiar na própria capacidade de aprender e de pesquisar, e contribuir para inovações que promovam o bem social.

Como afirma o parecer 15/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a EJA "representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso à e nem domínio da escrita e da leitura como bens sociais...". De acordo com esse parecer, a EJA tem uma função reparadora e equalizadora. Cabe à primeira restaurar um direito negado, ou seja, o direito a uma educação de qualidade. Já a segunda função busca dar acesso a todos a essa educação de qualidade de forma proporcional para que não haja desequilíbrios na qualificação dos indivíduos e no desenvolvimento do potencial de cada cidadão.

No entanto, a desigualdade e a exclusão social ainda não foram erradicadas, apesar dos esforços do Poder Público. A média nacional de permanência na escola para etapa obrigatória se converte de 8 anos em 11 devido à repetência, reprovação e à evasão escolar. Isso retarda o fluxo escolar e aprofunda as desigualdades. Para resolver a questão da evasão escolar, promover a inclusão social e favorecer a capacitação de profissionais, a EJA deveria assumir, no que tange o ensino de língua estrangeira, uma abordagem didático-pedagógica que possa atender a estas questões, ou seja, uma perspectiva como a que é descrita a seguir.

V. VISÃO INTERACIONAL DE LINGUAGEM

Por quase cem anos, desde a institucionalização do ensino de línguas, acreditou-se que saber um idioma dependia do conhecimento de sua estrutura. No início do século 20, Ferdinand de Saussure distinguia entre langue e parole, reforçando, assim, a perspectiva dos que acreditavam que se podia estudar somente a langue, ou o sistema lingüístico. Desde a época em que aprender uma língua significava traduzir textos canônicos (grammar translation), passando pelas técnicas de influência behaviorista, como a audio-aural dos meados dos anos 60, a noção do estudo de língua em uso não era privilegiada. Com a globalização e a necessidade de comunicação rápida, entre outros fatores, surgem perspectivas voltadas para a função da linguagem, como a abordagem nocional-funcional. Essas abordagens comunicativas pós anos 70 deixam de focalizar a língua como produto e passam a enfatizar o processo de comunicação. Noções como erro, pronúncia correta, etc. passam a ser questionadas. No final do século 20, portanto, surge a visão socio-interacional, que entende linguagem como prática social (Fairclough, 1989). Ao invés de aprender a estrutura de uma língua, ou decodificar o texto palavra por palavra, espera-se que o educando aprenda a se engajar no discurso por meio da língua estrangeira, mesmo desconhecendo certos itens. Ou seja, ele terá de aprender a tolerar um certo nível de imprecisão em relação ao significado, justamente como o faz em língua materna. Quantas vezes o falante não entende algo em sua própria língua? Nem por isso se considera incompetente ou desconhecedor da sua língua materna. Continua a agir no discurso, buscado formas e estratégias para resolver o problema.

Essa visão interacionista aqui proposta está calcada na descrição de linguagem feita pelos funcionalistas (Halliday, 1978). Segundo esta perspectiva, a linguagem se organiza em diferentes níveis que trabalham em conjunto, sempre visando a um agir social. Para entender a linguagem como meio de inserção cultural, social e histórica, é necessário que se conheçam estes diferentes níveis e, assim, poder utilizá-los no discurso. Portanto, é necessário que o ensino de uma língua estrangeira focalize os níveis fonológicos, morfológicos, lexicais, sintáticos, semânticos e discursivos, sempre buscando verificar como estes níveis atuam na interação entre os participantes de comunidades e contextos variados.

De acordo com a perspectiva aqui exposta, a mente do educando não é uma tabula rasa. Principalmente na situação da EJA, pressupõe-se que ele já tenha recebido algum aprendizado formal e que já tenha algum conhecimento sistematizado. Sensibilizado pelo contexto e altamente motivado, o educando vê a aquisição de uma língua como forma de ascensão social, de promessa de um emprego, entre outros fatores motivadores. É preciso, portanto, não colocar a perder esta motivação e, ao contrário, buscar valorizar seus conhecimentos prévios.

E qual o papel do professor neste contexto? Cabe ao professor mediar esse processo de interação (Freire, 1970). Segundo Freire, vários anos de pesquisa atestam para o fracasso da visão transmissionista da educação bancária, em que os alunos seriam receptáculos de informações transmitidas pelo professor (Freire, 1970). Atualmente, com o advento da mídia e da tecnologia em favor da educação, o professor que centraliza a atenção não mais atende às necessidades educacionais. Pelo contrário, o professor deve passar a ser um mediador, numa sala de aula em que há uma troca entre os alunos, em que eles trabalham em grupo e se ajudam mutuamente. Os ritmos diferentes de aprendizagem, principalmente na EJA, devem ser respeitados. Para tanto, a noção vygotskiana de par mais competente se faz essencial.

VI. VYGOTSKY E O CONSTRUTIVISMO

Segundo Vygotsky (1962), que faleceu em 1934 e cuja obra ficou conhecida no Ocidente somente a partir de 1962, o aprendizado se dá de duas formas: real e potencial. O ensino tradicional tem se pautado pela observação do que o educando de fato aprendeu, do real, deixando de lado o potencial que ele tem para desenvolver mais conhecimento. Vygotsky nos legou uma descrição teórica daquilo que chamou de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), ou a diferença entre o desenvolvimento real, determinado pela resolução de algum problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela colaboração com um par mais competente. Ou seja, ao trabalhar com um par mais competente, a ZDP é ativada e o aluno aprende, mesmo sem a necessidade de se formalizar a instrução. Para Vygotsky, então, uma criança resolve um problema ou cumpre uma tarefa com o auxílio de um par mais competente. Essa visão de potencial é muito relevante para uma abordagem sociointeracional, já que, através da interação com o outro, o educando desenvolve seu potencial e se torna responsável pelo seu próprio aprendizado. Portanto, a ZPD ocorre quando uma pessoa se coloca no lugar do outro. Assim, o educando pode completar uma tarefa que sozinho não poderia.

A teoria de Vygotsky está calcada na noção de aprendizado construtivista, que se pauta pelos seguintes princípios:

- múltiplas possibilidades de perguntas, interpretações e respostas para que o educando possa por si só determinar seu nível de ação.
- tarefas da vida real para que o educando possa entender a aplicabilidade do que aprendeu e possa daí inferir suas implicações para a vida.
- justificativas para todas as tarefas, além se situá-las em um contexto mais amplo para que o educando possa entender o porquê e o para quê da atividade, generalizando para um contexto mais global.
- desafios, sempre, e explicá-los.
- amparo constante para que o educando não se sinta solto ou isolado.
- sempre alternativas para testar as hipóteses levantadas pelo educando. Assim, ele poderá reforçar suas posições e resolver suas tarefas com mais segurança.
- um meio de o educando desenvolver a auto-reflexão, ou seja, que ele possa refletir sobre a sua atuação diante das atividades propostas.

Para se adequar à visão de educação descrita acima, a abordagem de ensino de língua estrangeira que melhor se adapta às necessidades reais do aluno em questão está calcada numa perspectiva sociointeracional, com especial atenção ao desenvolvimento da capacidade de leitura crítica do texto e do mundo em que o aluno está inserido. O foco no ensino de leitura vem se mostrando adequado, sobretudo no âmbito da educação pública. Diante das inúmeras dificuldades de se implementar um trabalho calcado no desenvolvimento das quatro habilidades lingüísticas (ouvir, falar, ler e escrever), conforme descrito nos PCNs e da constatação de que o uso de língua estrangeira no Brasil está fortemente ligado à leitura de materiais técnicos e de lazer (páginas 8 e 9 dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira do MEC), a opção pelo foco no desenvolvimento do processo de interação leitor/texto é particularmente relevante ao ensino de jovens e adultos. Ao focalizar sua atenção nesse processo através da leitura de textos, o educando não apenas poderá alcançar um nível de conhecimento sistêmico e pragmático da língua estrangeira estudada, mas também desenvolverá uma habilidade de inegável importância educacional e social, pois estará exercitando sua reflexão crítica sobre as informações apresentadas, incorporando-as ao seu cotidiano. Estará assim desenvolvendo a quinta habilidade, a do pensamento crítico.

Para agir no discurso, é necessário que o educando conheça as diversas formas de participação. Através de vários tipos de textos e de mídia (livros e revistas, jornais, traduções, filmes, novelas, e-mails, cartas, etc.) o educando passa a entender como se inserir socialmente e fazer com que sua atuação possa ser transformadora. A possibilidade de levar o educando a compreender o quadro político e social de outras culturas permitirá que ele se sinta parte de uma sociedade maior, podendo traçar comparações e projetar novos cenários mundiais. Por isso, o desenvolvimento do pensamento crítico por parte do aluno e do professor, acoplado a uma visão de linguagem como meio de inserção cultural, social e histórica, pode, de fato, fazer com que os participantes do discurso reflitam sobre o mundo e tenham instrumentos que facilitem a intervenção.

Daí afirmarmos que uma visão sociointeracional, um ensino construtivista e uma educação transformadora são capazes de promover a participação social e a construção da cidadania.

VII. OBJETIVOS

De acordo com Shor (1992:17), uma pedagogia que pretende transformar o indivíduo em um cidadão consciente deve ser:

- Participativa
- Afetiva
- Ouestionadora
- Situada
- Multicultural
- Dialógica
- Democrática
- Pesquisadora
- Interdisciplinar
- Ativista

Pautado nestes valores, o presente projeto pretende levar o educando a:

- ser capaz de apreciar as variadas manifestações culturais;
- ampliar a compreensão do mundo em que vive;
- refletir sobre diversas formas de intervenção política e social;
- aprender novos modos de comunicação e interação;
- conhecer diferentes culturas e respeitar diferentes visões de mundo;
- saber formular perguntas acerca dos mais diversos assuntos;
- desenvolver sua formação crítica;
- saber buscar as informações necessárias para resolver seus problemas;
- transformar-se em um leitor autônomo e autoconfiante, mais consciente de seu papel social.

Mais especificamente, podem-se elencar as seguintes metas:

- aperfeiçoar a leitura em línguas materna e estrangeira;
- conhecer as estruturas lingüísticas e discursivas mais freqüentes nas duas línguas;
- compreender a construção de significado na língua estrangeira;
- fazer inferências com base em conhecimentos prévios de mundo e de conhecimentos de linguagem;
- utilizar os conhecimentos adquiridos em situações pertinentes ao seu cotidiano.

VIII. MÓDULOS

O presente projeto prevê, para cada nível de ensino, o enfoque em questões relevantes ao educando a partir de três módulos progressivos, constituídos de dez unidades cada, atendendo a uma visão interdisciplinar de temas transversais e transculturais. Essa opção proporcionará ao aluno a oportunidade de reflexão sobre seu próprio universo, levando-o a uma postura crítica, autônoma e participativa.

Os módulos deverão ser constituídos de textos verdadeiros e não de construtos artificiais. É necessário que esses textos façam parte do cotidiano, das necessidades e interesses dos alunos para que possam ser trabalhados os três tipos de funções de linguagem (Halliday, 1978): ideacional, que trata da noção de mundo, das ideologias, dos conhecimentos, o quê, onde, por quê, para quê, quando de determinado assunto, etc; interacional, onde se entende que tipo de relação se quer estabelecer através da linguagem, do tipo de registro utilizado, de quem o produz, para quem se dirige, entre outros; textual, ou como a língua pode ser construída, que meio é utilizado para a comunicação, como ela se estrutura, etc.

Quanto aos temas, sugere-se que cada um deva ser tratado por vários tipos de textos (propagandas, notícias, cartas, e-mails, cartões, folhetos, etc.), vários tipos de organização textual (narração, descrição, argumentação, ilustração, comparação) e várias formas de atuação no discurso (saudações, breves diálogos, pedido de informação, apresentação de desculpas, etc.).

Os módulos propostos para o ensino fundamental são os seguintes:

- Comunicação e interação
- Leituras e textos
- Linguagem e ação

O primeiro módulo tem como objetivo levar o educando a compreender sua dinâmica no mundo, seus limites e suas possibilidades de aquisição de informações e de posicionamento crítico em frente a outros indivíduos. Esta perspectiva levará o aluno a perceber suas capacidades de comunicação, a construir seus significados. O conhecimento de novos grupos sociais, suas culturas e preferências fará com que o educando se conscientize de sua função e atuação no seu entorno.

No segundo módulo, o foco recairá sobre a compreensão do educando da geografia do mundo que o cerca. Isso se dará através do encontro com tipos de textos diversificados, enfatizando-se a multiplicidade de pontos de vista, de manifestações culturais e de posicionamentos críticos. Espera-se que a variedade na construção de significados, na organização lógica, textual e afetiva, na intenção e função do texto levará o educando a transformar o meio em que vive.

No terceiro módulo, tem-se como objetivo fazer com que o educando perceba como, através de diferentes linguagens, ele terá aberto o caminho para seu agir de forma consciente e crítica sobre sua realidade, desenvolvendo, assim, sua autonomia intelectual e a possibilidade de

multiplicar suas acões. Pretende-se, portanto, que o educando se conscientize de seu papel como indivíduo, como parte integrante de seu meio social e como cidadão do mundo.

Em todos os módulos será dada ênfase à compreensão e crítica do papel da mídia nas diferentes formas de expressão e de comportamento, bem como sua influência no quadro político e social. Cada um desses módulos deverá partir dos conhecimentos prévios dos alunos, valorizando aquilo que já conhecem, e, a partir dos quais poderão acrescentar e sistematizar novos conhecimentos.

IX. MATERIAL DIDÁTICO

O material a ser preparado para atender aos módulos propostos envolverá o cotidiano dos alunos. Esse material apresentará situações corriqueiras como consulta a classificados, leituras de manuais, artigos de jornais e de revistas populares e científicas (quando for o caso), preenchimento de formulários, leitura de textos na Internet, apreciação de músicas, filmes e outras manifestações artísticas e culturais. Sempre que possível, será dada ênfase à produção e à criatividade do aluno para que, dessa forma, possa consolidar seus conhecimentos. Todo o material deverá ser elaborado de forma dialógica, através de problemas e soluções, fortalecendo-se, assim a interação e evitando-se o discurso monoglóssico das salas de aula do século passado.

X. AVALIAÇÃO

A avaliação focalizará o processo de aprendizagem, e não seu produto. Para tanto, testes e provas representarão apenas instrumentos para um fim - o de ser capaz de recuperar, através da língua estrangeira, o patrimônio de uma cultura e entender como esta cultura abre caminho para uma visão crítica do mundo.

O conhecimento de Inglês também será aferido na medida em que o educando conseguir utilizar o idioma para se inserir no mundo da tecnologia e da informação, avaliando-se aí a capacidade do educando de associar seu aprendizado com os diferentes meios de comunicação e com as diferentes linguagens e códigos. A avaliação se dará através da medição da capacidade do aluno de compreender e solucionar problemas que diferentes linguagens (histórica, sociocultural, científica, etc.) propõem.

O erro não será considerado falta grave, sujeita à punição, mas apenas um obstáculo como outro qualquer, e que auxiliará o educando, como qualquer outro exercício, a encontrar o caminho na busca de um novo entendimento e integração. A intenção será sempre não a avaliação do conhecimento sistêmico, mas sim o da capacidade de interagir, negociar significados e solucionar problemas. Os meios de avaliação não serão necessariamente provas e testes formais, mas sim a compreensão de instruções, a capacidade de transferir e direcionar efetivamente problemas apresentados. O foco da avaliação não deverá, portanto, ser pontual.

Sob este ângulo, a aprendizagem e o ensino se tornam um processo onde o certo e o errado tem vigência apenas provisória.

A partir desta visão de avaliação, favorece-se a permanência do educando no processo formal da escolaridade, evitando-se assim a evasão e a perpetuação da cultura da reprovação e repetência.

XI. ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

O método aqui exposto não é normativo. Não se pretende impor abordagens ou perspectivas específicas. Pelo contrário, as opções pedagógicas deverão ser as mais variadas para poderem se adequar a cada contexto. Caberá a cada escola e a cada professor, que conhece o contexto específico e o perfil dos seus alunos, determinar quais abordagens, estratégias e níveis são os mais adequados em cada situação.

Em suma, as orientações didáticas giram em torno de três aspectos básicos: autenticidade do material, funcionalidade e autonomia. É necessário que todo o material seja autêntico já que, apesar de estar sendo trazido para uma sala-de-aula e desta forma estar sendo retirado de seu contexto original, trata-se de um pedaço de vida real. A funcionalidade se refere ao tipo de exercício desenvolvido em sala, que deve corresponder às atividades comunicativas que acontecem na vida real. E a autonomia busca transformar o aluno em um usuário real da língua, com liberdade para agir dentro do discurso. Para tanto, o esforço deve ser no sentido de se levar os alunos a aprenderem a desenvolver estratégias de aprendizado. Neste sentido, as teorias sobre análise do discurso ajudam no sentido de promover perguntas sobre quem escreveu, para quem o fez, qual a razão da produção do texto, o que está implícito, qual a posição do escritor, que leitor ele constrói, como e por que o texto é relevante para o aprendiz, como o texto age no contexto do mundo real.

A partir desses pressupostos, exemplos de como trabalhar algumas destas estratégias e habilidades se seguem. Deve-se esclarecer que estes exemplos não estão relacionados ao temas dos módulos propostos, já que tratam de propostas gerais, sem relação com um contexto específico. Devem ser entendidas meramente como exemplos de exercícios e não de material adaptado especificamente a um dos temas propostos.

Exemplo 1

Através da pergunta formulada busca-se verificar se o leitor consegue construir o significado geral do texto e distinguir o que é principal e o que é secundário.

Correction

The caption that accompanied this photo, which ran in the July issue to illustrate a story about ultra-high-speed photography ["Lights, Camera, Nanosecond Action"], misidentified



the person shown. He is James Brimhall, a camera assembler who has worked at Cordin Scientific Imaging for nearly 20 years.

(Popular Science, September 2003, p. 11)

Que erro o texto busca corrigir?

Exemplo 2

Este exercício busca verificar se o leitor é capaz de inferir informação implícita.

Leia a tira de quadrinhos abaixo:









Copyright © United Feature Syndicate, Inc. Redistribution in whole or in part prohibited

(http://www.unitedmedia.com/comics/peanuts/meet the gang/meet charlie brown.html)

Responda

Por que a fala da menina Lucy no último quadrinho é provocadora?

Exemplo 3

Através desta atividade, pretende-se conscientizar o leitor da presença de pistas que o auxiliem a identificar diferentes tipos de textos, em registros diversificados.

Trabalhando em dupla, veja os textos a seguir:

i.

The economy

Agriculture is the basis of the Colombian economy, although industrial development since the 1940s has been truly remarkable. In 1968 the country had a work force of almost 6,500,000 persons, 35 percent of whom were engaged in agriculture, forestry, hunting, and fishing. A proportion of Colombian land is uncultivated, however, because of the prevalence of poor soils and unfavourable climatic conditions. The eastern plains are almost entirely uninhabited, the region closest to the Pacific Ocean is largely undeveloped because of high humidity and heavy rainfall, and large areas in the middle and Upper Magdalena Valley remain untouched.

ii.

iii.

If you are under a doctor's care for any serious condition, consult a doctor before taking this product. As with aspirin and acetaminophen, if you have any condition which requires you to take prescription drugs or if you have had any problems or serious side effects from taking any non-prescription pain reliever, do not take this product without first discussing it with your doctor.

iv.

THE XEROX COMPANY

We integrate color into black and white so easily, it speaks for itself

It's natural for people in business to put things in black and white. But now we're making it second nature to add the impact of color to any black and white document you create.

From charts to forms to statements, X helps you communicate. With the touch of a button or a screen, you can add highlight color to an invoice and people pay up to 30% faster. And adding four-color to a business proposal can help make the difference between winning and losing.

No one offers you more ways to add the impact of color to your black and white documents.

٧.

Wash the rice thoroughly in a pan of cold water. Pour off the water and repeat. Continue washing in fresh water until the water runs clear. This is to rid the rice of excess starch. Brown the sliced onion lightly in the butter and add the rice. Cook it in the butter over low heat for about 4 to 5 minutes, stirring it often to let it brown evenly. It should be just lightly colored.

Heat the liquid to the boiling point and pour it over the rice until it is a good 1 ½ inches above. Cover the pan tightly and bake in a 350 degree oven for 25 to 30 minutes, or until all the liquid is absorbed. Serve with plenty of butter.

۷i.

Mr. Rob Wilson and Mrs. Sylvia Wilson request the pleasure of the company of at on at Av. São Sebastião 210 São Paulo RSVP 551-2980

Informal/Casual

vii.

COLOMBIA AND INDIA ARE ABOUT AS FAR FROM each other as it is possible to get while remaining on Planet Earth. They also differ in almost every way that two nations can: population (Indians outnumber Colombians roughly 27 to 1), race, religion, language, culture and history. But they have one thing in common — with each other and with such other odd couplings as France and South Korea, Japan and Spain, Italy and Mexico, Ecuador and Kenya. All these countries, and others on five continents, have been shaken by corruption scandals reaching into the top levels of government. Halfway through the 90's, the ousting of crooked politicians looms as one of the hot trends of the decade.

viii.

FOOD PROCESSOR BREAD BOOK brings to you the warm and rich aroma of homemade bread fresh from the oven. The yeasty fragrance of chewy French bread, spicy cinnamon rolls, buttery croissants, or a hearty rye can tempt even the crustiest appetite. Imagine making the dough for any of these in less than five minutes. Completely illustrated step-by-step technique section shows you how fast and easy bread making can be with a food processor.

ix.



Until he was four years old, James Henry Trotter had a happy life. He lived peacefully with his mother and father in a beautiful house beside the sea. There were always plenty of other children for him to play with, and there was the sandy beach for him to run about on, and the ocean to paddle in. It was the perfect life for a small boy.

Then, one day, James's mother and father went to London to do some shopping, and there a terrible thing happened. Both of them suddenly got eaten up (in full daylight, mind you, and on a crowded street) by an enormous angry rhinocerous which had escaped from the London Zoo.

X.

10.00 News, Local News, Weather (92360222).

- 10.05 Can't Cook, Won't Cook. Dario Fo comedy starring Kevin Woodford as a TV game-show presenter (5889698).
- 10.30 Good Morning with Anne and Nick. Beauty tips, cookery and Hollywood gossip (Including 11.00 News, Local News and Weather) (S)(63954).
- 12.00 News, Local News, Weather (92360222).
- a. Onde você normalmente encontraria esses textos?
- b. Que pistas textuais ajudam a identificar o contexto onde você poderia encontrar cada um desses textos?
- c. Qual o objetivo de cada um dos textos?

Fontes dos textos

Advertisement for The Document Company XEROX in Time, May 6, 1996.

Consumer labeling leaflet for ADVIL*, Whitehall Laboratories, NY, 1984

Dahl, R. James and the Giant Peach. Middlesex: Penguin Books, 1961. P. 7.

Harvey, P. Great Recipes from the World's Great Cooks. NY: Gramercy, 1964. P. 22.

Ojakangas, B Food Processor Bread Book. NY: Simon and Schuster, 1980. (Backcover).

Porter, D. Frommer's Comprehensive Travel Guide. England & Scotland '911. NY: Prentice Hall Press, 1991. P.379-80.

The Encyclopaedia Britannica, Macropaedia, Vol. 4. 15th Edition, USA: The Encyclopaedia Britannica Inc., 1980. P. 870.

Time, May 6, 1996. P. 28.

Outras sugestões de material para aulas que desenvolvem estratégias de leitura

- Diferentes tipos de cartas (formais e informais)
- Bilhetes, cartões, mensagens de correio eletrônico;
- Manuais de instrução;
- Regulamentos;
- Formulários;
- Diagramas e gráficos;
- · Cardápios;

Espera-se que, de posse destas ponderações teóricas e sugestões práticas, o professor possa estar instrumentalizado para desenvolver uma prática transformadora, consciente e cidadã.

XII. BIBLIOGRAFIA

ALDERSON, J.C. & Urquart, A.H. (eds.) (1984) Reading in a Foreign Language. New York: Longman.

CELANI, M.A. A. (org.)(1997). Ensino de segunda língua: redescobrindo as origens. São Paulo, EDUC.

Coracini, M. J. (org.) (1995) O jogo discursive na aula de leitura. Língua maternal e língua estrangeira. Campinas: Pontes.

Dudley-Evans, T., & St John, M. (1998). *Developments in ESP: A multi-disciplinary approach*. Cambridge: Cambridge University Press.

ELLIS, R. (1982) Understanding Second Language Acquisition. Oxford: Oxford University Press.

Fairclough, N. (1989) Language and Power, London: Longman.

FAIRCLOUGH, N. (ed.) (1992) Critical Language Awareness. Longman.

Freire, P. (1970) Pedagogia do Oprimido. RJ: Paz e Terra.

Giroux, H. (1992) Border Crossing: Cultrural Workers and the Politics of Education. New York: Routledge.

GRELLET, F. (1981) Developing Reading Skills. Oxford: Oxford University Press.

Halliday, M.A.K (1978) Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning. London: Edward Arnold.

Hutchinson, T., & Waters, A. (1987). English for Specific Purposes: A learning-centered approach. Cambridge: Cambridge University Press.

Johns, A., & Dudley-Evans, T. (1991). "English for Specific Purposes: International in scope, specific in purpose". TESOL Quarterly, 25, 297-314.

Jones, G. (1990). "ESP textbooks: Do they really exist?" English for Specific Purposes, 9, 89-93.

KLEIMAN, A. (1989) Leitura: Ensino e Pesquisa. Campinas, Pontes.

KLEIMAN, A. (1989) Texto e leitor. Campinas, Pontes.

LEFFA, V. (2001) O professor de línguas estrangeiras : construindo a profissão. Pelotas : Educat.

Mackay, R., & Mountford, A. (Eds.). (1978). English for Specific Purposes: A case study approach. London: Longman.

Mackay, R., & Palmer, J. (Eds.). (1981). *Languages for Specific Purposes: Program design and evaluation*. London: Newbury House.

McDonough, J. (1984). ESP in perspective: A practical guide. London: Collins ELT.

MINISTÉRIO DA EDUCAção. (1999) Parâmetros Curriculare Nacionais, Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Estrangeira – 5ª. A 8ª. Série. Brasília:SEF.

Mumby, J. (1978) Communicative Syllabus Design, Cambridge: Cambridge University Press.

Nunan, D. (Ed.). (1992). Collaborative language learning and teaching. New York: Cambridge University Press.

NUTTALL, C. (1996) Teaching Reading as a Foreign Language. London: Heinemann.

RICHARDS, J. and RODGERS, T. (1996) Approaches and Methods in Language Teaching. Cambridge: Cambridge University Press.

Shor, Ira (1992) Empowering Education. Critical Teaching for Social Change. Chicago & London: The University of Chicago Press.

SILBERSTEIN, S. (1997) Techniques and Resources in Teaching Reading. Oxford: Oxford University Press.

Vygotsky, L. (1962) Thought and Language, Mass.: The MIT Press.

Vygotsky, L. (1984) A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.

WIDDOWSON, H. G. (1983) Learning Purpose and Language Use. Oxford: Oxford University Press.

WIDDOWSON, H. G. (1990) Aspects of Language Teaching. Oxford: Oxford University Press.

Ver também o site: http://lael.pucsp.br/lael/cepril/workingpapers/index.htm

ARTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Professores Especialistas Andréa Penteado de Menezes Daniel Puia

A arte é o meio indispensável para a união do indivíduo com o todo; reflete a infinita capacidade humana para a associação, para a circulação de experiências e idéias.1

Antes de qualquer teorização, é preciso considerar que o ser humano realiza um trabalho em arte quando deseja comunicar algo que está além daquilo que poderia expressar com palavras. Não poderíamos descrever através da linguagem falada todas as impressões e sensações que temos ao criarmos uma imagem, um som, ou ao elaborarmos, cuidadosamente, um gesto. A arte cumpre seu papel de dar expressão aos sentimentos mais subjetivos de uma pessoa.

Em segundo lugar, e em consequência do que foi colocado, se a arte vem para dar forma a sensações e sentimentos subjetivos, o ser humano a realiza para poder comunicar esses conteúdos íntimos a seus pares e companheiros. O artista tem a necessidade de compartilhar suas vivências e sentimentos com a sociedade e, através da arte, busca meios para fazê-lo.

Portanto, ao refletirmos sobre a função da arte para a humanidade, concluímos que ela é, antes de tudo, uma linguagem (pois deseja um modo de comunicação) que busca através de determinadas estratégias e códigos (sintaxe) comunicar uma experiência da vida humana (semântica).

O que não podemos perder de vista, quando trabalhamos com educação em arte na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é que, em primeira e última instância, desejamos que nossos alunos consigam se expressar, utilizando-se de sintaxes (códigos) que possam ser reconhecidas por seus pares no contexto sócio-cultural no qual estão inseridos.

A partir dessas constatações podemos considerar outros objetivos mais formais da expressão artística como secundários. A contextualização histórica da arte ou as questões específicas das técnicas artísticas (tais como estudo de cores, composição, forma, ritmo, melodia, harmonia, trabalho de corpo, improvisação, etc), passam a ser necessárias na medida em que sirvam

¹ FISCHER, Ernst. A Necessidade da Arte. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

ao objetivo de dar expressão aos conteúdos internos trazidos pelos alunos. Desse modo conseguimos que a aprendizagem de questões específicas pertinentes à disciplina, quando se fizer necessária, ganhe significado, já que os alunos estudarão as técnicas na medida em que houver uma necessidade real para a criação artística dos projetos deles².

Há uma importante observação a ser feita em relação à aprendizagem da Arte. A nomenclatura "Arte" refere-se a diferentes campos de expressão artística que têm em comum o fato de serem linguagens que buscam expressar os conteúdos subjetivos dos seres humanos (semântica, ou significado), ou seja, têm em comum o campo semântico, ou significativo (a arte ocupa-se de expressar aquilo que é significativo para cada um), mas são linguagens que diferem no campo lexical (estratégias, forma, técnicas, etc.). Desse modo é preciso ter claro que um grande músico não seria, necessariamente, um grande ator; um pintor histórico talvez jamais viesse a ser um pianista importante.

Portanto é necessário que tenhamos claro que a instituição escolar, em consideração a pouca carga horária que pode despender ao ensino da arte, tenha a liberdade de optar por um professor que atue na área de artes visuais, ou na de música, ou na de teatro, ou na de dança, conforme sugerem os PCNs. Outra consideração que se faz pertinente nesta problemática é de que o professor se sinta na liberdade de atuar na linguagem na qual tem formação apropriada ou sente-se mais à vontade. Evidentemente, um professor de arte deve buscar acompanhar os movimentos artísticos dentro de um universo amplo, acompanhando as produções que a sociedade local³ oferece e, nesse sentido, pode fazer sugestões e apreciar as demais formas artísticas junto a seus alunos, trazendo como acréscimo sua bagagem pessoal. Todavia, não lhe cabe a responsabilidade de ser um especialista em cada uma das quatro áreas acima citadas.

Ao pensarmos a arte como uma linguagem que expressa a alma humana, entendemos que ela faz parte da produção cultural que acontece continuamente em uma sociedade, ou seja, transmite as impressões e sensações reais que determinada sociedade elabora a respeito de si própria e do mundo em seu entorno. A arte faz parte da realidade que está sendo vivida e expressada por determinado núcleo cultural. Nesse sentido, dado o grande alcance que tem na sociedade, ela é formadora de opinião e de sistemas culturais ao mesmo tempo em que é formada pelos padrões vigentes, já que o artista está inserido e inspirado pelo meio em que vive. Assim a arte nos permite a compreensão vivencial, real e atualizada dos valores sociais.

A fim de melhor entendermos isso basta imaginarmos a seguinte situação: pensemos em um conhecido músico popular brasileiro, por exemplo Chico Buarque. Provavelmente, como pessoa dotada para se expressar através da música, Chico Buarque viesse a ser um músico mesmo que nascesse em Cuba. Mas, talvez, sendo cubano, criado em outra sociedade, com um sistema cultural diferente do brasileiro, com um repertório distinto do nosso, as músicas compostas por ele também seriam outras, tratariam de outros problemas, beberiam em outras fontes de inspiração, utilizariam outros códigos lexicais, próprios daquela cultural musical. Desse modo podemos compreender como um artista, ao mesmo tempo em que é formador

² MENEZES, Andrea P. Olhar Hermético: o invasor na lente de Maquiavel. SP: Universidade Presbiteriana Mackenzie, dissertação de mestrado, 2003.

³ GEERTZ, Clifford. O Saber Local. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

de opinião - pois com a ampla divulgação de sua obra é capaz de influenciar o pensamento da sociedade em que vive -, também é influenciado por essa sociedade, seus valores e sua configuração. Criando a partir do referencial da sociedade em que está inserido ele o espelha, ao mesmo tempo que muitas vezes o ultrapassa. Assim, se podemos compreender que o artista é influenciado pelo meio em que vive, entendemos que é possível, através do conhecimento e análise de sua obra, interpretarmos a sociedade da qual ele provém. Para ficarmos no exemplo de Chico Buarque, ao analisarmos a música que ele compôs durante o período da ditadura militar no Brasil, podemos entender melhor alguns mecanismos dessa mesma ditadura.

Para compreender esse poder da arte, de influenciar sendo simultaneamente influenciada, é necessário produzi-la, compreendê-la por experiência própria, analisá-la e interpretá-la.

Neste ponto, vale ressaltar que a análise e a interpretação da arte, ou seja, sua apreciação como um todo, desde o contato inicial até um exercício de compreensão dos mecanismos que levaram à sua produção, também é produção de conhecimento artístico, tanto quanto o processo de criação de novas obras.

O intérprete de uma obra musical, é também ouvinte da interpretação que faz de uma música, ele ouve o que faz, analisa, forma uma opinião a respeito de sua própria interpretação e a modifica ou não. Portanto ele também é compositor, pois refaz a obra a partir da moldura original dada pelo criador (o compositor propriamente dito).

O ouvinte de música também é compositor e intérprete da obra, pois sua escuta não é passiva, mas carregada de sua experiência pessoal e dos contatos anteriores que já teve com essa linguagem artística.

Ao ouvirmos música criamos e recriamos os sentidos e significados que ela nos sugere.

Esses exemplos dados na música são igualmente válidos para as artes visuais, o teatro e a dança. Sendo assim, passar pela experiência de criador de obras é tão importante quanto pela de apreciador, uma vez que ambas se completam e se enriquecem mutuamente, proporcionando uma compreensão mais profunda do fazer e do vivenciar artístico.

Apropriando-se dos meios de produção em artes e vivenciando-os por dentro, seja no papel de produtor de obras ou de produtor do conhecimento que se produz ao apreciá-las, o aluno poderá compreender cada vez mais a arte como um legado humano. Isso permitirá que cada um perceba mais amplamente a linguagem artística e amplie seu modo próprio de ver a sociedade e suas possibilidades de atuação como indivíduo. Não há outra forma de compreender arte, senão pela experiência de produzi-la e apreciá-la, compreendendo-a.

Dentro dessa perspectiva, é importante que a escola se torne para os alunos um espaço de convivência com a cultura e a arte. Vale estimular a formação de grupos artísticos, apresentações dos grupos, de trabalhos realizados em sala de aula, de grupos convidados, exposições, ensaios e oficinas da comunidade com os quais os alunos possam ter contato ou mesmo participar. Dinamizar a escola é uma contribuição positiva para toda a comunidade e para a educação integral do aluno.

Todo esse processo nos aproxima de outras questões que interessam especificamente ao Ensino de Arte na Educação de Jovens e Adultos, ligadas ao mercado de trabalho. Compreender como a arte se insere no mercado de trabalho atual, quais são seus usos, seus mecanismos de profissionalização, as relações existentes entre artista e mercado, são questões importantes para a compreensão do papel dela na nossa sociedade.

Assim, poderíamos dizer que os principais objetivos da aprendizagem da arte, passam a ser a possibilidade do aluno perceber:

- que tem em mãos um meio de comunicação que expressa seus sentimentos e sensações e, também, as representações da sociedade em que vive;
- que ao produzir arte ele estará expressando impressões subjetivas que não seriam exprimíveis por palavras, pois envolvem o pensamento e a lógica mas, também, sentimentos, sensações, etc.;
- que cada linguagem artística (as artes visuais, a música, o teatro ou a dança) tem suas próprias técnicas e códigos (léxico) que devem ser apreendidos para que o artista possa se comunicar;
- que a experiência na área, seja na produção de obras ou na sua apreciação, é a maneira de conhecer o léxico artístico, já que a arte se dá por experiência;
- que o mercado de trabalho em arte tem sua própria dinâmica.

OBJETIVOS DO ENSINO DE ARTE

Acatando essas reflexões, relevamos como conteúdos fundamentais para a EJA na área de arte os seguintes objetivos:

1. O Fazer Artístico

Que o aluno experimente, explore e vivencie a expressão artística.

O aluno da EJA, como qualquer aluno do Ensino Fundamental e Médio, levando em conta as especificidades da faixa etária atendida, deve ter a oportunidade de expressar seus conteúdos subjetivos através de uma linguagem estética (sensível, que dá recursos à sensibilidade)⁴. A experimentação, exploração e vivência devem ocorrer tanto no sentido do aluno produzir obras de arte como no de apreciar produções que acontecem em seu entorno, inclusive as produções de seus colegas em sala de aula. À medida que o aluno tem a oportunidade de criar obras de arte, recorrendo à sintaxe específica dessa linguagem, automaticamente aprimora seu conhecimento, podendo transferi-lo na apreciação crítica de outras obras produzidas na sociedade em que se insere. Da mesma forma, essa apreciação constrói conhecimento que pode ser transferido para os trabalhos de criação.

⁴ KANT, Emanuel. Crítica de la razón pura. México: Porrua S/A, 1987.

A partir dessa produção é sempre possível encontrar laços com as produções mundialmente consagradas dos grandes artistas da história da arte, isto porque as questões da alma humana se repetem ao longo da história da humanidade embora encontrem formas diferentes de se manifestar.

È bem provável, por exemplo, que uma pintura que busque representar a alegria no século XV utilize estratégias para a criação de imagens que tenha pontos em comum com uma pintura que expresse o mesmo sentimento no século XXI. Da mesma forma pode-se encontrar elos entre a dramaturgia de Shakespeare e a de outros autores modernos, ou entre a expressão coreográfica do balé clássico e da dança contemporânea, ou entre a música de Bach e a música do século XXI.

Essas questões podem ser abordadas também a partir de conteúdos que observamos no trabalho dos alunos. O legado artístico na história do homem, que normalmente chamamos de história da arte, ganha, assim, um outro significado, pois pode ser apreciado pelo aluno como algo ligado diretamente à sua vida. Uma abordagem cronológica, onde tentamos ensinar a arte passo a passo, através dos anos e períodos históricos, pode não ter muito sentido para os estudantes. Faz mais sentido privilegiarmos uma discussão a partir de questões ligadas ao trabalho produzido em sala de aula.

Para que se possa garantir significado a essa experiência é fundamental que os conteúdos abordados sejam resgatados no próprio seio do grupo discente, a partir dos interesses e anseios dos alunos, como veremos melhor no item "Conteúdos do Ensino de Arte".

2. O Desenvolvimento Procedimental em Arte

Que o aluno possa experimentar, na medida do possível, o maior número de materiais, instrumentos e procedimentos relacionados à linguagem artística.

A arte, como disciplina que opera no campo da intuição, apóia-se na experimentação, caminho pelo qual é possível ao artista criar novas formas, expressões e reflexões para os conflitos humanos. Desse modo é necessário ao professor de arte que mantenha uma postura aberta em relação às práticas, técnicas e procedimentos nesse campo.

Num sentido prático, considerando a carência material a que, por ventura, algumas escolas e camadas sociais são submetidas, é necessário buscar a maior variedade possível na eleição de técnicas, recursos e procedimentos para a prática artística. Há vários artistas e produções de diferentes grupos que podem servir de referência para o professor e seus alunos nesse sentido. Por exemplo há muitas escolas do movimento modernista, na primeira metade do século XX (futuristas, dadaístas, pop-art, etc.) e grupos experimentais dos séculos XX e XXI que fizeram a opção de reciclar ferramentas, materiais e procedimentos para a criação em arte. A experimentação de novos materiais pode levar não só a um aprimoramento da capacidade criativa como, pela própria vivência, permitir ao aluno que compreenda melhor a intenção, os problemas e o processo de criação de artistas consagrados em diversas linguagens e épocas.

Essas circunstâncias e o aproveitamento de materiais alternativos, não devem, no entanto, impedir o aluno de entrar em contato com os materiais, instrumentos e procedimentos socialmente consagrados, sempre que possível. Privar o aluno desse contato — com as grandes obras, instrumentos e técnicas usuais nos campos da expressão artística — com pretexto de não se ter acesso fácil a eles, ou de se encontrarem longe da realidade atual, seria comparável a não se ensinar a geografia planetária, uma vez que não se terá acesso a todo o planeta ou não se poderá visitá-lo por inteiro.

Da mesma forma podemos ressaltar que, o contato com a produção artística local, pode facilitar o acesso a diversos materiais, instrumentos e procedimentos.

3. Arte como Conhecimento da Área de Linguagens e Códigos

Que o aluno compreenda a arte como uma linguagem que serve à representação da realidade e que, portanto, tem duplo viés: é criadora de representações culturais reais e permite um modo específico e sensível de leitura dessa mesma realidade.

A arte como linguagem representa a realidade e pode ser vista a partir de dois pontos. Por um lado, cria produtos culturais reais, obras de arte que, de fato, representam os valores da sociedade na qual o artista vive. Por outro lado, já que as obras de arte representam aspectos da sociedade, quando as conhecemos e compreendemos de um modo sensível, elas nos permitem a leitura dessa mesma realidade.

Nesse sentido é preciso compreender ainda que, por ser uma linguagem, a arte tem recursos e técnicas próprias para ser compreendida. Do mesmo modo que seria impossível compreender uma poesia a partir das técnicas para a redação de um texto científico, é impossível compreender a arte tentando observá-la e interpretá-la através de um código histórico, geográfico, etc. Ainda que, por ser uma representação da realidade, possa servir a outros conhecimentos que também se dedicam à compreensão da cultura humana, ela tem teorias específicas que estudam a imagem, os sons, os movimentos e a dramaturgia para ser entendida em sua dimensão estética.

É importante que o professor se aproprie dos repertórios teóricos que permitem a melhor compreensão dos princípios da arte⁵, faça opções pelas linhas que mais se adequam a seu modo de trabalhar e desenvolva esse repertório junto a seus alunos.

Uma imagem analisada a partir da interpretação dela própria e de seus recursos, uma música compreendida a partir de sua própria configuração sonora, ou uma peça de teatro observada em sua própria dramaturgia, é um conhecimento exclusivo dessa área e deve ser desenvolvido pelo professor como aprimoramento pessoal e como possibilidade de trabalho com os alunos.

⁵ Ao final é sugerida uma ampla bibliografia sobre Arte, dividida entre as diferentes linguagens propostas pelos PCNs.

4. Arte, Trabalho e Sociedade

O aluno deve ter acesso à investigação das formas de produção da arte no mercado de

Como as demais áreas de atuação profissional, a arte tem seus próprios trâmites. O aluno da EJA deve ter acesso à informação e investigação dos modos possíveis e vigentes em sua sociedade para a profissionalização do artista, bem como compreender os mecanismos que norteiam o mercado de arte e de como se dá a demanda de arte.

5. Exibição e Divulgação da Produção Artística

Oue o aluno tenha possibilidades de exibir o produto de sua criação.

Como conhecimento da área de comunicação, códigos e linguagem, a produção artística se presta ao intercâmbio cultural entre indivíduos e grupos sociais mais amplos, para tanto é necessário que seja divulgada e exibida.

Gerar um produto de comunicação e não comunicá-lo pode ser extremamente frustrante para o artista e para o aluno empenhado na produção de arte.

Para que o ensino da arte não perca o significado cabe à instituição escolar e ao professor de arte, junto a seus alunos, pensarem meios de divulgação e exibição dos trabalhos realizados o que pode e deve ser feito periodicamente na própria escola mas, também, buscando-se espaços alternativos em museus, centros culturais e nos diversos lugares públicos de convivência.

6. Aprimoramento da Linguagem Artística

Objetivos transversos às questões centrais em arte.

Uma vez que o aluno tenha oportunidade de:

- realizar produtos artísticos;
- experimentar técnicas e procedimentos variados na produção de arte;
- compreender a produção artística como representação real e concreta de uma realidade;
- conhecer as formas de profissionalização do artista em seu mercado de trabalho e
- expor sua própria produção à sociedade; é possível ao professor de arte vincular essas vivências aos demais campos teóricos e acadêmicos da disciplina.

Desse modo, partindo da própria produção significativa de seus alunos é importante que se faça inserções localizando e explicando a arte dentro de um cenário cultural mais amplo para lhe dar contexto:

- a) estabelecendo pontes e vínculos entre o conhecimento que está sendo produzido em sala de aula e as referências históricas da produção artística mundial (história da arte);
- b) permitindo, a partir da produção local, que os alunos tenham acesso às produções de outros artistas conterrâneos;
- c) permitindo que cada aluno, na medida que encontra um caminho próprio de expressão, possa se aprofundar nas técnicas e procedimentos pertinentes ao código específico que está desenvolvendo, inclusive ao investigar outros artistas e períodos da história da arte em que esse código se manifesta.

CONTEÚDOS DO ENSINO DE ARTE

Pela sua própria natureza, os conteúdos em arte devem ser gerados a partir do grupo com o qual se trabalha, uma vez que entendemos que o léxico (a técnica, propriamente dita) serve à semântica (aos significados humanos que o artista deseja expressar), e não o oposto. Nesse sentido, a título de exemplo, é válido dizer que Van Gogh pintou céus de um azul intenso porque queria expressar um sentimento de temor e de mistério, que ele mesmo associava à cor azul e não porque "o céu deva ser azul".

Dada a heterogeneidade dos alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, o professor deve ter sensibilidade e abertura para captar a realidade de seus discentes para, a partir daí, propor temas a serem desenvolvidos. É importante considerar-se que compreender a realidade do outro é algo complexo. O que chamamos de realidade? Afinal "realidade" tem a ver com o modo como cada um percebe determinada situação. Ao colocarmos as três pessoas para relatarem um fato ocorrido ao qual as três assistiram simultaneamente, teremos três relatos distintos, porque cada um fará sua interpretação. Desse modo, quando dizemos a realidade do aluno em que pensamos? Em sua condição material? Suas experiências pessoais na vida? A atividade ou trabalho que exerce? O estilo de roupas que usa? O bairro que mora?⁶

Todas essas questões respondem à questão da realidade, ao mesmo tempo são parciais em relação à realidade total do indivíduo. É necessário que o professor esteja aberto porque: 1°) a realidade que interessa à criação artística é a realidade subjetiva e íntima do sujeito, não tanto o fato em si, mas o modo como o indivíduo percebe, interpreta e vivencia esse fato; 2°) não é possível conhecer a realidade do outro a não ser a partir do outro mesmo, de suas colocações, do modo como vê e entende diferentes questões, etc.

Na medida em que o grupo encontre temas que lhes sejam importantes para trabalhar, conteúdo e técnica se complementam indissociavelmente. Materiais, procedimentos e recursos

⁶ TEVES, Nilda (org.). Imaginário e Educação. RJ, Gryphus, Faculdade de Educação, UFRJ, 1992.

se apresentam espontaneamente como mais ou menos apropriados para determinados conteúdos7.

Em termos de conhecimento formal, uma vez que um projeto em arte esteja em andamento é importante que o professor consiga associar e sistematizar junto aos alunos os saberes específicos da área:

- a) Conceituais (principal mensagem da obra de arte. Conceito = idéia central expressa na obra):
 - 1) Tentativa de compreender o que representa aquela produção artística e a forma de comunicação que foi utilizada, incluindo o que está sendo expresso em termos sociais e políticos e que técnicas o artista usou para conseguir passar a mensagem;
 - 2) Tentativa de compreender a teoria em que se baseia o conceito que está sendo trabalhado (é importante que o aluno perceba que um determinado conceito ou tema central pode ser interpretado por diversas teorias e que é uma posição de criticidade conhecer e eleger a teoria que mais vai ao encontro de suas crenças pessoais).
- b) Procedimentais: que o aluno possa, efetivamente, desenvolver o saber fazer técnico, ou tecnológico, para sua produção em arte.
- c) Atitudinais: que a vivência em arte desenvolva no aluno
 - 1) auto-confiança para se colocar com suas próprias representações;
 - 2) a alteridade (capacidade de se relacionar com o outro, colocando-se em seu lugar) para compreender e respeitar a representação do outro;
 - 3) a autonomia para seguir produzindo suas representações artísticas, segundo suas próprias convicções.

1 - Artes Visuais na EJA

A expressão Artes Visuais refere-se a um amplo leque da produção cultural humana ligado à imagem. A questão do estudo da imagem ultrapassa o que, no sentido clássico acadêmico, usouse chamar artes plásticas e, nesse sentido, ultrapassa os campos restritos da pintura, desenho, gravura e escultura.

Observa-se no mundo pós-contemporâneo a imensa quantidade de informação que nos chega por meios visuais. Incluindo a tecnologia clássica das artes plásticas, essa área de conhecimento amplia-se à produção filmica (tanto de cinema, quanto de televisão), à publicitária, à moda, decoração, arquitetura, enfim, às questões gerais da imagem que se produz e que consumimos em nosso cotidiano, sob as mais variadas formas.

Esse novo entendimento sobre as artes visuais abre muitas possibilidades ao professor, podendo facilitar seu trabalho, pois o aproxima da realidade que o aluno vivencia nessa área. Desde a chance de abrir um jornal e efetuar uma análise das imagens que nos são passadas diariamente

⁷ GEERTZ, Clifford. O Saber Local. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

através de um meio de comunicação e os reflexos que isso tem sobre nossas vidas, a assistir um filme e observar as estratégias de imagem utilizadas por um cineasta para explorar determinado conteúdo, ou resgatar a clássica pintura e realizar um quadro a óleo, passear pelas ruas do bairro e observar o impacto que a visualidade da arquitetura, das ruas, seu entorno, podem ter sobre nossa representação como grupo. Assim, as possibilidades de atuação do professor de arte em Artes Visuais é praticamente infinita, sempre que nos mantivermos abertos aos novos conceitos e produções.

Fazer Artístico em Artes Visuais

O conceito de Artes Visuais nos permite transitar entre a tecnologia clássica das artes plásticas e as linguagens mais contemporâneas. A título de exemplo podemos citar diversas possibilidades do fazer artístico no campo visual: o desenho, a pintura sobre diversos suportes e recorrendose a várias tintas; a escultura, inclusive a construção de objetos com materiais diversos e mesmo sucatas; mas também filmagens, criação de signos e símbolos; artes gráficas; interferências no meio ambiente; computação gráfica; desenvolvimento de obras conceituais; etc.

Grande auxílio no trabalho do professor será a compreensão de que não necessariamente o aluno deva transitar por todas as técnicas possíveis na produção visual (o que seria impossível mesmo para o artista), mas de que toda a criação visual tem um princípio comum que a define como visual. Se o aluno da Educação de Jovens e Adultos puder perceber as características de um produto visual e compreender o significado que o artista tentou expressar e a técnica com que utilizou os símbolos e as imagens para poder passar sua mensagem, esse conhecimento será transferido para as diversas técnicas artísticas existentes e àquelas que serão criadas, pois estará sempre se referindo à imagem.

A particularidade das Artes Visuais é encontrar um modo de comunicar-se pela imagem. Não importa se essa imagem foi pintada, fotografada, filmada ou se é resultado da construção de um objeto. Para expressar seu conteúdo, o artista recorreu não a um som, ou a um texto, mas a uma imagem.

Portanto, o fazer artístico nessa área deve concentrar seus esforços para fazer com que o aluno consiga se expressar através da criação intencional de uma imagem.

A intencionalidade do aluno-criador, bem como os meios pelos quais ele conseguirá desenvolver uma imagem que expresse seu desejo criativo, podem ser sistematicamente desenvolvidos pelo estudo da percepção visual e pelo domínio gradativo do recurso técnico a que ele se propõe. Exercícios que permitam a compreensão e o domínio da forma, bem como dos materiais plásticos são fundamentais para o desenvolvimento do fazer artístico nessa área.

Apreciação e leitura de imagens

A leitura de imagens e a compreensão daquilo que cada imagem expressa e porquê, de acordo com sua própria estratégia, tem sido um campo amplamente estudado desde meados do século 20.

Embora a contextualização histórica e sócio-política da obra de arte seja importante para a compreensão de uma história da cultura humana e não deva ser posta de lado, é importante que o professor de arte na área de Artes Visuais considere que a leitura de imagens tem seu próprio repertório, fundamentado na própria imagem, e que esse conhecimento deve ser apropriado pelo aluno para que ele possa desenvolver uma apreciação crítica das Artes Visuais.

Entrar em contato com obras visuais de diversos artistas é uma facilidade no mundo contemporâneo, podemos fazê-lo através da televisão, dos cadernos culturais de jornais e revistas, pela internet e, sempre que possível, ao vivo, em praças, museus, centros culturais, etc. A prática de observar essas produções, locais e mundiais, apreciá-las, analisá-las e interpretálas a partir de referenciais semióticos (que digam respeito exclusivamente à interpretação da imagem) é fundamental para que o aluno desenvolva a autonomia e criticidade nessa área do conhecimento.

Igualmente importante é o exercício da análise crítica da própria obra e da dos colegas de classe para que se possa desmistificar a criação artística entendida como dom e percebê-la como fruto do trabalho e da construção do conhecimento humano que pode e deve ser adquirido e compreendido.

Todo programa de Artes Visuais deveria reservar um momento para que a turma reunisse seus trabalhos e os submetesse à crítica e análise dos colegas.

Objetivos em Artes Visuais

Dentro do amplo campo da arte podemos considerar como objetivos específicos das Artes Visuais que o aluno:

- a) Perceba que o mundo visual em seu entorno é intencionalmente criado por artistas e profissionais da comunicação visual e que isso tem um impacto sobre cada indivíduo e a sociedade em geral;
- b) Entenda que é característica do trabalho de arte a intencionalidade; isso distingue a imagem criada pelo homem da imagem natural ou incidental;
- c) Compreenda que a aproximação e o entendimento da obra visual se ampliam na medida em que buscamos compreender a intenção do artista;
- d) Seja capaz de analisar uma imagem a partir das teorias que estudam e explicam os mecanismos próprios à imagem;
- e) Produza obras visuais que expressem sua própria intencionalidade de comunicação;

- f) Investigue e explore, com autoconfiança, novas possibilidades e recursos criativos para se expressar visualmente;
- g) Experimente o máximo de técnicas possíveis em Artes Visuais;
- h) Entre em contato com a produção de outros artistas locais e mundiais;
- i) Entre em contato com obras que foram consagradas mundialmente através da crítica histórica e se sinta confiante em analisá-las e criticá-las na busca de compreendê-las;
- i) Tenha a oportunidade de criar meios para expor sua própria produção.

2 - Dança na EJA

Ao compreendermos a arte como linguagem e a dança como arte, podemos refletir que dançar é a linguagem artística mais primitiva do ser humano. Usar o corpo como forma de linguagem para expressar nossos sentimentos e sensações mais subjetivos é algo tão remoto na experiência humana, seja individual ou coletiva, que, frequentemente, não nos recordamos de quando ou como desenvolvemos certas expressões corporais. Muitas vezes a origem desses movimentos encontra-se em nossa vivência como bebês.

E necessário que a dança não seja vista como simples coreografia, seja de tradições folclóricas, seja de representações contemporâneas. Se, por um lado é verídico que as coreografias nascem como formas de dança genuínas, por outro, é necessário estarmos atentos para o fato de que a dança coreografada é uma expressão coletiva. E, embora como representação coletiva de um grupo social, atenda a alguns objetivos do ensino da dança na EJA, não podemos nos esquecer que é necessário que desenvolvamos, igualmente, as expressões individuais.

Como forma de arte, a dança busca dar expressão aos sentimentos humanos através de seu instrumento mais básico: o próprio corpo. O indivíduo apropria-se intencionalmente de seus movimentos e repousos corporais para expressar um conteúdo íntimo e assim distingue sua expressão artística do simples movimento fortuito, por exemplo uma contração espontânea de dor.

Ao termos claro essa essência da dança podemos compreender as coreografias como intenções de um corpo coletivo em organizar seus movimentos para expressar determinados conteúdos. Posto isso, consideramos que o objetivo norteador das aulas de dança na EJA seja a possibilidade do aluno reconhecer a organização e expressão de seus movimentos originais, podendo agregarlhes intencionalidade artística.

É necessário que se possibilite a apreciação de apresentações de dança diversas e sua leitura e análise crítica, pois ampliarão o repertório dos alunos, permitindo uma melhor compreensão de seus próprios gestos e o aprimoramento desses.

Na educação em dança o professor pode e deve manter o objetivo de trabalhar as tradicionais coreografias, por exemplo as danças de roda de São João, que são tão importantes dentro da cultura escolar, tanto no sentido de reviver as histórias que nos mostram as origens dessas

tradições, quanto no fazer artístico da dança (dançar as quadrilhas), considerando que esses repertórios sejam autênticos dos alunos, mas que também explore novas possibilidades e um novo saber fazer, através de um trabalho de resgate do significado dos movimentos do próprio corpo do aluno e do grupo do qual ele participa, das danças que vivencia em seus momentos de lazer (festas, bailes, grupos culturais e folclóricos da sua comunidade, encontros com amigos, etc), para então tomar nova consciência desses gestos, criticamente.

Fazer Artístico em Dança

O fazer artístico em dança deve observar a experimentação do aluno sobre seus próprios movimentos, resgatando as expressões oriundas desses. Sendo a dança uma arte ligada às sensações do próprio corpo, deve-se proporcionar um resgate consciente dessa expressividade.

Igualmente, deve-se proporcionar experiências onde os alunos interajam uns com os outros já que a questão do corpo envolve a relação entre indivíduos, sempre visando uma intencionalidade expressiva que é o que caracterizará um trabalho artístico.

No âmbito da representação coletiva o resgate e a contextualização histórica das danças tradicionais não deve se sobrepor às novas criações propostas pelo grupo, já que, embora as festas escolares sejam uma oportunidade para a expressão e as apresentações de dança, essas não devem ser reduzidas a um exibicionismo de tarefas destituídas de expressividade.

Objetivos em Dança

Consideramos como objetivos específicos do trabalho com Dança na Educação de Jovens e Adultos que o aluno:

- a) Perceba a dança como expressão e representação de valores humanos que estão presentes nos indivíduos e na a sociedade em geral;
- b) Compreenda a importância de que a dança seja carregada de intencionalidade do indivíduo ou corpo de dança, distinguindo-a da simples imposição e repetição de padrões coreográficos externos destituídos de significado;
- c) Perceba as intencionalidades dos dançarinos, compreendendo melhor as representações da sociedade em seu entorno;
- d) Adquira autoconfiança para desenvolver seus próprios padrões de movimento e repouso em dança, de acordo com suas necessidade expressivas;
- e) Entre em contato com a produção de dançarinos locais e mundiais de diferentes períodos, seja pela TV, internet ou ao vivo;
- f) Desenvolva a alteridade para poder realizar trabalhos coletivos num corpo de dança;
- g) Tenha a oportunidade de criar meios para apresentar seus espetáculos.

3 - Teatro na EJA

O teatro talvez seja uma das mais antigas manifestações artístico-culturais do ser humano, pois se supõe que já exista desde a pré-história na forma de rituais que serviam à magia de dominar a natureza. Ele tem a peculiaridade de unir diversas linguagens artísticas. De um lado sua base é a dramaturgia do ator: o trabalho com o próprio corpo na intenção de expressar determinados sentimentos e dramas humanos; por outro, utiliza-se de textos (dramaturgia), das artes visuais (cenários, objetos de cena, indumentárias, cartazes de divulgação, maquilagem, etc.), da música (composições que enriquecem as cenas, sons, ruídos, etc.). Desse modo é uma linguagem artística capaz de desenvolver diversas potencialidades do ser humano quando esse tenta se fazer representar socialmente.

De qualquer modo é preciso estar atento para que não se perca o foco do objetivo essencial do teatro que está em vivenciar pela interpretação os dramas e conflitos humanos, independentemente de que a realização desses conflitos se dê na forma da tragédia ou da comédia.

No caso de apresentações teatrais o professor de arte em Teatro deve se sentir com liberdade para propor projetos interdisciplinares onde as competências sejam distribuídas, de modo a não se sentir ameaçado quanto à sua própria área de atuação. Direção teatral é, antes de tudo, uma competência para gerenciar e dirigir um grupo, o que permite a distribuição de responsabilidades. Vivenciar essa oportunidade de trabalho em equipe pode ser por si só enriquecedor para os alunos de Educação de Jovens e Adultos. Um projeto teatral na escola pode envolver diversas disciplinas, professores e alunos, a começar pela literatura, história, física, matemática, artes visuais, música, etc.

Mas essa visão formal do ensino de teatro não deve ofuscar a possibilidade do aluno apropriarse de seu corpo como instrumento de expressão dramática, não apenas na interpretação oral de textos, como pode parecer à primeira vista, mas, sobretudo na utilização de seu corpo como meio de comunicação das sensações e sentimentos humanos.

Embora possa haver na escola pressões no sentido de que as aulas de teatro revertam na apresentação de peças no sentido clássico do termo, principalmente quando há datas comemorativas, devemos ter em conta a prioridade de levar o aluno: 1°) a ter contato com a própria expressividade corporal; 2°) a compreender o que está sendo expresso gestualmente pela sociedade em que está inserido; 3°) a perceber o forte impacto que a linguagem corporal tem sobre a atuação do ser humano no meio circundante; e 4°) que se possa perceber as intencionalidades (mesmo quando inconscientes) que são expressas pelo gesto físico dramático.

Através da construção, reconstrução e interpretação de histórias diversas, o indivíduo pode vivenciar simbolicamente experiências que irão aprimorar seu repertório de vida. Nesse sentido não importa se a vivência se dê no nível da atuação dramática, ou de sua apreciação. O importante é que, como nos coloca Jung, para o amadurecimento psíquico do indivíduo, viver uma experiência, seja ela simbólica, como nos sonhos ou na fruição artística, ou seja na vida

real, proporciona ao ser humano os mesmos benefícios. Assim, cabe ao trabalho com teatro a possibilidade do aluno colocar-se nas mais diversas situações que lhe sejam significativas, buscando para cada uma delas o desfecho mais criativo e adequado à sua realidade.

Na apreciação de obras teatrais o resgate de grandes clássicos da dramaturgia da cultura ocidental aponta-nos possíveis soluções para os conflitos de grandes mitos humanos mas, também, devemos abrir a possibilidade de apreciação das obras contemporâneas que apontam novos desfechos. Igualmente, é fundamental que o aluno da Educação de Jovens e Adultos tenha a possibilidade de improvisar e criar seus próprios roteiros com desfechos adequados à sua realidade social e imaginária.

Fazer Artístico em Teatro

O fazer artístico em teatro na Educação de Jovens e Adultos deve proporcionar ao aluno a vivência da representação dramática e da improvisação, permitindo que o aluno perceba a expressão dos grandes mitos que há por detrás de toda criação narrativa.

A ntes mesmo de que se considere a montagem de peças teatrais, a natureza da improvisação e do desenvolvimento do trabalho do ator acumulam benefícios de expressão artística ímpar.

Tal fazer artístico deve, ainda, proporcionar a apreciação de apresentações teatrais do teatro amador e profissional, sempre que possível.

E, sentindo-se o grupo pronto para tal investimento, só haverá ganhos se, na prática, se chegar à montagem de uma peça para apresentação.

De qualquer modo a exibição do trabalho do ator deve ser priorizada já que é da natureza dessa linguagem representar para alguém. Nesse aspecto, o próprio grupo deve se converter em platéia crítica e exigente dos exercícios desenvolvidos em aula.

Objetivos em Teatro

Os objetivos específicos do ensino de Teatro na Educação de Jovens e Adultos podem ser considerados como os de desenvolver no aluno:

- a) a percepção de que a vivência simbólica é tão real para o ser humano quanto as experiências concretas do dia-a-dia;
- b) a expressividade intencional de seu corpo e sua utilização na representação cênica;
- c) a desinibição para se expor em palco, expressando sentimentos e sensações humanas;
- d) autoconfiança para desenvolver seu próprio estilo expressivo;
- e) competências vivenciais e teóricas para a apreciação de produções teatrais clássicas e da contemporaneidade;
- f) a alteridade para poder atuar em grupo;

- g) autonomia para criar e desenvolver projetos em teatro;
- h) conhecimentos que permitam ao aluno conhecer as regras e trâmites do mercado de trabalho em teatro.

4 - Música na EJA

Junto a tantos outros fazeres artísticos coletivos, a Música sempre esteve presente na história do homem como uma das mais importantes atividades coletivas nas diversas sociedades. Ela tem o poder de aglutinar o grupo em torno de uma prática que por si só pressupõe habilidades humanas de convivência, imaginação e destreza.

O trabalho de Música na Educação de Jovens e Adultos, da mesma maneira que em outras linguagens em Arte, deve partir da realidade musical vivenciada pelo aluno, do repertório que ele traz, das atividades musicais corriqueiras no grupo social do qual participa.

Igualmente, não deve estagnar aí, procurando ampliar a escuta do aluno para os fazeres musicais de outros grupos. É importante dar a oportunidade não só de se apreciar, mas também de fazer música nos mais diversos gêneros e estilos e com o maior número possível de meios. Sempre partindo do referencial do aluno, não se deve ter receio de mostrar diferentes músicas étnicas, músicas de concerto ou músicas populares, procurando discuti-las para entender seus modos de produção.

O professor de Música não deve se sentir, no entanto, obrigado a cobrir toda a gama histórica da música de concerto ou todos os estilos musicais populares possíveis.

Isso já seria impossível pela carga horária de que a disciplina dispõe, mas principalmente, perde o sentido quando se pensa que o objetivo maior do trabalho em Música na Educação de Jovens e Adultos é dar ao aluno a oportunidade de desenvolver o domínio dessa linguagem como forma de expressão do seu interior e da leitura de sua realidade. Assim como nas demais artes, é possível encontrar pontos de contato entre as criações musicais de diferentes épocas da história da música ou de diferentes culturas de nosso país e do mundo e o repertório dos alunos. A partir daí podem ser construídas experiências significativas para a aprendizagem em Música e para sua compreensão.

Desse mesmo ponto de vista, o ensino da leitura e escrita da grafia tradicional da música só deve ser valorizado até o ponto em que contribua para o objetivo maior da vivência musical e enriqueça o aluno. Deve-se tomar o cuidado para que o indivíduo entenda que ser músico ou fazer música é algo que envolve muitas habilidades e competências além do simples domínio do código gráfico, embora esse tenha a sua importância.

Na apreciação de obras musicais deve-se ressaltar sempre que o seu resultado final é fruto da intencionalidade do artista ao trabalhar o material sonoro do qual se utilizou. Ou seja, a configuração sonora de qualquer obra musical, em qualquer estilo, tem por base as escolhas feitas pelo criador a partir de seus valores estéticos, suas crenças sobre arte e sobre a música

em especial. Entender um pouco desses valores, passa pelo entendimento das técnicas e procedimentos utilizados. Por exemplo, para entender a melodia de um samba, seus saltos e surpresas, é necessário compreender o contraponto que esta faz com o ritmo e a harmonia que a acompanham.

Se a iniciação instrumental for materialmente possível em classes de Educação de Jovens e Adultos (caso a escola tenha instrumentos para tanto), não se deve abrir mão dela, mas o primordial, especialmente no trabalho com esse público, é resgatar as habilidades de execução instrumental que os alunos porventura já possuam. Sejam alunos que dominem um instrumento ou aqueles que tiveram alguma iniciação instrumental fragmentada, todos devem poder contribuir para o fazer musical do grupo. Utilizar materiais alternativos, como fazem alguns grupos da atualidade (por exemplo, Uakti e Stomp!), tanto na construção de instrumentos, quanto na sua utilização direta para produzir som, pode ser um caminho rico para a vivência instrumental, se explorado de forma sistemática e consciente.

Trabalhos de composição individuais ou em grupo que possam ser registrados das mais diversas formas (através de gravações, partituras gráficas, letras, cifragens, etc.), são um campo privilegiado para que os alunos percebam na prática os conceitos trabalhados na apreciação musical, na prática instrumental e vocal e trazidos à baila pela discussão do seu próprio fazer artístico.

Da mesma forma, a improvisação traz o desafio de colocar na prática e de modo espontâneo o que foi aprendido. Nesse sentido o professor deve procurar aplicar diferentes modelos de improvisação e propostas de criação, que tornem a prática do grupo interessante e estimulante. Muitos educadores musicais da atualidade tratam desse assunto e da sua aplicação em sala de aula, trazendo propostas que se adequam muito bem ao trabalho na Educação de Jovens e Adultos.

Vale lembrar que hoje as novas tecnologias da informação podem representar um grande auxílio na educação musical, ao tornarem acessíveis ferramentas de gravação, sequenciamento e edição de áudio. Muitos programas estão disponíveis gratuitamente e são de fácil utilização.

O computador proporciona uma experiência direta com a música e seus resultados podem ser ouvidos prontamente, sem que se necessite de outros meios para sua produção.

O canto coral também é uma estratégia privilegiada para proporcionar aos alunos da Educação de Jovens e Adultos uma vivência musical enriquecedora, mas não deve ser a única atividade musical. Quando isso acontece, vários aspectos dessa linguagem, que não dizem respeito à atividade coral, são negligenciados.

Na verdade, nenhuma dessas atividades e estratégias deve centralizar o trabalho. É importante diversificá-las. O ponto central, a ser buscado através de qualquer método que se coloque em prática, é levar o aluno ao domínio da linguagem musical como meio de expressão artística.

Fazer Artístico em Música

O fazer artístico em Música na Educação de Jovens e Adultos para que propicie ao aluno a oportunidade de desenvolver seu domínio da linguagem musical, deve procurar passar sempre pela apreciação, prática instrumental e vocal, criação musical, através da improvisação e da composição, e pela discussão de toda essa produção. Esses quatro aspectos se complementam, deixando que o aluno transfira os conhecimentos adquiridos de uma prática para outra, aprofundando sua utilização expressiva. A discussão a respeito da produção deve ser aberta e apoiar-se em critérios que nasçam do próprio grupo e de suas vivências, enriquecidos pelo que o professor pode acrescentar com sua experiência e conhecimento específico na área.

É importante que os resultados do trabalho dos alunos possam ser mostrados em apresentações, sejam elas internas ou públicas. Essa prática dá ao aluno a oportunidade de avaliar o contato da sua produção ao ser exposta ao público, a recepção desse para com seu produto, encaminhando mudanças, caso sejam necessárias, para que o artista (aluno) alcance da melhor maneira possível aquilo que deseja expressar.

Outra tarefa importante para o professor, no que concerne à prática instrumental e vocal, é equilibrar o peso da execução individual e em grupo, não deixando que a soma das sonoridades dos vários elementos do grupo dê ao aluno a impressão de que pode descuidar da qualidade da sua sonoridade individual.

Objetivos em Música

Como objetivos específicos do ensino da Música na Educação de Jovens e Adultos podemos considerar que o aluno:

- a) Entenda a música como meio de expressão artística presente nas mais diversas épocas da humanidade;
- b) Tenha contato com o máximo de meios e técnicas de produção musical;
- c) Compreenda que a aproximação e o entendimento da obra musical se ampliam na medida em que buscamos compreender a intenção do artista, seus valores estéticos, as técnicas e procedimentos dos quais se utilizou;
- d) Entre em contato com um repertório variado, das mais diversas épocas e representativo de diferentes culturas nacionais e internacionais, adquirindo um mínimo de competências vivenciais e teóricas para sua apreciação;
- e) Adquira autoconfiança para desenvolver seus próprios padrões de interpretação, improvisação e composição, produzindo obras musicais que expressem sua própria intencionalidade de comunicação e expressão;
- f) Desenvolva a alteridade para poder atuar em grupo;
- g) Adquira conhecimentos que lhe permitam conhecer as regras e trâmites do mercado de trabalho em Música;
- h) Desenvolva autonomia para criar e desenvolver projetos musicais;
- i) Tenha a oportunidade de criar meios para expor sua própria produção.

BIBLIOGRAFIA

Educação de Jovens e Adultos

BARRETO, Elba S. de Sá (org.). Os Currículos do ensino Fundamental para as escolas Brasileiras. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BORDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 1974.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BOUTINET, Jean-Pierra. Antropologia do Projeto. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Brasília, 1996.

BYINGTON, Carlos Amadeu. Pedagogia Simbólica: A construção amorosa do conhecimento de ser. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1996.

CUNHA, Luis Antonio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo, Cortez, 1991.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez Ed. e MEC, 1999.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. 13. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

____. Pedagogia do Oprimido. 10. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1990.

_____. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 4. ed. São Paulo, Ática, 1991.

GEERTZ, Clifford. O Saber Local. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GERALDI, FIORENTINI, PEREIRA (orgs.). Cartografias do trabalho docente. Campinas, SP: ALB e Mercado das Letras, 1998.

GHIRARDELLI JR., Paulo. História da Educação. São Paulo, Cortez, 1990.

GIROUX, Henry. Escola Crítica e Política Cultural. São Paulo: Cortez / Autores associados, 1992.

JUNG, C. Desenvolvimento da Personalidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

_. Psicología y Educación. Barcelona, Espanha: Paidós, 1993. KANT, Emanuel. Crítica de la razón pura. México: Porrúa S/A, 1987. LECHTE, John. Cinquenta Pensadores Contemporâneos Essenciais: do estruturalismo à pósmodernidade. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo, Cortez, 1991. LIMA, L.O. Piaget para Principiantes. São Paulo, Summus, 1980. LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo, Cortez, 1990. MAFFESOLI, Michel. A Transfiguração do Político: a tribalização do mundo. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 1997. MARTINS, Mª Anita Viviani. O Professor como Agente Político. Ed. Loyola, 1984. MOLL, Luis C. Vygotsky e a Educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1996. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. OLIVEIRA, Martha K. Vygotsky - Aprendizado e Desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo, Ed. Scipione, 2001. Os Pensadores. Friedrich Nietzsche: Obras Incompletas. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Os Pensadores: Bachelard. São Paulo: Abril Cultural, 1978. PATTO, Maria Helena Souza (org.). Introdução à Psicologia Escolar. São Paulo, Queiroz, 1981. PERRENOUD, Philippe. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed, 1999. PIAGET, Jean e INHELDER, Barbel. A Psicologia da Criança. Editora Bertrand, 1994.

. Para onde vai a Educação?. Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1974.

POZO, Juan Ignácio. Aprendizes e Mestres: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. & ELKIND, David. *Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROCHA, Any Dutra Coelho da. Conselho de Classe: Burocratização ou Participação? 3. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, [1987?]. SAVIANI, Demerval. Educação: do senso-comum à consciência filosófica. Coleção Educação Contemporânea. São Paulo: Ed. Atores Associados e Cortez Ed., 1985.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Cadernos PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasília, vol. 1, Introdução; 1997.

. Escola e Democracia. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. São Paulo: Ed.

_. Cadernos PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasília, vol. 8, Apresentação dos Temas Transversais e Ética, 1997.

SOARES, Magda. Linguagem e Escola; uma perspectiva social. São Paulo, Ática, 1986.

Autores Associados e Cortez ed., 1983, 5a. edição.

TEVES, Nilda (org.). Imaginário Social e Educação. Rio de Janeiro, Gryphus, Faculdade de Educação da UFRI, 1992.

TOMMASI, WARDE e HADDAD. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez Ed., PUC-SP e Ação Educativa, 1998.

TURRA, Clódia M. et al. Planejamento de Ensino e Avaliação. Porto Alegre, Sagra, 1986.

VEIGA, Ilma Passos de A. da (org.). Repensando a Didática. Campinas, Papirus, 1988.

VIANNA, Ilca O. de A. Planejamento Participativo na Escola; um desafio ao educador. São Paulo, EPU, 1986.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Arte na EJA

AMARAL, Aracy. Arte para quê: a preocupação social na arte brasileira, 1930 – 1970. São Paulo: Nobel, 1984.

ARANTES, Antonio Augusto. O que é Cultura Popular. 14. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação: Conflitos e Acertos. São Paulo: Max Limonad, 1984.

____. Teoria e Prática da Educação Artística. São Paulo, Cultrix, 1975.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Folclore. 10. ed. São Paulo, Brasiliense, [1989?].

BRANT, Leonardo (org.). Políticas Culturais, vol 1. Barueri, SP: Manole, 2003.

CASCUDO, Luís A. da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, ?.

DUARTE JR., João-Francisco. Por que Arte-Educação? 2. ed. Campinas, Papirus, 1985.

_____. Fundamentos Estéticos da Educação. São Paulo, Cortez, 1981.

DURAND, Gilbert. Estruturas Antropológicas do Imaginário: Introdução a Arquetipologia Geral. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

______. A Imaginação Simbólica. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1982.

FERRAZ, M. H. C. de T.; FUSARI, M. F. de R. Metodologia do Ensino de Arte. São Paulo, Cortez, 1993.

FISCHER, Ernst. A necessidade da Arte. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FRYE, Northrop. Anatomy of Criticism. England: Penguin, 1990.

FUSARI, M. F. de R.; FERRAZ, M. H. C. de T. Arte na Educação Escolar. São Paulo, Cortez, 1993.

GONÇALVES, L. A. Oliveira; SILVA, P. B. G. O Jogo das Diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. DP&A, 1999.

HAUSER, Arnold. Teorias da Arte. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

_____. História Social da Literatura e da Arte. Tomo I e II. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

HONNEF, Klaus. Arte Contemporânea. Colónia: Benedikt Taschen, 1992.

LINHARES, Ângela. O Tortuoso e Doce Caminho da Sensibilidade. Rio Grande do Sul: Unijú, 1999.

LOWENFELD, Victor e BRITTAIN, W Lambert. Desenvolvimento da Capacidade Criadora. São Paulo: Mestre Jou. 1977.

MARCUSE, Hebert. A Dimensão Estética. São Paulo: Martins Fontes, 1977c.

MENEZES, A. P. Olhar hermético: o Invasor na lente de Maquiavel. Dissertação de Mestrado em "Educação, Arte e História da Cultura. São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2003.

. & CONTIER, A. D.: ATTIÉ, S. B. "O papel da escola frente os rituais de inserção social dos jovens a partir da reflexão dos salões da Belle Époque paulistana. Cadernos de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, v.2, nº 1, 21-31. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2002.

MOLES, Abraham. Teoria da Informação e Percepção Estética. Brasília, UNB, 1978.

OSTROWER, Fayga. Criatividade e Processos de Criação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

PAREYSON, Luigi. Os Problemas de Estética. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

PATAI, Raphael. O Mito e o Homem Moderno. São Paulo: Cultrix, 1974.

PENNA, Maura. "Diretrizes para uma educação artística democratizante: a ênfase na linguagem e nos conteúdos". In Peregrino, Yara Rosas (Coord.). Da Camiseta ao Museu. João Pessoa: Editora Universitária (UFPB), 1995.

PIERCE, Charles Sanders. Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PORCHER, Louis (org.). Educação Artística: Luxo ou Necessidade? São Paulo, Summus, 1982.

READ, Hebert. O Sentido da Arte. São Paulo: Ibrasa, 1987.

___. A Arte de Agora: uma introdução à teoria da pintura e escultura modernas. São Paulo: Perspectiva, 1972

. A Educação Pela Arte. São Paulo, Ed. Martins Fontes: 2001.

SANTOS, Marcos Ferreira. "O Olho e a Mão: Educação e Produção Simbólica na Compreensão Mythodológica da Sala de Aula". Texto base do curso "Alternativas Mythodológicas em sala de aula" São Paulo: EPAM Prof. Américo de Moura, 6ª Delegacia de Ensino de São Paulo: junho-outubro 1997.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Cadernos PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasília, vol. 6, Arte, 1997.

STORI, N. & MENEZES, A. P. Diário de Bordo: um meio de elaboração da sensibilização artística. Cadernos de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura. São Paulo, vol. 2, n° 1, 73-82, 2002.

SCHILLER, Friedrich. A Educação Estética do Homem: numa série de cartas. São Paulo: Iluminuras, 1995.

TAYLOR, Calvin. Criatividade: progresso e potencial. São Paulo: IBRASA, 1976.

WATT, Ian. Mitos do Individualismo Moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoé. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

WHITMONT; Edward C. A Busca do Símbolo. São Paulo, Cultrix, 2002.

WÖLFFLIN, Henrich. Conceitos fundamentais da História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Artes Visuais na FJA

AGUILAR, Nelson (org.) / Fundação Bienal de São Paulo. Mostra do Redescobrimento: arte moderna. São Paulo: Associação Brasil 500 anos Artes Visuais, 2000

AMARAL, Aracy. Arte para quê: a preocupação social na arte brasileira, 1930 – 1970. São Paulo: Nobel, 1984.

ANDREW, J. Dudley. As Principais Teorias do Cinema: uma introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ARGAN, Giulio C. Arte Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ARNHEIM, Rudolf. Arte e Percepção Visual: uma psicologia da visão criadora: nova versão. São Paulo: Pioneira e EDUSP, 1980.

____. A Arte do Cinema. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1989.

AUMONT, Jacques e outros. A Estética do Filme. Campinas, SP:Papirus, 2002.

BUORO, Anamélia Bueno. Olhos que Pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo: Educ; Fapesp e Cortez, 2002.

CANEVACCI, Massimo. Antropologia do Cinema: do mito à indústria cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

____. Antropologia da Comunicação Visual. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

EPSTEIN, Isaac. O Signo. São Paulo: Editora Ática, 2001.

GOMBRICH, H. Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo: Martins Fontes, 1984. Historia Del Arte. España: Garriga, 1975.

HONNEF, Klaus. Arte Contemporânea. Colónia: Benedikt Taschen, 1992.

JAFFÉ, Aniela. O Mito do Significado. São Paulo: Cultrix, 1995.

KANDINSKY, I. Punto y Línea sobre el Plano: contribución al análisis de los elementos pictóricos. Barcelona, ES: Punto Omega, 1988.

__. Curso da Bauhaus. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LINHARES, Ângela. O Tortuoso e Doce Caminho da Sensibilidade. Rio Grande do Sul: Unijú, 1999.

LOWENFELD, Victor e BRITTAIN, W Lambert. Desenvolvimento da Capacidade Criadora. São Paulo: Mestre Jou. 1977.

MANGUEL, Alberto. Lendo Imagens: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MENEZES, A. P. Olhar hermético: o Invasor na lente de Maquiavel. Dissertação de Mestrado em "Educação, Arte e História da Cultura. São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2003.

METZ, Christian. Ensayos sobre la significación en el cine (1964 – 1968). Volumen 1. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2002.

. Ensayos sobre la significación en el cine (1968 – 1972). Volumen 2. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2002.

____. El significante imaginario: psicoanálisis y cine. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2001.

. Linguagem e Cinema. São Paulo: Perspectiva, 1980.

NEIVA, Jr, Eduardo. A Imagem. São Paulo: Editora Ática, 2002.

OAKLANDER, Violet. Descobrindo crianças: a abordagem gestáltica com crianças e adolescentes. São Paulo: Summus, 1980.

PAÏN, Sara; JARREAU, Gladys. Teoria e Técnica da Arte Terapia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PEDROSA, Israel. *Da Cor à Cor Inexistente*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial Itda & Editora Universidade de Brasília, 1982.

TAYLOR, Calvin. Criatividade: progresso e potencial. São Paulo: IBRASA, 1976.

WÖLFFLIN, Henrich. Conceitos fundamentais da História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Dança na EJA

BERTHERAT, Therese & BERNSTEIN, Carol. O Corpo tem suas razões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FUX, Maria. *Dança, Experiência de Vida*. São Paulo: Summus, 1983. LABAN, Rudolf. *Domínio do movimento*. São Paulo: Summus, 1978.

MARQUES, Isabel. Ensino de dança hoje. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Dança Educativa Moderna. São Paulo: Ícone, 1991.

Teatro na EJA

CHACRA, Sandra. Natureza e sentido da improvisação teatral. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

DURAND, Gilbert. Imaginação Simbólica. São Paulo: Cultrix & EDUSP, 1988.

FISCHER, Ernst. A Necessidade da Arte. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

HAUSER, Arnold. História Social da Literatura e da Arte. Tomo I e II. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

JUNG, C.G. O Homem e seus Símbolos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1964.

KOUDELA, Ingrid D. Jogos Teatrais. São Paulo: Perspectiva, 1984.

. Brecht: um jogo de aprendizagem. São Paulo: Perspectiva & EDUSP, 1991.

. Um vôo brechtiano. São Paulo: Perspectiva, 1992.

KUSNET, Eugênio. *Iniciação à arte dramática*. São Paulo: Editora brasiliense, 1968.

MAY, Rollo. A Coragem de Criar. São Paulo: Nova fronteira, 1982.

SLADE. Peter. O Jogo Dramático Infantil. São Paulo: Summus Editorial, 1978.

SPOLIN, Viola. *Improvisação para o teatro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

STANISLAVSKY, K. S. A Construção da Personagem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

____. A criação de um papel. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

STEVENS, John O. Tornar-se presente. São Paulo: Summus editorial, 1977.

Música na EJA

Alfaya, Mónica; Parejo, Enny. Musicalizar. Brasília, Musimed, 1987.

Alvarenga, Oneyda. Música Popular Brasileira. 2. ed. São Paulo, Duas Cidades, 1982.

ANDRADE, Mário de. Pequena História da Música. 8. ed. São Paulo, Martins, 1977.

Antunes, Jorge. Notação na Música Contemporânea. Brasília, SISTRUM, 1989.

BARRAUD, Henry. Para Compreender as Músicas de Hoje. São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1975.

BEHLAU, Mara & REHDER, Maria Inês . Higiene Vocal para o Canto Coral. Rio de Janeiro, RevinteR Ed., 1997.

Bressan, Wilson J. Educar Cantando; a função educativa da música popular. Petrópolis, Vozes, 1989.

CADERNOS DE ESTUDO: ANÁLISE MUSICAL. São Paulo, Editora Atravez, 1988-. Semestral. Publicado em convênio com a Escola de Música da UFMG.

CADERNOS DE ESTUDO: EDUCAÇÃO MUSICAL. São Paulo, Editora Atravez, 1990-. Semestral. Publicado em convênio com a Escola de Música da UFMG.

CADERNOS DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE (editados por Roy BENNETT). Rio de Janeiro, Zahar, 1985-1986. 6v.

CALDAS, Waldenyr. Iniciação à Música Popular Brasileira. São Paulo, Ática, 1985.

CALDEIRA FILHO, J. C. Apreciação Musical: Subsídios Técnico-Estéticos. São Paulo, Fermata, 1971.

COMPAGNON, Germaine; TOMET, Maurice. Educación del Sentido Rítmico. Buenos Aires, Kapelusz, 1975.

DALCROZE, E. Le Rythme, la Musique et l'Éducation. 9. ed. Paris, Foetisch Freres, s.d.

DENNIS, Brian. Experimental Music in Schools; towards a new world of sound. OUP, 1970.

FARIA, Nelson. A Arte da Improvisação; para todos os instrumentos. Rio de Janeiro, Lumiar, 1991.

GAGNARD, M. Iniciação Musical dos Jovens. 2. ed. Lisboa, Editorial Estampa, 1981.

GAINZA, Violeta Hemsy de. Estudos de Psicopedagogia Musical. São Paulo, Summus, 1988.

______. La Improvisación Musical. Buenos Aires, Ricordi, 1983.

_____. La Iniciacion Musical del Niño. Buenos Aires, Ricordi, [1986?].

GONZALEZ, Maria Elena. Didáctica de la Música. Buenos Aires, Kapelusz, 1963.

GRIFFITHS, Paul. A Música Moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

HEITOR, Luiz. 150 anos de Música no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

HENRIQUE, Luís. Instrumentos Musicais. Lisboa, Calouste Gulbenkian, [1988?].

KIEFER, Bruno. História da Música Brasileira. Porto Alegre, Movimento, 1977.

MARTENOT, Maurice. Principies Fondamentaux d'Éducation Musicale. Paris, Editions Magnard, 1966.

MEYER, Leonard B. Emotion and Meaning in Music. Chicago, University Press, 1956.

MONTANARI, Valdir. *História da Música*; da idade da pedra à idade do rock. 2. ed. São Paulo, Ática, 1993.

NEVES, José Maria. Música Contemporânea Brasileira. São Paulo, Ricordi, 1981.

PAYNTER, John. *Oir, Aqui y Ahora*; una introducción a la música actual en las escuelas. Buenos Aires, Ricordi, [1991?].

PAYNTER, John; ASTON, Peter. Sound and Silence. Cambridge, Cambridge University Press, 1970. PAZ, Ermelinda A. As Estruturas Modais na Música Folclórica Brasileira. Rio de Janeiro, UFRJ/ SR-1, 1993. (Cadernos Didáticos, 8). . O Modalismo na Música Brasileira. Brasília, MusiMed, 2002. __. Um Estudo sobre as Correntes Pedagógico-Musicais Brasileiras. Rio de Janeiro, UFRJ/ SR-1, 1993. (Cadernos Didáticos, 11). . A Pedagogia Musical Brasileira no Século XX; metodologias e tendências. Brasília, MusiMed, 2000. PAZ, Juan Carlos. Introdução à Música do Nosso Tempo. São Paulo, Duas Cidades, 1977. PENNA, Maura L. Reavaliações e Buscas em Musicalização. São Paulo, Loyola, 1990. PEREIRA, Antonio de Sá. Psicotécnica do Ensino Elementar de Música. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937. PERGAMO, Ana Maria Locatelli de. La Notación de la Música Contemporanea. Buenos Aires, Ricordi, s.d. RAYNOR, Henry. História Social da Música; da idade média a Beethoven. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986. RODRIGUES, A., FERNANDES, J. N., & NOGUEIRA, M. (org). Música na Escola - o uso da voz. Rio de Janeiro: Conservatório Brasileiro de Música, 2000. SÁ, Gazzi de. Musicalização. Rio de Janeiro, Seminários de Música Pró-Arte/INM-FUNARTE, 1990. SANTOS, Regina Márcia. A natureza da aprendizagem musical e suas implicações curriculares - análise comparativa de quatro métodos. In Fundamentos da Educação Musical: ABEM, junho/1994. SCHAFER, R. Murray. A Afinação do Mundo. São Paulo, Ed. UNESP, 2001. _____. O Ouvido Pensante. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.

SLOBODA, John. The Musical Mind. The Cognitive Psychology of Music. Oxford, Clarendon Press, 1985.

SELF, George. Nuevos Sonidos en Clase. Buenos Aires, Ricordi, [19??].

SOBREIRA, Silvia Garcia. Desafinação vocal. Rio de Janeiro, 2002.

SWANWICK, Keith. Musical Knowledge - Intuition, Analysis and Music Education. London, Routledge, 1994.

THACKRAY, R. M. Creative Music in Education. London, Novello, 1965.

TINHORÃO, José Ramos. Pequena História da Música Popular, da modinha à lambada. 6. ed. rev. aum. São Paulo, Art. Editora, 1991.

WILLEMS, Edgar. L'Oreille Musicale. 4. ed. Suisse, Editions Pró-Música, 1977. 2v.
La Preparación Musical de los Más Pequeños. Buenos Aires, Eudeba, 1962.
Las Bases Psicologicas de la Educación Musical. Buenos Aires, Eudeba, 1961.
WISNIK, José Miguel. O som e o sentido. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Professores Especialistas Miguel Angelo da Luz Mônica Maria Tancredi Coelho

Os princípios que norteiam a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos contribuem para a discussão e a reflexão da sua prática pedagógica. Seus aspectos fundamentais são:

- princípio da inclusão;
- princípio da diversidade;
- a categoria dos conteúdos a serem aplicados.

PRINCÍPIO DA INCLUSÃO

Cria condições para o exercício pleno da cidadania, garantindo a todos os alunos o acesso ao conhecimento da cultura corporal de movimento por meio da participação efetiva.

PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE

Atua na construção dos processos de ensino e aprendizagem e ajuda a orientar a escolha de objetivos e conteúdos, visando a ampliar as relações entre os conhecimentos da cultura corporal de movimento e os sujeitos da aprendizagem nas dimensões afetivas, cognitivas, motoras e socioculturais dos alunos.

CATEGORIA DOS CONTEÚDOS

São fatos, conceitos e princípios ligados ao fazer e atitudes como normas e valores.

A Educação Física é entendida como a área que trata de um tipo de conhecimento, denominado cultura corporal de movimento, que tem como temas o jogo, a ginástica, o esporte, a dança, a luta e outras temáticas que apresentarem relações entre a cultura corporal de movimento e o contexto histórico-social dos alunos.

A Educação Física deve dar oportunidades a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos e a manutenção e melhoria da saúde.

Cabe assinalar que os alunos portadores de necessidades especiais não podem ser privados das aulas de Educação Física.

Nas aulas de Educação Física os temas transversais como ética, saúde, pluralidade cultural, meio ambiente, orientação sexual, trabalho e consumo são importantíssimos para ampliar o olhar sobre a prática cotidiana e ao mesmo tempo, estimular a reflexão para a construção de novas formas de abordagem dos conteúdos.

Critérios de Seleção dos Conteúdos

Relevância Social

Foram selecionadas práticas da cultura corporal de movimento que tem presença marcante na sociedade brasileira, cuja aprendizagem favorece a ampliação das capacidades de interação sociocultural, o usufruto das possibilidades de lazer, a promoção da saúde pessoal e coletiva.

E de fundamental importância que os conteúdos da área contemplem as demandas apresentadas pelos temas transversais.

Características dos Alunos

A definição dos conteúdos deve guardar uma amplitude que possibilite a consideração das diferenças entre as regiões e considere os níveis de crescimento e desenvolvimento dos alunos e suas possibilidades de aprendizagem.

O trabalho deve contemplar os vários níveis de competência desenvolvidos, para que todos os alunos sejam incluídos e as diferenças individuais resultem em oportunidades para troca e enriquecimento do próprio trabalho. Dentro dessa perspectiva, o grau de aprofundamento dos conteúdos estará submetido às dinâmicas dos próprios grupos, evoluindo do mais simples e geral para o mais complexo e específico.

Essa organização tem a função de evidenciar quais são os objetivos de ensino e aprendizagem que estão sendo privilegiados, servindo como subsídio ao trabalho do professor, que deverá distribuir os conteúdos a serem trabalhados de maneira diversificada e adequada às possibilidades e às necessidades de cada contexto.

Assim, não se trata de uma estrutura estática ou inflexível, mas sim de uma forma de organizar o conjunto de conhecimentos abordados, segundo os diferentes enfoques que podem ser dados.

Esportes, jogos, lutas e ginásticas	Atividades rítmicas e expressivas				
Conhecimentos sobre o corpo					

Conhecimento sobre o corpo

Este bloco diz respeito aos conhecimentos e conquistas individuais que subsidiam as práticas corporais expressas nos outros dois blocos e que dão recursos para o indivíduo gerenciar sua atividade corporal de forma autônoma. Para se conhecer o corpo, abordam-se os conhecimentos anatômicos, fisiológicos, biomecânicos e bioquímicos que capacitam a análise crítica dos programas de atividade física e estabelecem-se critérios de julgamento e escolha de atividades corporais saudáveis.

Os conhecimentos de anatomia referem-se principalmente à estrutura muscular e óssea e são abordados sob o enfoque da percepção do próprio corpo, sentindo e compreendendo, por exemplo, os ossos e os músculos envolvidos nos diferentes movimentos e posições, em situações de relaxamento e tensão.

Os conhecimentos de fisiologia são aqueles básicos para compreender as alterações que ocorrem durante as atividades físicas (frequência cardíaca, queima de calorias, perda de água e sais minerais) e aquelas que ocorrem a longo prazo (melhora da condição cardiorespiratória, aumento da massa muscular, da força e da flexibilidade e diminuição do tecido adiposo).

A bioquímica abordará conteúdos que subsidiam a fisiologia: alguns processos metabólicos como a produção de energia e a eliminação e reposição de nutrientes básicos.

Também fazem parte deste bloco os conhecimentos sobre os hábitos posturais e atitudes corporais. A ênfase deste item está na relação entre as possibilidades e as necessidades biomecânicas e a construção sociocultural da atitude corporal, dos gestos, da postura. Por que, por exemplo, os orientais sentam-se no chão, com as costas eretas? Por que existe uma tendência em apoiar-se em apenas uma das pernas na postura em pé? Observar, analisar, compreender essas atitudes corporais são atividades que podem ser desenvolvidas juntamente com projetos de História, de Geografia, e dentro do tema Pluralidade Cultural. Além da análise dos diferentes hábitos, pode-se incluir a questão da postura dos alunos na escola: as posturas mais adequadas para fazer determinadas tarefas e para diferentes situações.

Esportes, jogos, lutas e ginásticas

As práticas em que são adotadas regras de caráter oficial e competitivo, organizadas em federações regionais, nacionais e internacionais que regulamentam a atuação amadora e a profissional, são consideradas como esporte.

Os jogos podem ter uma flexibilidade maior nas regulamentações, que são adaptadas em função das condições de espaço e material disponíveis, do número de participantes, entre outros. São exercidos com um caráter competitivo ou recreativo em situações festivas, comemorativas, de confraternização ou ainda no cotidiano, como simples passatempo e diversão. Assim, incluemse entre os jogos as brincadeiras regionais, os jogos de salão, de mesa, de tabuleiro, de rua e as brincadeiras infantis de modo geral.

As lutas são disputas em que o(s) oponente(s) deve(m) ser subjugado(s), com técnicas e estratégias de desequilíbrio, contusão, imobilização ou exclusão de um determinado espaço na combinação de ações de ataque e defesa. Caracterizam-se por uma regulamentação específica a fim de punir atitudes de violência e de deslealdade. Podem ser citados como exemplos de lutas desde as brincadeiras de cabo-de-guerra e braço-de-ferro até as práticas mais complexas de capoeira, do judô e do caratê.

As ginásticas são técnicas de trabalho corporal que, de modo geral, assumem um caráter individualizado com finalidades diversas. Por exemplo, podem ser feitas como preparação para outras modalidades, como relaxamento, para manutenção ou recuperação da saúde ou ainda de forma recreativa, competitiva e de convívio social. Envolvem ou não a utilização de materiais e aparelhos, podendo ocorrer em espaços fechados, ao ar livre e na água.

Incluem-se neste bloco as informações históricas sobre as origens e características dos esportes, jogos, lutas e ginásticas e a valorização e apreciação dessas práticas.

Atividades rítmicas e expressivas

Em relação ao ritmo, desde a respiração até a execução de movimentos mais complexos, se requer um ajuste com referência ao espaço e ao tempo, envolvendo, portanto, um ritmo ou uma pulsação.

Este bloco de conteúdos inclui as manifestações da cultura corporal que têm como característica comum a intenção explícita de expressão e comunicação por meio de gestos na presença de ritmos, sons e da música na construção da expressão corporal.

Trata-se especificamente das danças, mímicas e brincadeiras cantadas. Nessas atividades rítmicas e expressivas encontram-se mais subsídios para enriquecer o processo de informação e formação dos códigos corporais de **comunicação dos indivíduos e do grupo**.

A diversidade cultural que caracteriza o nosso país tem na dança uma de suas expressões mais significativas, constituindo um amplo leque de possibilidades de aprendizagem.

Todas as culturas têm algum tipo de manifestação rítmica e expressiva. No Brasil existe uma riqueza muito grande dessas manifestações. Danças trazidas pelos africanos na colonização, danças relativas aos mais diversos rituais, danças que os imigrantes trouxeram em sua bagagem, danças que foram aprendidas com os vizinhos de fronteira, danças que são vistas na televisão.

O conhecimento de algumas técnicas de execução de movimentos e a utilização delas no exercício de seu potencial comunicativo, ser capaz de improvisar e de construir coreografias contribuem para o desenvolvimento de valorização e apreciação dessas expressivas manifestações culturais.

Organização dos conteúdos

Os conteúdos dos blocos são organizados em dois itens: o primeiro trata dos conteúdos atitudinais e o segundo agrupa conteúdos conceituais e procedimentais.

Atitudes

Conhecimento sobre o corpo, esportes, jogos, lutas e ginásticas, atividadeds rítmicas e expressivas.

- Predisposição a cooperação e solidariedade (ajudar o outro, dar segurança, contribuir com um ambiente favorável ao trabalho).
- Predisposição ao diálogo (favorecer a troca de conhecimento, não sonegar informações úteis ao desenvolvimento do outro, valorizar o diálogo na resolução de conflitos, respeitar a opinião do outro.
- Valorização da cultura popular e nacional.
- Predisposição para a busca do conhecimento, da diversidade de padrões, da atitude crítica em relação a padrões impostos do reconhecimento a outros padrões pertinentes a diferentes contextos.
- Respeito a si e ao outro (os próprios limites corporais, desempenho, interesse, biótipo, gênero, classe social, habilidade, erro).
- Valorização do desempenho esportivo de um modo geral, sem ufanismo ou regionalismo.
- Predisposição para experimentar situações novas ou que envolvam novas aprendizagens.
- Predisposição para cultivar algumas práticas sistemáticas, como os exercícios técnicos de manutenção das capacidades físicas.
- Aceitação da disputa como um elemento de competição e não como uma atitude de rivalidade frente aos demais.
- Predisposição em aplicar os conhecimentos técnicos e táticos.
- Valorização do próprio desempenho em situações competitivas desvinculadas do resultado.
- Reconhecimento do desempenho do outro como subsídio para a própria evolução, como parte do processo de aprendizagem.
- Disposição em adaptar regras, materiais e espaço visando a inclusão do outro (jogos, ginásticas, esportes).

- Disposição para aplicar os conhecimentos adquiridos e os recursos disponíveis na criação e adaptação de jogos, danças e brincadeiras, otimizando o tempo disponível para o lazer.
- Valorização da cultura corporal de movimento como parte do patrimônio cultural da comunidade, do grupo social e da nação.
- Valorização do estilo pessoal de cada um.
- Valorização da cultura corporal de movimento como instrumento de expressão de afetos, sentimentos e emoções.
- Valorização da cultura corporal de movimento como possibilidade de obter satisfação e prazer.
- Valorização da cultura corporal de movimento como linguagem, como forma de comunicação e integração social.
- Respeito às diferenças e características relacionadas ao **gênero presente nas práticas da cultura corporal de movimento.**

Conceitos e Procedimentos: conhecimentos sobre o corpo

- Identificação das capacidades físicas básicas.
- Compreensão dos aspectos relacionados com a boa postura.
- Compreensão das relações entre as capacidades físicas e as práticas da cultura corporal de movimento.
- Compreensão das técnicas de desenvolvimento e manutenção das capacidades físicas básicas.
- Vivência de diferentes formas de desenvolvimento das capacidades físicas básicas.
- Identificação das funções orgânicas relacionadas às atividades motoras.
- Vivências corporais que ampliem a percepção do corpo sensível e do corpo emotivo.
- Conhecimento dos efeitos que a atividade física exerce sobre o organismo e a saúde.
- Compreensão dos mecanismos e fatores que facilitam a aprendizagem motora.
- Compreensão dos fatores fisiológicos que incidem sobre as características da motricidade masculina e feminina.

Conceitos e Procedimentos: esportes, jogos, lutas e ginásticas

- Compreensão dos aspectos históricos sociais relacionados aos jogos, às lutas, aos esportes e às ginásticas.
- Participação em jogos, lutas e esportes dentro do contexto escolar de forma recreativa.
- Participação em jogos, lutas e esportes dentro do contexto escolar de forma competitiva.
- Vivência de jogos cooperativos.
- Desenvolvimento das capacidades físicas e habilidades motoras por meio das práticas da cultura corporal de movimento.
- Compreensão e vivência dos aspectos relacionados à repetição e à qualidade do movimento na aprendizagem do gesto esportivo.

- Aquisição e aperfeiçoamento de habilidades específicas a jogos, esportes, lutas e ginásticas.
- · Compreensão e vivência dos aspectos técnicos e táticos do esporte no contexto escolar.
- Desenvolvimento da capacidade de adaptar espaços e materiais na criação de jogos.
- Desenvolvimento da capacidade de adaptar espaços e materiais para realizar esportes simultâneos, envolvendo diferentes objetivos de aprendizagem.
- Vivência de esportes individuais dentro de contextos participativos e competitivos.
- Vivência de esportes coletivos dentro de contextos participativos e competitivos.
- · Vivência de variados papéis assumidos no contexto esportivo (goleiro, defesa, atacante, técnico, torcedor, juiz, etc...)
- Participação na organização de campeonatos, gincanas, excursões e acampamentos dentro do contexto escolar.
- Compreensão das diferentes técnicas ginásticas relacionadas com diferentes contextos históricoculturais e com seus objetivos específicos.
- Compreensão e vivência dos aspectos de quantidade e qualidade relacionados aos movimentos GINÁSTICOS.

Conceitos e Procedimentos: atividades rítmicas e expressivas

- Compreensão dos aspectos históricos-sociais das danças.
- Percepção do ritmo pessoal.
- Percepção do ritmo grupal.
- Desenvolvimento da noção espaço/tempo vinculadas ao estímulo musical e ao silêncio com relação a si mesmo e ao outro.
- Exploração de gestos e códigos de outros movimentos corporais não abordados nos outros blocos.
- Compreensão do processo expressivo partindo do código individual de cada um para o coletivo (mímicas individuais, representações de cenas do cotidiano em grupo, danças individuais, pequenos desenhos coreográficos em grupo).
- Percepção dos limites corporais na vivência dos movimentos rítmicos e expressivos.
- Predisposição a superar seus próprios limites nas vivências rítmicas e expressivas.
- Vivência das danças folclóricas e regionais, compreendendo seus contextos de manifestação (carnaval, escola de samba e seus integrantes, frevo, capoeira, bumba-meu-boi, etc...)
- Reconhecimento e apropriação dos princípios básicos para construção de desenhos coreográficos e coreografias simples.
- Vivência da aplicação dos princípios básicos na construção de desenhos coreográficos.
- Vivência das manifestações das danças urbanas mais emergentes e compreensão do seu contexto originário.
- Vivência das danças populares regionais, nacionais e internacionais e compreensão do contexto sociocultural onde se desenvolvem.

Na Educação de Jovens e Adultos, não podemos deixar de considerar que a idade de convivência neste grupo escolar é bem variada, todos em um mesmo grupo. Assim sendo o trabalho passa a ser diversificado nos seus interesses e formas de aprendizagem, qualidade de interação social e conhecimentos prévios entre alunos de uma mesma classe, exigindo assim do professor mais clareza de conteúdos, objetivos, estratégias e dinâmicas no seu planejamento.

Devemos levar em consideração que o jovem, hoje, questiona muito mais a sua auto-imagem em relação à beleza, capacidade física, habilidades, limites, competências de expressão e interesses do que o adulto. Já no adulto pode haver um afastamento em relação à própria imagem corporal, achando que não pode mudar fisicamente. Mas na Educação de Jovens e Adultos é de fundamental importância que os alunos percebam a relação entre idade e atividade física geral.

A Educação Física é também um meio para abrir espaço para a produção de conhecimento escolar, abordando temas transversais e temas interdisciplinares.

A Educação Física utilizando a sua diversidade de informações, as possibilidades de práticas de esporte e lazer e ensinando e aprendendo a cultura corporal de movimento abre espaços para a discussão permanente dos direitos e deveres do cidadão em relação as suas possibilidades de lazer, interação social e promoção da saúde.

Não podemos esquecer que a busca pela autonomia aumenta o olhar da escola sobre o objeto de ensino e aprendizagem da cultura corporal de movimento. Essa ampliação significa a possibilidade do aluno construir o seu próprio discurso conceitual, atitudinal e procedimental.

O papel da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos é fundamental como instrumento de inserção social, de exercício da cidadania e de melhoria da qualidade de vida, promovendo a saúde, utilizando criativamente o tempo de lazer e como forma de expressar afetos e sentimentos em diversos contextos de convivência.

BIBLIOGRAFIA

Hildebrand, H. e Laging, R. Concepções abertas no Ensino da Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986

Le Bouch, J. Educação Psicomotora: a Psicocinética na Idade Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987

Libâneo, J.C. e Pimenta, S.G. Metodologia do Ensino de Educação Física, São Paulo: Cortez, 1992

Melo, Alexandre Maarcus de. Psicomorticidade, Educação Fisica e Jogos Infantis. São Paulo, IBRASA, 1989

Parâmetros Curriculares Nacionais, Ministério da Educação. Brasília, 1998

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA

CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA

O conteúdo da área de Ciências da Natureza e Matemática compreende as disciplinas de Matemática, Física, Química e Biologia. O ponto de contato entre elas está em que todas refletem um conhecimento derivado da posição do Homem no mundo, que abrange todas as suas relações com esse mundo que o envolve. Interrogando-se continuamente, o Homem tem progredido graças a esses questionamentos, que o levam a conhecer e conhecer-se, a entender suas relações com a natureza, com o meio ambiente.

O que somos? Para onde vamos? Qual a origem da vida? De que somos constituídos? O que é o universo? O que há depois do Fim? O que havia antes do Início? Como voam os pássaros? Como pode voar o homem? Quais as diferenças entre o Homem e a pedra? A história da ciência mostra esse caminho já percorrido pelo Homem em busca das respostas a problemas que sempre o preocuparam e o levaram adiante. As sucessivas crises do conhecimento científico levaram a novas maneiras de encarar velhos fenômenos e assim o caminho se foi solidificando, apoiado em contínuos aperfeiçoamentos. E nessa história cabe ao homem de hoje papel importante, como ponte para esses conhecimentos que serão levados ao futuro. Nessa trajetória científica permanece a observação e a experimentação como pontos de partida para a construção de conhecimentos, tanto na observação do Homem como ser de uma espécie em contínua evolução, como elemento de interação com o mundo físico, em suas transformações materiais, ou ainda como sua representação por meio de modelos matemáticos.

Como isso funciona? Por que devo me preocupar com esse lixo? O que é a eletricidade? Sexo é saúde? Quais elementos apareceram primeiro quando o Universo se formou? Como decidir, entre essas várias possibilidades, qual a melhor? Como faço para chegar mais rápido? Que horas são? O que são "horas"? Como medir? Em nosso cotidiano, deparamos com inúmeras situações em que nos fazemos perguntas como essas. Nas propostas apresentadas, o traço comum é a preocupação com estudos que partam de vivências, de indagações, de curiosidade diante dos fenômenos da natureza e das grandes questões filosóficas e transportem o educando para novas situações-problema nas quais novas perguntas aparecem, novos modelos se fazem necessários, novas respostas são dadas. Esses estudos não se apresentam, portanto, descontextualizados, mas, ao contrário, refletem preocupações atuais, com enfoques a partir de conhecimentos modernos e pertinentes às experiências dos alunos, pensamento que guia todos os módulos das diferentes disciplinas.

A metodologia comum destaca o papel formativo desses estudos, voltado para o desenvolvimento de capacidades intelectuais para a estruturação do pensamento, integrado com o papel funcional, dirigido à aplicação dessas capacidades na vida prática, mostrando que o papel da ciência é o de prever para poder prover, numa construção de vida melhor para o Homem, que também, por isso mesmo, deve ser mais bem compreendido e preservado. Aprender vivendo, viver aprendendo.

MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Consultor

Luiz Otávio Teixeira Mendes Langlois

Professores Especialistas

Fernando Celso Villar Marinho Francisco de Assis Linhares da Silva Lílian Karan Parente Cury Spiller Luciana Tocantins Marcelo Sá Corrêa Rita Maria Cardoso Meirelles

INTRODUÇÃO

O Brasil chegou ao terceiro milênio com grandes desafios sociais e, para superá-los, é fundamental a ação competente em todos os segmentos que compõem o "tecido social" brasileiro. Em particular, o sistema educacional deve ser capaz de mobilizar os brasileiros rumo a uma sociedade justa e fraterna, de modo que assumam seus espaços como cidadãos em condições de igualdade nas questões sociais, econômicas e políticas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem por objetivo atender aos brasileiros que, por motivos diversos, não puderam estudar ou concluir seus estudos na idade prevista. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos destacam que a EJA, como modalidade da educação básica, deve considerar o perfil dos alunos e sua faixa etária ao propor um modelo pedagógico.

Os jovens e adultos procuram programas de elevação de escolaridade, em sua maioria buscando melhorar suas chances de inserção no mercado de trabalho. O certificado formal do grau de escolaridade torna-se cada vez mais importante para quem deseja ingressar no mercado de trabalho, visto que em concursos públicos esta exigência é apresentada já no edital. Para algumas instituições privadas esta exigência se dá de forma menos explícita, mas ainda assim presente. Dessa maneira, um determinado nível de escolaridade é condição para o exercício da atividade correspondente: sem a escolaridade requisitada, a pessoa sequer é submetida aos demais processos seletivos. Em outras palavras, o grau de escolaridade funciona como prérequisito, como um sistema primeiro de seleção, anterior a qualquer entrevista ou outro sistema de escolha. Não é somente a posse de certificado formal que impulsiona os jovens e adultos à busca dos estudos. A necessidade do reconhecimento social e da afirmação da auto-estima ou ainda a vontade de dominar os saberes escolares, na expectativa de que esse domínio permita a ascensão social, seja pela possibilidade de aprovação em concurso público ou teste para preenchimento de vagas de melhores empregos, seja pela vontade de alcançar e cursar o ensino superior.

O conhecimento escolar, independentemente de sua aplicabilidade, potencializa a ação do indivíduo na sociedade. São freqüentes, por exemplo, depoimentos de alunos que, fazendo curso correspondente ao segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª à 8ª série) ou ao Ensino Médio, justificam sua vontade de estudar pela necessidade de acompanhar os estudos dos filhos sem passar vergonha. Em outros casos, principalmente em situações de menor escolaridade e de pessoas mais velhas, trata-se do desejo de sentir-se incluído na sociedade, ao poder transitar pelos espaços públicos e realizar tarefas que necessitem da leitura, escrita e interpretação de símbolos agregados a conhecimentos específicos. A liberdade advinda do saber possibilita ações sem intermediários.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, essa modalidade deve desempenhar três função reparadora, função equalizadora e função qualificadora.

Função reparadora: não se refere apenas ao ingresso dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado — o direito a uma escola de qualidade —, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Mas não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos.

Função equalizadora: relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos tendo em vista maior igualdade, dentro de situações específicas. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos.

Esta é uma *Proposta Curricular* destinada a subsidiar o trabalho desenvolvido no Segundo Segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos em **Matemática**, orientada pelas proposições da LDBEN nº 9.394/96 e das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*, do Conselho Nacional de Educação.

As competências obtidas com o ensino de matemática, como saber calcular, medir, raciocinar, argumentar, tratar informações estatisticamente, são requisitos necessários para exercer a cidadania, o que demonstra a importância da matemática na formação de jovens e adultos.

O aluno da Educação de Jovens e Adultos vive, em geral, uma história de exclusão, que limita seu acesso a bens culturais e materiais produzidos pela sociedade. Com a escolarização, ele busca construir estratégias que lhe permitam reverter esse processo. Na educação de jovens e adultos, a atividade matemática deve integrar, de forma equilibrada, os papéis formativo (voltado ao desenvolvimento de capacidades intelectuais para a estruturação do pensamento) e funcional (dirigido à aplicação dessas capacidades na vida prática e à resolução de problemas nas diferentes áreas de conhecimento). Um currículo de Matemática para jovens e adultos deve, portanto, contribuir para a valorização da pluralidade sociocultural e criar condições para que o aluno se torne agente da transformação de seu ambiente, participando mais ativamente no mundo do trabalho, das relações sociais, da política e da cultura.

De acordo com os dados apresentados na Proposta Nacional Curricular para Educação de Jovens e Adultos, Volume 1, com relação à Região Sudeste, parte dos alunos começou a trabalhar com menos de 10 anos ou entre os 10 e os 14 anos, ou seja, exatamente na faixa etária correspondente ao período da vida em que deveriam estar cursando as séries finais do Ensino Fundamental. A maioria declara ter carteira de trabalho assinada e as profissões exercidas e citadas pelos alunos foram doméstica, serviços gerais; vendedor; dona-de-casa. A maioria dos alunos dedica de seis a oito horas diárias ao trabalho, mas são significativos os percentuais de jornadas superiores a nove horas diárias. O transporte entre a residência e o trabalho, para muitos deles, também demanda muito tempo e é desgastante. Evidenciam-se algumas das dificuldades que os alunos enfrentam para se dedicar aos estudos, e mesmo freqüentar as aulas.

Em face do exposto, O Ensino de Matemática deve estimular a construção de estratégias para resolver os problemas, a comprovação e a justificativa de resultados, a criatividade, a iniciativa pessoal, o trabalho coletivo e a autonomia advinda da confiança na própria capacidade para enfrentar desafios. A Matemática auxilia a compreender informações que incluem dados estatísticos e a tomar decisões diante de questões políticas e sociais que dependem da leitura crítica e da interpretação de índices divulgados pelos meios de comunicação. Esses aspectos ajudam a dimensionar o papel da Matemática num currículo de EJA. Mas esse dimensionamento não pode prescindir da reflexão sobre a natureza do conhecimento matemático, com suas características essenciais e seus métodos particulares. Essa reflexão é essencial para definir de que modo o conhecimento matemático pode contribuir para a formação de cidadãos e de sujeitos da aprendizagem.

A Matemática compõe-se de um conjunto de conceitos e procedimentos que englobam métodos de investigação e raciocínio, formas de representação e comunicação – ou seja, abrange tanto os modos próprios de indagar sobre o mundo, organizá-lo, compreendê-lo e nele atuar, quanto o conhecimento gerado nesses processos de interação entre o homem e os contextos naturais, sociais e culturais. Ela é uma ciência viva, quer no cotidiano dos cidadãos quer nos centros de pesquisas, nos quais se elaboram novos conhecimentos que têm sido

instrumentos úteis para solucionar problemas científicos e tecnológicos em diferentes áreas do conhecimento. O advento das calculadoras e computadores, ao tornar mais rápida a realização de cálculos numéricos ou algébricos, ampliou sensivelmente a gama de problemas que podem ser resolvidos por meio do conhecimento matemático.

OBJETIVOS GERAIS PARA O SEGUNDO SEGMENTO DA EJA

Os alunos da EJA devem perceber que a Matemática tem um caráter prático, pois permite às pessoas resolver problemas do cotidiano, ajudando-as a exercer a sua cidadania. O ensino e a aprendizagem da Matemática devem também contribuir para o desenvolvimento do raciocínio, da lógica, da coerência — o que transcende os aspectos práticos.

A Matemática pode fornecer um instrumental precioso para o desenvolvimento de procedimentos sistemáticos de observação. Os diferentes campos da Matemática devem integrar, de forma articulada, as atividades e experiências matemáticas que serão desenvolvidas pelos alunos da EJA.

A seleção e a organização de informações relevantes são aspectos dos mais atuais e importantes do trabalho com o conhecimento matemático, especialmente na EJA. Num mundo em que há uma grande massa de informações, o cidadão precisa constantemente fazer triagens e avaliações para se posicionar e tomar decisões nos diversos campos de sua vida. A Matemática oferece inúmeras ferramentas para isso, que devem ser priorizadas no trabalho planejado pelo professor.

O ensino da Matemática para o Segundo Segmento deve levar o aluno a ser capaz de:

- desenvolver sua capacidade de construir conceitos e procedimentos, formulando e resolvendo problemas;
- perceber que os conceitos e procedimentos matemáticos são úteis para compreender o mundo e, desta forma, poder atuar melhor nele;
- pensar logicamente, relacionando idéias, descobrindo padrões, estimulando sua curiosidade, seu espírito de investigação e sua criatividade na solução de problemas;
- observar a presença da matemática no dia-a-dia;
- integrar os vários eixos temáticos da Matemática entre si e com outras áreas de conhecimento;
- argumentar, escrever e representar de várias maneiras as idéias matemáticas;
- fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos da realidade, estabelecendo inter-relações entre eles, utilizando o conhecimento matemático (aritmético, métrico, algébrico, estatístico, combinatório, probabilístico);
- selecionar, organizar e produzir informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las criticamente;
- interagir com outros alunos, auxiliando-os e aprendendo com eles, apresentando suas idéias e respeitando as deles, formando assim, um ambiente propício à aprendizagem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O SEGUNDO SEGMENTO

Os objetivos gerais para o ensino de Matemática, descritos acima, precisam ser detalhados em termos das capacidades específicas que desejamos que os alunos desenvolvam no Segundo Segmento de EJA e da escolha de blocos de conteúdos que se constituirão em meios para que os alunos construam essas capacidades.

Em linhas gerais, o trabalho com Matemática no Segundo Segmento de EJA deve visar o desenvolvimento de conceitos e procedimentos relativos ao pensamento numérico, algébrico e geométrico; ao raciocínio que envolva proporcionalidade; ao raciocínio combinatório, estatístico e probabilístico e à competência métrica.

É importante também estimular uma atitude positiva em relação à Matemática, valorizando sua utilidade e sua lógica, mostrando as conexões e as possíveis integrações dos conceitos matemáticos em outras áreas do conhecimento.

Pensamento numérico

O ensino de Matemática deve permitir ao aluno:

- ampliar e construir novos significados para os números e suas operações a partir de sua utilização no contexto social e da análise de alguns problemas históricos que motivaram sua construção;
- resolver situações-problema que envolvam os vários tipos de números e operações;
- identificar e utilizar diferentes representações para esses números, vinculando-as a contextos matemáticos e não-matemáticos;
- utilizar e selecionar procedimentos de cálculo (exato ou aproximado, mental ou escrito) mais adequados à situação-problema proposta, fazendo uso da calculadora como um instrumento para produzir resultados e para construir estratégias de verificação desses resultados.

Pensamento algébrico

O ensino de Matemática deve permitir ao aluno:

- reconhecer generalizações de propriedades das operações aritméticas;
- traduzir situações-problema na linguagem matemática e favorecer as possíveis soluções;
- traduzir informações contidas em tabelas e gráficos em linguagem algébrica e vice-versa;
- observar regularidades e estabelecer leis matemáticas que expressem a relação de dependência entre variáveis;
- construir estratégias de cálculo algébrico, produzir e interpretar diferentes escritas algébricas (expressões, igualdades e desigualdades), identificando as equações, inequações e sistemas;
- resolver situações-problema por meio de equações e inequações do primeiro grau.

Pensamento geométrico

O ensino de Matemática deve permitir ao aluno:

- classificar figuras planas e espaciais, observando semelhanças e diferenças entre elas;
- construir representações planas das figuras espaciais, envolvendo a observação das figuras sob diferentes pontos de vista;
- resolver situações-problema que envolvam figuras geométricas planas, utilizando procedimentos de decomposição e composição, transformação, ampliação e redução;
- resolver situações-problema de localização e deslocamento de pontos no espaço, reconhecendo nas noções de direção e sentido, de ângulo, de paralelismo e de perpendicularismo elementos fundamentais para a constituição de sistemas de coordenadas cartesianas;
- identificar elementos variantes e invariantes em uma transformação geométrica, levando aos conceitos de congruência e semelhança.

Raciocínio que envolve proporcionalidade

O ensino de Matemática deve permitir ao aluno:

- observar a variação entre grandezas, estabelecendo relações entre elas;
- resolver situações-problema que envolvam a variação de grandezas direta ou inversamente proporcionais.

Raciocínio combinatório, estatístico e probabilístico

O ensino de Matemática deve permitir ao aluno:

- coletar, organizar e analisar informações;
- construir e interpretar tabelas e gráficos;
- construir um espaço amostral de eventos equiprováveis, utilizando o princípio multiplicativo ou simulações, para estimar a probabilidade de sucesso de um dos eventos;
- resolver situações-problema que envolvam o raciocínio combinatório e a determinação da probabilidade de sucesso de um determinado evento por meio de uma razão.
- resolver situações-problema que envolvam dados estatísticos e conceito de probabilidade.

Competência métrica

O ensino de Matemática deve permitir ao aluno:

- ampliar e construir noções de medida pelo estudo de diferentes grandezas, a partir de sua utilização no contexto social e da análise de alguns dos problemas históricos que motivaram a construção de tais noções;
- resolver situações-problema que envolvam diferentes grandezas, selecionando unidades de medida e instrumentos adequados à precisão requerida;
- obter e utilizar fórmulas para cálculo da área de superfícies planas e para cálculo de volumes de sólidos geométricos (prismas retos e composições desses prismas);
- resolver situações-problema que envolvam a variação de grandezas direta ou inversamente proporcionais, utilizando estratégias não-convencionais e convencionais, como as regras de três.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS E ESTRATÉGIAS PARA O SEGUNDO **SEGMENTO**

Sistemas de Numeração

- História da criação do sistema decimal hindu-arábico, mostrando que existem símbolos para a representação dos números.
- Outros tipos de sistema de numeração tais como o sistema romano, sistema binário, etc. A abordagem do sistema de numeração romana pode ser feita através do seu uso em, por exemplo, numeração dos séculos, nomes de Papas e relógios antigos.
- Formação do sistema de numeração decimal. Relações entre os grupamentos de dez em dez mostrando as equivalências: 1 dezena = 10 unidades, 1 centena = 10 dezenas = 100 unidades, etc.

Seqüência dos Números Naturais

- Noções de sucessor e antecessor, números pares e números impares.
- Operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação, introduzidas através da resolução de problemas elaborados em função do cotidiano dos alunos.
- Utilizar os grupamentos de dez em dez para a compreensão dos algoritmos das operações. Aplicações dos algoritmos na resolução de problemas, de modo que o aluno compreenda o que está fazendo e não os execute apenas mecanicamente.
- Resolução de problemas de contagem através de exemplos contextualizados que envolvam as operações com números naturais.

- Introdução do uso da calculadora para resolver problemas que envolvam cálculos longos.
- Resolução de problemas criados através da leitura e da interpretação de tabelas e gráficos que aparecem nos diversos meios de comunicação.

Múltiplos e Divisores

- Idéia de múltiplo e divisor, a partir do algoritmo da divisão exata, explorando as expressões: *múltiplo de, fator de, divisível por e divisor de.*
- Seqüência dos múltiplos de um número, através de situações-problema contextualizadas que trabalhem padrões ou regularidade das seqüências.
- Idéia de mínimo múltiplo comum trabalhada em situações-problema que permitam o cálculo mental na busca do mmc. Compreensão de algoritmo (divisão simultânea) para a determinação do mmc.
- Idéia de máximo divisor comum trabalhada em situações-problema que permitam o cálculo mental na busca do mdc. Compreensão de algoritmo (divisão simultânea) para a determinação do mdc.

Frações e Porcentagem

- Compreensão dos diversos significados das frações através de exemplos do cotidiano.
- Relação entre frações e medidas, observando que a origem das frações deu-se nos processos de medição de certas grandezas, como tempo, comprimento e capacidade.
- Equivalência de frações levando o aluno a compreender que há várias maneiras de representar uma mesma fração de determinada unidade.
- Comparação, simplificação, adição e subtração de frações, utilizando o conceito de equivalência de frações.
- Resolução de problemas do dia-a-dia do aluno que utilizem as operações de adição e subtração de frações.
- Multiplicação e divisão de frações trabalhadas com representações geométricas até que o aluno possa estabelecer os algoritmos das duas operações.
- Introdução do conceito de porcentagem relacionado à fração centesimal. Cálculo de porcentagem em situações do cotidiano, feito mentalmente (por exemplo, 50% do número de alunos de uma turma com 30 alunos) e através do uso de calculadora.
- Aplicação das porcentagens em tabelas e gráficos mostrados nos meios de comunicação.
- Idéia de probabilidade através de situações-problema com aplicação dos conceitos de fração e porcentagem.

Números Decimais

- Representação da fração decimal na forma de número decimal. Vantagem da forma decimal sobre as frações: comparação, operações, uso em instrumentos como a calculadora, praticidade em expressar medidas, etc.
- Conceitos de décimos, centésimos e milésimos a partir da exploração de situações contextualizadas como: medidas de temperatura, diferença de centésimos em corridas automobilísticas e milésimos de diferença nas medidas de comprimento. Inclusão dos décimos, centésimos e milésimos no sistema de numeração decimal: 1 décimo = 10 centésimos, 1 centésimo = 10 milésimos.
- Comparação de números decimais. Caso a parte inteira seja igual, parte-se para a comparação da parte decimal pela quantidade de décimos, centésimos, milésimos e assim sucessivamente.
- Adição e subtração de números decimais feitas inicialmente com cálculo mental em situações simples e, em seguida, com o uso de calculadora em situações mais complexas.
- Algoritmo da adição e da subtração como extensão da adição e subtração de números naturais e resolução de problemas do cotidiano que envolvam as duas operações vistas.
- Multiplicação de número natural por número decimal usando adição de parcelas iguais e através de algoritmo concluído pelo próprio aluno.
- Multiplicação de número decimal por número decimal utilizando a multiplicação de frações decimais correspondentes até que se estabeleça o algoritmo por parte do aluno.
- Divisão de número natural por número decimal, número decimal por número natural e entre números decimais, por meio da transformação em frações decimais e, em seguida, com a utilização da calculadora.
- Identificar os possíveis resultados da divisão de dois números naturais: um decimal com expansão decimal finita ou uma dízima periódica (decimal com expansão decimal infinita e periódica).
- Identificação dos números irracionais como números decimais com expansão decimal infinita não-periódica. Tem-se aqui uma instância apropriada para abordar o conceito de arredondamento e suas conseqüências nos resultados das operações numéricas.
- Resolução de problemas do dia-a-dia que envolvem as operações com decimais feitas através dos algoritmos e também com o uso de calculadoras.
- Propriedade: supressão ou acréscimo de zeros no final da parte decimal não altera o valor do número. Pode ser mostrada através da equivalência de frações.
- Multiplicação e divisão de número decimal por potência de 10, através da descoberta, pelo aluno, da regra prática para este tipo de cálculo.

Formas Geométricas

• Reconhecimento de sólidos geométricos (cubo, paralelepípedo, pirâmide, cilindro, cone e esfera) através da manipulação de objetos de modo que o aluno perceba seus elementos e suas características.

- Reconhecimento de figuras planas (quadrado, retângulo, triângulo e círculo) a partir da observação das superfícies e da planificação dos sólidos geométricos.
- Apresentação dos elementos primitivos: ponto, reta, plano e espaço. Relação destes entes abstratos como modelos para estruturas reais. Por exemplo, um grão de areia em relação à praia pode ser modelado por um ponto. Estes elementos primitivos também podem ser abstraídos do reconhecimento de sólidos geométricos, associando-se vértice a ponto, aresta a uma parte da reta e face de um poliedro a uma parte de um plano.
- Conceitos de perímetro e área de figuras planas. O aluno deve perceber que embora possamos calcular perímetro e área de uma mesma figura plana, perímetro e área são medidas de grandezas distintas: comprimento e superfície.

Sistema Métrico Decimal

- História sobre o surgimento do padrão de medida de comprimento, pela necessidade de unificar os diferentes meios de medida usados na Antiguidade.
- Unidades de comprimento: metro, múltiplos e submúltiplos, usados na medição de grandes distâncias (km) e pequenas medidas (cm e mm). Resolução de problemas envolvendo unidades de comprimento.
- Resolução de problemas do cotidiano do aluno, que envolvam cálculo de perímetro de figuras planas, utilizando as unidades de comprimento.
- Unidades de área: metro quadrado (m2), centímetro quadrado (cm2) e quilômetro quadrado (km2). Resolução de problemas envolvendo unidades de área.
- Resolução de problemas do cotidiano do aluno, que envolvam cálculo de áreas de figuras planas (quadrado, retângulo e triângulo), utilizando as unidades de área.
- Unidades de massa: grama (g) e quilograma (kg). Resolução de problemas envolvendo unidades de massa.
- Unidades de volume: metro cúbico (m3). Resolução de problemas envolvendo unidades de volume.
- Resolução de problemas do cotidiano do aluno, que envolvam cálculo de volumes de sólidos geométricos (cubo e paralelepípedo), utilizando as unidades de volume.
- Unidades de capacidade: litro (l) e mililitro (ml). Relacionar unidade de volume com unidade de capacidade (1 m3 equivale a 1000 litros).

Números Inteiros

- Apresentação do número negativo através de situações do cotidiano, tais como: temperatura, saldo de gols, distâncias abaixo do nível do mar e outras.
- Seqüência dos números inteiros como ampliação da seqüência dos números naturais e sua representação na reta graduada.

• Operações com números inteiros: adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação. Através de problemas, as operações são introduzidas e o significado de cada operação pode ser compreendido. Posteriormente, o aluno pode sistematizar os procedimentos para determinação dos resultados.

Números Racionais

- Revisão dos números fracionários e decimais.
- Introdução dos números racionais negativos, na forma fracionária e decimal, através de situações do cotidiano, como saldo de conta bancária.
- Resolução de problemas que envolvam as operações com números racionais, na forma fracionária e decimal, resgatando e revisando as operações com os racionais positivos e com os inteiros, de forma que o aluno perceba que as sistematizações feitas nas operações revisadas são as mesmas para os racionais negativos.
- Resolução de problemas em situações com cálculos complexos resgatando o uso da calculadora.
- Análise, interpretação e resolução de problemas do dia-a-dia compreendendo diferentes significados das operações envolvendo números naturais, inteiros, racionais e irracionais aproximados por racionais, aproveitando para explorar o uso da calculadora, trabalhando a idéia de aproximação e arredondamento.

Proporcionalidade

- Apresentação das idéias de proporcionalidade, de grandezas diretamente proporcionais, de grandezas inversamente proporcionais e de coeficientes de proporcionalidade, desencadeadas e exploradas por situações contextualizadas.
- Integração do conceito de proporcionalidade em outras disciplinas. Geografia: trabalhar escalas com interpretação de mapas, plantas baixas e maquetes e explorar o conceito de densidade demográfica. Ciências: trabalhar o conceito de velocidade média.
- Resolução de problemas envolvendo grandezas diretamente ou inversamente proporcionais por meio de estratégias variadas, incluindo a regra de três simples.

Expressões Algébricas e Cálculo Álgébrico

- Desenvolvimento da capacidade de abstração e generalização do aluno, através de atividades que contemplem e enfatizem o uso da "letra" (variável ou incógnita) para representar números.
- Construção de expressões algébricas simples através de problemas que propiciem a determinação do "valor desconhecido" da incógnita em questão.

- Apresentação da linguagem algébrica como ferramenta para generalização de modelos e padrões aritméticos e na resolução de problemas. A Álgebra possibilita aos alunos uma abertura para o estudo de outros ramos da Matemática e de outras disciplinas, como Física e Química.
- Estudo de expressões algébricas e seus respectivos valores numéricos. Simplificação de expressões algébricas. Estimular os alunos a descobrir fórmulas diante de situações-problema e gráficos. Trabalhar com fórmulas de velocidade, consumo de gasolina, salário, custo de táxi, entre outras.
- Introdução de equações de 1º grau, explorando situações contextualizadas que propiciem o cálculo mental.

Equações e Inequações de 1º Grau

- Introdução de equações de 1º grau, explorando situações contextualizadas que propiciem o cálculo mental.
- Apresentação de problemas para os quais o cálculo mental não seja suficientemente eficaz, evidenciando a necessidade da representação algébrica.
- Resolução de equações de 1º grau simples, usando as operações inversas e a idéia de equilíbrio da balança de dois pratos para que o aluno perceba, concretamente, as propriedades que podem ser aplicadas para resolver uma equação de 1º grau simples.
- Tradução de problemas por equações ou inequações de 1º grau. Utilização da propriedade de equivalência na construção de procedimentos para resolver as equações e inequações. Verificar se as soluções encontradas satisfazem o problema proposto. A utilização de letras para representar as incógnitas do problema deve ser feita de maneira significativa, evitando o cálculo algébrico mecânico.
- Resolução de situações-problema por meio de um sistema de equações de 1º grau, inicialmente com o uso de tabelas organizadas.
- Formalização do método de substituição para a resolução de um sistema de equações de 1º grau.
- Revisão de unidades de medida e perímetro trabalhando problemas que resultem na resolução de uma equação de 1º grau.

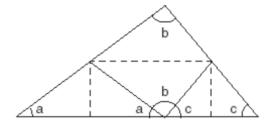
Ângulos

- Estudo sobre ângulos: definição, tipos e propriedades. O conceito de ângulo deve ser trabalhado experimentalmente e informalmente através de manipulações e observações de objetos do cotidiano. A partir de um modelo da realidade (p. ex., mapa de um bairro) os conceitos de ângulos reto, agudo, obtuso e raso podem ser explorados.
- Medidas de ângulos. Reconhecimento do grau como unidade padrão de medida de ângulo. Mostrar o uso do transferidor.
- Resolver situações-problema de localização e deslocamento de pontos no espaço, desenvolvendo as noções de direção e sentido, de ângulo, de paralelismo e de perpendicularismo.

- Ângulos formados por duas retas paralelas cortadas por uma transversal. Reconhecimento de ângulos correspondentes e opostos pelo vértice.
- Feixe de paralelas. Teorema de Tales e aplicações relacionando-o ao conceito de proporcionalidade.
- Semelhança entre figuras geométricas planas. O conceito de semelhança pode ser introduzido a partir da observação de sólidos semelhantes e figuras semelhantes. Um exemplo bem presente no dia-a-dia dos alunos é a ampliação de fotografias. Um bom questionamento para os alunos é o que deve ocorrer para não haver distorções nas imagens ampliadas.

Triângulos

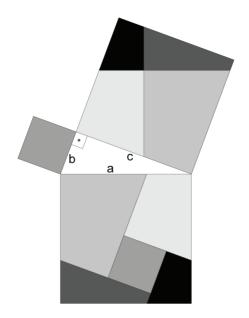
- Classificação dos triângulos quanto aos lados e quanto aos ângulos.
- Conceitos de altura, mediana e bissetriz de um triângulo.
- Soma dos ângulos internos de um triângulo



A "comprovação" de que a soma das medidas dos ângulos internos de um triângulo vale 180° pode ser feita por dobraduras de um modelo material de um triângulo (ver figura).

A demonstração de que a soma dos ângulos internos de um triângulo é 180° pode ser compreendida pela análise dos ângulos formados por duas retas paralelas.

• Conceitos de altura, mediana e bissetriz de um triângulo.



Teorema de Pitágoras

Obter o Teorema de Pitágoras a partir de propostas diferenciadas.

Um exemplo de atividade é um quebra-cabeça constituído por peças planas que compõem, por justaposição, um modelo material de um quadrado (ver figura).

Utilizando o princípio aditivo relativo ao conceito de área de figuras planas, observa-se que $a^2 = b^2 + c^2$.

Dessa forma, o teorema de Pitágoras pode ser "comprovado" e compreendido.

Circunferência e Círculo

- Introduzir o conceito de circunferência e círculo fazendo associações com objetos concretos (circunferência – anel, círculo – moeda).
- Conceito de centro e raio de um círculo.
- O número p como a razão entre o comprimento e o diâmetro de uma circunferência. Para facilitar a compreensão deste número pode-se desenvolver uma atividade em que os alunos meçam os contornos e os diâmetros de várias circunferências, usando barbante e régua, registrando essas medidas em uma tabela, observando, assim, a razão entre comprimento e diâmetro de uma circunferência.
- Fórmulas de comprimento da circunferência e da área do círculo trabalhadas a partir de materiais concretos.
- · Resolução de situações-problema envolvendo a determinação do comprimento de uma circunferência e da área de um círculo.

Produtos Notáveis e Fatoração

Os produtos notáveis e os casos de fatoração relacionados aos produtos notáveis podem ser trabalhados desde que os alunos não apresentem grandes dificuldades com as expressões algébricas. O professor pode buscar uma conexão dos produtos notáveis com a Geometria (áreas de quadrados e retângulos) para não tornar o assunto muito árido. É importante mostrar ao aluno que todo esse trabalho com cálculo algébrico visa também: facilitar determinados cálculos, simplificar determinadas expressões e resolver algumas equações.

Estudo de Radicais

- · Resolução de problemas contextualizados que evidenciem a necessidade de extrair raízes quadradas não exatas, introduzindo o estudo de radicais.
- Inicialmente, as raízes quadradas não exatas podem ser encontradas com o uso da calculadora. E importante que o aluno entenda que o resultado encontrado na calculadora é apenas uma aproximação do número. Por exemplo, √7 ≅ 2,65.
- A simplificação de radicais e as operações mais simples com radicais podem ser trabalhadas. O domínio dessas operações será necessário para a compreensão da fórmula de resolução de uma equação de 2º grau e para a compreensão de outros tópicos que serão abordados mais tarde.

Equações do Segundo Grau

- Introdução de equações de 2º grau, explorando situações contextualizadas que propiciem o cálculo mental.
- Apresentação de problemas para os quais o cálculo mental não seja suficientemente eficaz, evidenciando a necessidade da representação algébrica.
- Determinação das soluções de uma equação de 2º grau:
 - incompletas do tipo $ax^2 + bx = 0$ (utilizando fatoração) e $ax^2 + c = 0$
 - completas do tipo $ax^2 + bx + c = 0$ (utilizando fatoração ou fórmula de Bhaskara)
- Resolução de problemas que utilizem os conceitos de área vistos anteriormente e que envolvam a determinação das soluções de equações de 2º grau. Enfatizar a importância de verificar se as soluções encontradas satisfazem o problema proposto.

Noções de Matemática financeira

• Idéias iniciais dos conceitos relativos à matemática financeira, já estudados em etapas anteriores — tais como razão, proporção e porcentagem — devem ser aplicadas a situações comerciais e financeiras do dia-a-dia.

• Os conceitos relativos a juros compostos, como capital, taxa de juros, montante, regime de capitalização devem ser apresentados sem, no entanto, serem cobrados por meio de fórmulas. Discutir a tomada de decisões racionais com relação às melhores formas de compra – à vista ou a prazo – em situações-problema obtidas com os próprios alunos.

Os cálculos envolvidos nesses problemas devem ser resolvidos com o uso de calculadora.

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

Num contexto com especificidades tão particulares, como é a educação de jovens e adultos, acreditamos que deve ser privilegiada a resolução de problemas, preferencialmente problemas que expressem situações do cotidiano da maioria da população brasileira. O estudo dos algoritmos deve ser visto como uma das ferramentas que podem ser utilizadas para resolver os diversos tipos de problemas.

Este tipo de abordagem dos conteúdos poderia refletir-se em um melhor desempenho dos alunos, como também influenciaria a melhor compreensão dos algoritmos, em função de seu uso em contextos mais significativos.

É importante oferecer aos alunos da EJA oportunidades para interpretar problemas, compreender enunciados, utilizar informações dadas, estabelecer relações, interpretar resultados à luz do problema colocado e enfrentar, com isso, situações novas e variadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção que temos de ensino e aprendizagem é de que o aluno não aprende por reprodução e imitação. É muito relevante a resolução de problemas em diferentes campos numéricos.

É conveniente lembrar que os alunos jovens e adultos vivenciam situações extra-escolares ao analisar uma situação de trabalho, ao tomar decisões sobre pagamentos, sobre a educação de seus filhos etc., enfrentando no dia-a-dia problemas que precisam ser solucionados. Para tanto, analisam situações, prevêem alternativas, conjeturam resultados, efetuam deduções, argumentam, chegam a conclusões e comunicam essas conclusões, procurando resolver os problemas. É explorando todas essas situações que a Matemática deve ser ensinada.

SITES

Sociedade Brasileira de Matemática www.sbm.org.br

Sociedade Brasileira de Educação Matemática www.sbem.com.br

Secretaria de Educação – MEC www.mec.gov.br

Ensino Médio – IMPA

www.ensinomedio.impa.br

Universidade Federal do Ceará www.ufc.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro www.ufrj.br

Instituto de Matemática – UFRJ www.im.ufrj.br

Colégio de Aplicação – UFRJ www.cap.ufrj.br

BIBLIOGRAFIA

Coleção Professor de Matemática. Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). Vários autores. 12 volumes.

DANTE, Luiz Roberto. Didática da Resolução de Problemas de Matemática. São Paulo, Ática, 2000.

DANTE, Luiz Roberto. Matemática, Contexto & Aplicações. São Paulo, Ática, 2003.

Grasseschi, Maria Cecília; Andretta, Maria; Silva, Aparecida. *Projeto Oficina de Matemática*. São Paulo, FTD, 1999.

GUELLI, Oscar. Coleção Contando a História da Matemática. São Paulo, Ática. Vários volumes.

LIMA, Elon Lages. A Matemática do Ensino Médio. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). Volume 1.

LIMA, Elon Lages. *Matemática e Ensino*. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), 2001. Volume 1.

LOPES, Maria Laura & NASSER, Lílian. (Org.) Geometria na era da imagem e do movimento. Rio de Janeiro, UFRJ (Instituto de Matemática), Projeto Fundão, 1996.

LOPES, Maria Laura, (Coord.) Tratamento da Informação. Explorando dados estatísticos e noções de probabilidade a partir das séries iniciais. Rio de Janeiro, UFRJ (Instituto de Matemática), Projeto Fundão, 1997.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Matemática, 3º e 4º ciclos. Brasília, MEC/SEF.

Publicações do Projeto Fundão do IM – UFRJ.

Revista do Professor de Matemática (RPM). Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Matemática (SBM).

Revista Temas & Debates. São Paulo, Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 1988.

Revista Zetetiké. Campinas, Unicamp (Faculdade de Educação) / CEMPEM, 1993.

TINOCO, Lúcia. (Coord.) Geometria euclideana por meio de resolução de problemas. Rio de Janeiro, UFRJ (Instituto de Matemática), Projeto Fundão, 1996.

TINOCO, Lúcia. (Coord.) Razões e proporções. Rio de Janeiro, UFRJ (Instituto de Matemática), Projeto Fundão, 1996.

CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Professores Especialistas Elci Sampaio de Souza Murilo Martins Jordão Sebastião R. Fontinha Sérgio Escarlate

INTRODUÇÃO

Sabe-se que uma parcela significativa dos jovens que ingressam no primeiro segmento do Ensino Fundamental não o completam no prazo adequado. A essas pessoas, fica a possibilidade de concluir o ciclo por intermédio do Sistema de Educação de Jovens e Adultos. Nesta perspectiva, não podemos perder de vista o fato de que estamos lidando com jovens e adultos que tiveram sua trajetória escolar muito irregular. Isso exige a elaboração de um programa compacto que contemple os conceitos essenciais e imprescindíveis, desenvolvidos de forma bastante vinculada ao mundo real.

Esta condição especial nos leva pensar na elaboração de uma proposta curricular que permita a aquisição de conhecimento básico e sólido em um nível de aprofundamento compatível com as propostas contidas no PCN.

Os conteúdos devem, portanto, ser apresentados e desenvolvidos com a finalidade de tornar os alunos competentes para analisar o mundo que os cerca, interpretar criteriosamente as informações divulgadas pelos meios de comunicação de massa, identificando o que é relevante e pertinente, condição indispensável para o exercício consciente e responsável da cidadania.

REORIENTAÇÃO CURRICULAR PARA O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Tema I — Terra e Universo

O tema Terra e Universo permite ampliar as capacidades espaço-temporais do educando. O entendimento dos ritmos de vida e a concepção de Universo são reveladores. O Objetivo desse tema não é ensinar os nomes de astros, estrelas, cometas e outros corpos celestes, mas sim conhecer a dinâmica e a evolução pelas quais passou o Universo.

À medida que os conceitos forem sendo estudados, durante as quatro fases que compõem o Curso de Educação de Jovens e Adultos, alguns fenômenos serão compreendidos, como os seguintes:

- a duração dos dias e das noites, em diferentes localidades e épocas do ano.
- diferentes horários para o nascer e o pôr do Sol, da Lua e das estrelas.
- modificações dos locais de nascimento (nascente) e desaparecimento (poente) do Sol no horizonte.
- variação do comprimento e posição das sombras, conforme o movimento aparente do Sol.
- as diferentes fases da Lua.

Nas quatro fases do curso é conveniente discutir, com os alunos, o fato de muitos ciclos biológicos de animais e plantas serem influenciados pelo ritmo do dia e da noite e pelas zonas climáticas da Terra. O frio dos pólos e o calor do equador são facilmente entendidos a partir de experimentos simples, usando-se uma esfera (ou um globo terrestre) iluminada por uma lanterna.

A composição, o tamanho e a posição no Sistema Solar, a existência de água no estado líquido, a atmosfera com oxigênio e temperaturas compatíveis com a vida, fazem da Terra um planeta muito especial, onde é possível existir vida. A discussão desses fatos com os alunos deve acontecer durante todo o curso, adequando-se o conteúdo a cada fase. Esse é um bom momento para se discutir também a preservação do planeta.

O estudo da estrutura da Terra, na fase V, pode ser facilitado com o uso de modelos do Sistema Solar que, apesar da montagem trabalhosa, oferece, aos alunos, uma idéia da localização dos astros.

As duas últimas fases do curso, quando os alunos apresentam mais maturidade intelectual, são o momento mais adequado para se trabalhar relações e procedimentos mais complexos e desenvolver valores humanos e o exercício da cidadania.

E bom lembrar que caber ao professor regente regionalizar os conteúdos, dando maior ou menor ênfase a determinados tópicos e que, sempre que possível, convém discorrer sobre a história da Ciência e a maneira como ela é apresentada pela mídia.

Tema II — Vida e Ambiente

O estudo dos ambientes do nosso planeta, principalmente os ambientes brasileiros, permite aos educandos um aprofundamento do conhecimento de seres vivos, com ênfase a suas estratégias de sobrevivência em diferentes ambientes.

O conhecimento da existência de fósseis é recomendado aqui como prova da existência de diferentes tipos de vida em ambientes que foram, com o tempo, se transformando. Como o nosso ambiente também está sofrendo modificações aceleradas, por interferências humanas, é importante desenvolver a consciência de que tais interferências podem resultar na degradação das condições ambientais. São portanto recomendadas medidas educativas de conservação, visando economias futuras na recuperação do meio ambiente.

O estudo de ambientes brasileiros ou de outras regiões do mundo, pode partir de observações locais ou de vídeos e fotos. Sempre que possível, é conveniente levantar problemas ligados ao bem estar social, realçando valores humanos e cidadania, ligados aos ambientes brasileiros. É importante também que medidas profiláticas e higiênicas contra infecções e infestações sejam oportunamente discutidas, estimulando a maior participação social e a consciência no exercício da cidadania. O estudo do fluxo de matéria e de energia, assim como as representações através de pirâmides, devido ao seu grau de complexidade, são sugeridas para o quarto ciclo.

Tema III - Ser Humano e Saúde

O desenvolvimento do tema sugerido deverá permitir ao aluno a compreensão das funções vitais básicas, realizadas por diferentes estruturas, órgãos e sistemas, comparando as adaptações que permitem a vida nos diversos meios. Ao abordar as funções vitais básicas é importante dar destaque ao corpo humano, com foco nas relações que se estabelecem entre diferentes aparelhos e sistemas e entre o corpo e o ambiente, conferem integridade ao corpo humano e preservam o equilíbrio dinâmico que caracteriza o estado de saúde.

É de grande importância frisar que cada pessoa é única e deve-se, portanto, estimular o desenvolvimento de atitudes de respeito ao próprio corpo e ao do outro. Por isso é importante trabalhar o eixo a cada ciclo, não restringindo-o apenas a um período letivo.

Também é de muita valia para o estudante compreender a dinâmica complexa da saúde tanto no plano individual, vinculado à auto-estima, aos hábitos pessoais e à herança genética, como no plano coletivo (determinado pelo acesso a serviços e pelas características ambientais com as quais o indivíduo interage).

Considerando que o aluno do EJA geralmente tem outras pessoas sob sua responsabilidade, um melhor entendimento de questões ligadas a sexualidade, alimentação, convívio e lazer é ainda mais relevante, pois poderá gerar melhorias também para membros da família.

Ao combinar leituras, observações, experimentações e registros para coleta, comparação entre explicações e discussão de fatos e informações, o professor estará promovendo a aprendizagem significativa, evitando a simples memorização de definições e estimulando um entendimento amplo dos conceitos científicos básicos, de modo a capacitar os alunos a aplicá-los em diferentes situações, seja na prática escolar, seja em sua vida cotidiana.

É importante também que os alunos tenham a consciência de que algumas pessoas se alimentam mal porque não conhecem o valor dos alimentos, mas a maioria se alimenta muito mal porque não tem dinheiro para comprar alimentos de bom valor nutritivo, principalmente, aqueles ricos em proteínas.

Tema IV — Tecnologia e Sociedade

As atividades se destinam ao aprofundamento dos conhecimentos tecnológicos que provocam impactos sociais e ambientais, destacando-se a valorização dos recursos naturais e da diversidade dos seres vivos.

É importante desenvolver a consciência da preservação a partir do conhecimento do caráter finito dos recursos naturais, destacando-se entre eles a água potável, o petróleo e o carvão como fontes energéticas.

É fundamental a compreensão de que a interferência humana sobre os ecossistemas naturais pode ser desastrosa, resultando em degradação ambiental e consequente comprometimento das condições de vida das populações humanas.

Deve-se, também, valorizar a importância dos processos de reaproveitamento ou reciclagem de materiais como medidas de conservação de recursos e de condições ambientais adequadas.

FASE V

Tema I —Terra e Universo

- Reconhecer, em esquema, a localização do Sol, da Terra e da Lua, no Sistema Solar.
- Relacionar, a partir de um modelo constituído por uma esfera iluminada por uma lanterna, a alternância de dias e noites com o movimento de rotação da Terra.
- Localizar os pontos cardeais a partir do nascimento e do ocaso do Sol.
- Constatar que o Sol nasce no leste e se põe no oeste, relacionando esse fato com a rotação da Terra.
- Comparar as fases da lua observadas com as publicadas em jornais, revistas e calendários.
- Identificar, em gravuras, as camadas internas que constituem a Terra.
- Identificar, em gravuras, os corpos celestes que formam o Sistema Solar.

- Constatar, observando uma gravura do Sistema Solar, que os corpos celestes se movimentam, em órbitas próprias, em torno do Sol.
- Constatar, através de observações do céu, que certos planetas só são visíveis em determinadas épocas do ano.

Aprimoramento

- Estimular os alunos a construírem um modelo simples representativo das camadas da Terra.
- Operar, com os alunos, uma bússola, relacionando-a à indicação dos pontos cardeais.
- Solicitar que os alunos anotem as diferentes fases da lua e os períodos de mudanças de fase.
- Estimular a pesquisa, entre familiares e membros da comunidade, da relação entre a época de nascimento de bebês e as fases da lua.

Tema II — Vida e ambiente

- Analisar alguns ambientes brasileiros, comparando a flora e a fauna características e realçando algumas cadeias ou teias alimentares.
- Representar, por meio de esquemas, cadeias e teias alimentares, destacando a importância de produtores e a ação de consumidores e de decompositores.
- Investigar diferentes ambientes identificando características que permitem aos seres viverem bem no ambiente em que se encontram.
- Identificar, na vegetação de cada ambiente estudado, os diferentes estratos vegetais (herbáceo, arbustivo e arbóreo) e os diferentes tipos de plantas mais significativos.
- Identificar, em cada ambiente estudado, os diferentes tipos de animais mais significativos.
- Relacionar os grupos de animais mais comuns no ambiente em que vivem os alunos (casa, jardim, escola, terreno baldio, etc.).
- Identificar doenças causadas por microrganismos e vermes a que estejam expostos os alunos, realçando as medidas profiláticas correspondentes.

Tema III — Ser Humano e Saúde

- Reconhecer, através de debate orientado pelo professor, que a nutrição é o processo pelo qual o organismo obtém do ambiente matéria prima para a construção do corpo, energia para a realização de suas atividades e regulação das funções vitais.
- Identificar os principais tipos de nutrientes (carboidratos, proteínas, lipídios, sais minerais e vitaminas) presentes nos alimentos, reconhecendo o papel de cada um deles no organismo humano.
- Associar os alimentos beneficiados mais usados no dia a dia com os nutrientes neles presentes, através de pesquisa das informações nutricionais encontradas nas embalagens desses produtos.

- Identificar que nos rótulos dos alimentos também são indicadas várias substâncias usadas com o objetivo de evitar que elas se estraguem e para conservar o aspecto, sabor e aroma por mais tempo.
- Reconhecer que cada tipo de alimento é rico em alguns nutrientes e pobre em outros e que, portanto, comer bem consiste em ter uma dieta variada e equilibrada, na qual a deficiência de um nutriente em certo alimento é compensada por sua presença em outro.
- Analisar, utilizando tabelas nutricionais, dietas hipotéticas de pessoas com diferentes faixas etárias e socioculturais, avaliando a adequação dessas dietas às necessidades para a manutenção da saúde.
- Avaliar o aspecto da regionalidade na alimentação, através de pesquisas sobre os alimentos característicos de cada região do Brasil.
- Reconhecer a importância de só se consumir produtos que estejam dentro do prazo de validade apresentado na embalagem.
- Reconhecer os males causados ao organismo quando o consumo ou o aproveitamento de nutrientes é insuficiente, causando a desnutrição, que representa hoje o maior problema de saúde no mundo.

Aprimoramento

- Identificar, através de pesquisas em feiras e mercados e consultando tabelas nutricionais, que alimentos mais baratos são muitas vezes tão ou mais nutritivos do que outros bem mais caros, dentro da mesma categoria.
- Explicar, após a realização de pesquisas, os principais métodos de conservação de alimentos, citando desde os métodos mais antigos aos mais modernos e atuais.

Tema IV —Tecnologia e Sociedade

- Identificar tecnologias utilizadas antes do emprego da eletricidade ainda presentes no cotidiano (máquinas simples, redes de pesca, lanças, panelas, fogões, monjolos, moinhos movidos a água e vento, enxadas, arados, velas em embarcações).
- Comparar esses equipamentos com os atuais de mesma finalidade, levando em conta as vantagens e possíveis desvantagens quanto ao custo, qualidade, ação sobre o ambiente e saúde.
- Identificar materiais usados ainda hoje tais como cerâmica, madeira, couro e fibras naturais, comparando-os com outros produzidos a partir de novas técnicas como plásticos, polímeros, fibras sintéticas.
- Analisar os efeitos do uso do fogo, da roda, do arado, da bússola, da luneta e do microscópio sobre a vida das comunidades humanas, ressaltando as interferências sobre o meio ambiente, sobre o desenvolvimento social e sobre a compreensão do mundo.
- Observar o funcionamento de equipamentos simples, identificar seus componentes e a diversidade dos materiais usados na sua produção.

- Identificar os conceitos físicos envolvidos no funcionamento de equipamentos de uso diário, e os materiais e substâncias usadas na produção desses instrumentos.
- Classificar os equipamentos domésticos e do ambiente de trabalho segundo suas utilidades e as formas de energia empregadas no seu funcionamento.
- Classificar os materiais usados nestes componentes segundo sua origem, composição, usos diversos e características de fácil observação.
- Relacionar equipamentos motorizados identificando as formas de energia utilizadas e as transformações de energia ocorridas desde a fonte energética primária e a ação final do equipamento. Como exemplo pode ser analisado o funcionamento de pequenos aparelhos eletrodomésticos, motores de automóveis, teares manuais e industriais ou quaisquer outros com os quais os alunos estejam familiarizados.
- Identificar as fontes de energia renováveis e não renováveis, poluidoras e não poluidoras, analisando as conveniências de seus usos.

FASE VI

Tema I — Terra e Universo

- Reconhecer, a partir de leituras, comentários e outros meios, que a Terra, depois do seu surgimento, passou por um processo de evolução.
- Reconhecer, a partir de leituras, que a vida surgiu e evoluiu, dando origem aos seres vivos atuais.
- Relacionar a diversidade dos seres vivos do planeta com diferentes climas nele existentes.
- Relacionar diferentes regiões de temperatura do globo terrestre com o grau de insolação, usando, como recurso, uma esfera (ou um globo terrestre) e um feixe luminoso
- Constatar que todos os componentes necessários à manutenção da vida são fornecidos pela Terra, exceto a energia luminosa que é proveniente do Sol.
- Compreender que muitos dos recursos naturais do planeta são limitados e, portanto, devem ser usados com critério e alguns devem ser reciclados.
- Categorizar antigas e novas tecnologias que provocam poluição e discutir as respectivas soluções.
- Reconhecer que a Terra é a "nossa casa".

Aprimoramento

- Determinar, com os alunos, as zonas climáticas da Terra, utilizando uma esfera (ou um globo terrestre) e uma lanterna.
- Estimular os alunos a relacionar o consumismo com o rápido esgotamento dos recursos naturais.
- Propor a feitura de uma redação com o tema : A Terra é a nossa casa.

Tema II — Vida e Ambiente

Variações em seres vivos

- Identificar variações morfológicas, fisiológicas e comportamentais que facilitam escapar de inimigos, obter alimentos, deixar descendentes e dispersá-los, permitindo a sobrevivência e a continuidade das espécies.
- Comparar variações dos seres vivos verificando que algumas são vantajosas em certo ambiente podendo ser desvantajosas em outro.
- Identificar mecanismos de comunicação que facilitam o acasalamento (forma, cor, cheiro, som, luz, dança) oferecendo maior eficiência reprodutiva.
- Reconhecer que cuidados com a prole ou a produção de grande número de descendentes favorecem a continuidade das espécies no ambiente em que vivem.
- Comparar a reprodução sexuada com a assexuada, identificando as vantagens e as desvantagens de cada tipo.
- Comparar os descendentes da reprodução sexuada com os da assexuada, quanto à variabilidade, identificando quais as espécies que têm maior possibilidade de deixar descendentes.

Ambientes em transformação

- Entender que ambientes do nosso planeta se modificaram através dos tempos e que os tipos de seres vivos que hoje existem não são os mesmos que viviam no passado, como mostram os fósseis.
- Reconhecer que as espécies que desapareceram foram as que não conseguiram sobreviver às modificações ambientais.
- Compreender que o ser humano tem a capacidade de modificar o ambiente para melhor sobreviver.
- Identificar algumas alterações ambientais extremas provocadas pelos seres humanos que podem tornar o ambiente inóspito para eles e para outras espécies.
- Reconhecer que os fatores ambientais estão em constante transformação o que influencia também o tipo de vida local.
- Entender que mudanças ambientais se refletem na vida dos seres permitindo que alguns, mais bem adaptados a certo ambiente, sobrevivam melhor que outros.

Tema III — Ser Humano e Saúde

- Identificar, através de esquemas, os componentes básicos do sistema digestivo humano, compreendendo a função de cada um deles no organismo.
- Relacionar os processos de mastigação, digestão, absorção e a eliminação de fezes, às diferentes partes do tubo digestivo.

- Reconhecer a importância dos dentes no processo de mastigação, bem como relacionar a forma dos dentes às funções que eles desempenham, identificando os cuidados necessários para evitar a formação de cáries.
- Reconhecer, através de esquemas, que os aparelhos digestivos de outros animais, como aves e mamíferos ruminantes, apresentam algumas adaptações que não possuímos.
- Reconhecer o sangue como o responsável pelo transporte dos nutrientes para todas as partes do organismo.
- Identificar a região dos capilares sangüíneos como o local onde ocorrem as trocas de substâncias entre as partes do organismo e o sangue.
- Identificar, através de modelos, as estruturas relacionadas ao processo da reprodução humana, reconhecendo as características do ciclo menstrual.
- Associar ejaculação e ovulação a uma possível gravidez.
- Discutir, através de debates e seminários, a gravidez na adolescência e as formas de contracepção e de prevenção das principais doenças transmitidas sexualmente, valorizando o sexo seguro.
- Identificar que os preservativos são métodos práticos de contracepção e o único método que pode ser associado à prevenção de DSTs.

Aprimoramento

- Identificar, através de leituras de textos apropriados problemas relacionados ao sistema digestivo como: vômito, prisão de ventre e diarréia.
- Identificar as características secundárias do sexo e reconhecer a influência dos hormônios sexuais no desenvolvimento dessas características.

Tema IV — Tecnologia e Sociedade

- Identificar as tecnologias envolvidas no uso da água, desde sua obtenção até o uso (tratamento, transporte, custos). Analisar os equipamentos envolvidos na utilização doméstica da água, os princípios do seu funcionamento, sua conservação, limpeza e manutenção (sifões, caixas d'água, pressão, fossas).
- Analisar o destino dos efluentes domésticos, relacionando com as condições de saúde e possíveis danos ao meio ambiente.
- Comparar os tempos de biodegradação, em natureza, de produtos como detergentes e as possibilidades de reaproveitamento de embalagens.
- Avaliar a possibilidade de sobrecarga, a partir da análise das características dos equipamentos usados (chuveiros elétricos, geladeiras, televisões, lâmpadas, fornos elétricos e de microondas, liquidificadores, bombas d'água e outros).
- Construir circuitos elétricos simples, usando pilhas, para acender lâmpadas, acionar campainhas e outras finalidades que a criatividade dos alunos determinar.
- Pesquisar a respeito dos custos do consumo de energia elétrica e relacionar medidas de economia. A análise das etiquetas do PROCEL (Programa de Combate ao Desperdício de

Energia Elétrica) e INMETRO e de contas de luz são excelentes materiais de apoio para este trabalho.

- Discutir as normas de segurança a serem seguidas na utilização dos equipamentos.
- Analisar os riscos e prejuízos causados por ligações clandestinas para captação de energia elétrica.

Aprimoramento

- Construir maquetes da rede elétrica doméstica identificando as características da energia utilizada (número de fases, voltagens).
- Através de entrevistas com parentes e pessoas da comunidade, avaliar a eficiência de produtos de limpeza e higiene de marcas diferentes.

FASE VII

Tema I — Terra e Universo

- Reconhecer que o eixo da Terra está inclinado em relação a sua trajetória em torno do Sol e que esse fato é responsável por vários fenômenos, tais como:
 - estações do ano.
 - dias e noite mais curtos ou mais longos.
 - variações locais como ventos, correntes marítimas, etc.
- Identificar as estações do ano nos hemisférios norte e sul, usando uma esfera (ou globo terrestre) e um feixe luminoso, ou por meio de representação esquemática.
- Reconhecer que a alternância de dias e noites permite a exploração do mesmo ambiente por seres com hábitos diurnos e noturnos.
- Localizar algumas constelações a partir da observação noturna do céu.
- Verificar, por meio de observações feitas de hora em hora, que as constelações apresentam um movimento aparente no céu, conservando sempre as mesmas posições.
- Marcar a posição do Cruzeiro do Sul que, sendo visível durante todo o ano nesse hemisfério, é usado para a orientação noturna.
- Registrar semanalmente, durante o ano, o local do nascimento e do pôr do Sol no horizonte e concluir, com estas observações do movimento aparente do Sol, que as sombras projetadas pelos raios solares mudam de posição durante o ano.
- Construir, a partir de informações fornecidas pelo professor, um relógio de sol e observar as variações das sombras ao longo do ano.
- Identificar e caracterizar os principais corpos celestes do Sistema Solar a partir de livros, revistas e outras publicações.
- Correlacionar e valorizar as explicações antigas relativas a fenômenos celestes.

Aprimoramento

- Pesquisar, entre pessoas com diferentes níveis de escolaridade, explicações antigas a respeito de certos fenômenos celestes.
- Produzir uma relação de animais de hábitos diurnos e noturnos, a partir de livros, revistas, filmes e outras fontes.

Tema II - Vida e Ambiente

O fluxo de materiais e de energia no ambiente

- Analisar o ciclo natural da água, verificando que a água existe sob diferentes estados físicos no ambiente e que as mudanças de um estado para outro se sucedem, num equilíbrio constante.
- Analisar experimentos simples sobre mudanças de estados da água verificando as respectivas trocas de calor nos processos.
- Identificar, no processo da fotossíntese, o consumo de gás carbônico e água e a produção de oxigênio e moléculas orgânicas nas quais fica armazenada, na forma de ligações químicas, a energia luminosa do sol, absorvida e transformada pelo processo.
- Reconhecer que os processos de respiração e combustão funcionam de modo inverso ao da fotossíntese.
- Relacionar a importância do processo da fotossíntese com os de respiração e combustão no ciclo do carbono e do oxigênio, no equilíbrio químico da atmosfera e no fluxo unidirecional da energia em nosso planeta.
- Reconhecer que interferências humanas no ciclo do carbono e do oxigênio resultam em desequilíbrios na composição química da atmosfera.
- Reconhecer que enquanto as substâncias sofrem ciclos nos ecossistemas, a energia tem um fluxo unidirecional.

Aprimoramento

• Investigar processos de purificação da água utilizados para fornecimento a populações em diferentes regiões do nosso planeta.

Tema III — Ser Humano e Saúde

- Reconhecer, através de esquemas ou gravuras, que todos os seres vivos são formados por estruturas microscópicas, as células.
- Explicar, após leituras de textos científicos, que em todos os seres vivos as células nascem, crescem, respiram, sintetizam substâncias e eliminam os excretas produzidos como resíduos desses processos.

- Compreender que, para garantir o metabolismo celular, os organismos apresentam os sistemas de digestão, respiração, circulação e excreção.
- Entender que o sangue, além de distribuir nutrientes às células, também transporta oxigênio para a respiração, recolhe os excretas e faz a defesa do organismo.
- Identificar que a primeira linha de defesa do corpo é representada pela pele, o muco do trato digestivo e alguns sucos digestivos.
- Reconhecer a importância dos processos artificiais de defesa do organismo soro e vacina.
- Identificar as doenças mais comuns causadas por outros seres vivos bem como relacionar dados referentes ao aumento da disseminação das doenças infecto-contagiosas, ao incremento da aglomeração humana e descuido da higiene ambiental,
- Coletar, entre os moradores da comunidade, dados sobre as doenças infecto-contagiosas mais comuns e debater os modos de prevenção dessas doenças.
- Relacionar, utilizando dados publicados em jornais e revistas, os efeitos do fumo e da poluição do ar na saúde do sistema respiratório.

Aprimoramentos

- Investigar e comparar as diferentes possibilidades que existem, entre os vários animais, para obtenção de oxigênio, seja do ar atmosférico- por meio da pele, pulmões ou traquéias -, seja do oxigênio dissolvido na água, pelos vários tipos de brânquias.
- Associar a ação do sistema imune aos processos de rejeição que podem ocorrer nos transplantes de órgãos.
- Pesquisar, em textos apropriados, as principais verminoses existentes no Brasil e a forma de evitá-las.

Tema IV — Tecnologia e Sociedade

- Identificar os principais recursos naturais utilizados pela humanidade, levando em conta suas origens e usos.
- Analisar o ciclo natural da água e as conseqüências da utilização extensiva, pelo homem, desse recurso para a geração de energia, na indústria e no atendimento das necessidades domésticas.
- Analisar o impacto ambiental da construção de barragens para a instalação de usinas de geração de energia elétrica e os reflexos sobre as populações humanas afetadas.
- Analisar os processos de tratamento da água utilizando como ponto de partida métodos simples de separação de misturas, fervura e adição de produtos químicos. Comparar estes processos rudimentares com os métodos sofisticados utilizados pelas estações de tratamento avaliando os custos envolvidos.
- Analisar as conveniências e inconveniência da geração de energia elétrica com o emprego de energia nuclear.
- Analisar a agricultura como recurso para a produção de alimentos, madeira, papel, álcool (fonte energética).

- Analisar a fotossíntese sob diferentes pontos de vista: como processo de captação, transformação e armazenamento de energia solar e como participante fundamental nos ciclos de materiais (oxigênio e gás carbônico) na natureza.
- Comparar a utilização de adubos químicos com a adubação orgânica, como recurso para a recomposição dos solos usados para a agricultura.

Aprimoramento

• Comparar as vantagens e desvantagens da utilização de geração de eletricidade por processos hidrelétrico e termelétrico.

FASE VIII

Tema I — Terra e Universo

- Relacionar os movimentos e o equilíbrio do Sistema Solar com a ação da gravidade.
- Compreender, a partir dos trabalhos de Newton e Einstein, o modelo do Universo.
- Reconhecer o ano-luz como a medida de grandeza mais adequada para avaliar distâncias entre os astros.
- Reconhecer que as marés são fenômenos influenciados pela ação da gravidade da Lua e do Sol.
- Relacionar a ruptura do sistema geocêntrico e a criação do heliocêntrico com os trabalhos de Copérnico, Kepler e Galileu.
- Compreender que o desaparecimento temporário (eclipse) do Sol ocorre em função da interposição da lua entre o sol e a terra, enquanto que o da Lua corresponde a projeção da sombra da terra sobre a lua.
- Relacionar a emergência de lava durante uma erupção vulcânica com fendas e rachadoras da crosta terrestre.
- Relacionar a existência de terremotos com o deslocamento de placas tectônicas.
- Relacionar os materiais expelidos pelos vulcões com a constituição do interior da terra.
- Reconhecer que as observações astronômicas feitas por povos da antiguidade foram importantes na demarcação das estações do ano, na previsão de chuvas, na elaboração de calendários, na previsão de eclipses e outros acontecimentos.

Aprimoramento

- Discutir a ausência da atmosfera na Lua.
- Confeccionar uma tabela com distâncias entre astros comparando milhares de quilômetros com anos-luz
- Debater a importância do uso de satélites artificiais na comunicação, na previsão do tempo, localização de queimadas, etc.

• Surgindo oportunidade, fazer comentários sobre radiação cósmica, buraco negro, brilho oscilante das estrelas, Big-Bang e outros temas pelos quais os alunos venham a demonstrar interesse.

Tema II — Vida e Ambiente

Pirâmides Ecológicas

- Representar cadeias ecológicas através de pirâmides de biomassa, de energia ou de números.
- Reconhecer que as pirâmides de números podem apresentar formas diversas, conforme o número e o tamanho dos indivíduos representados.
- Analisar pirâmides de energia, verificando a maior disponibilidade de energia para produtores que para consumidores.
- Analisar pirâmides de energia, verificando que quanto mais próximo dos produtores estiverem os consumidores, maior será a quantidade de energia a sua disposição.
- Analisar pirâmides de biomassa verificando que, geralmente, a biomassa de produtores é maior que a de consumidores.
- Analisar pirâmides de biomassa verificando que pesticidas usados no meio ambiente tendem a se acumular ao longo da cadeia alimentar, ficando mais concentrados nos indivíduos situados no ápice da pirâmide.

Aprimoramento

• Investigar alterações ambientais produzidas pelos seres humanos que permitem, à espécie humana e a outras espécies, melhor sobrevivência, assim como alterações prejudiciais que levam à poluição e à degradação ambiental, valorizando medidas culturais e econômicas que conduzam à recuperação ambiental.

Tema III — Ser Humano e Saúde

- Reconhecer que os hormônios são substâncias lançadas no sangue e que influenciam na atividade de vários órgãos, sendo responsáveis pela auto-regulação do organismo.
- Compreender que a integração entre os diversos órgãos do corpo e a percepção do mundo exterior dependem da coordenação realizada pelo sistema nervoso.
- Avaliar que as diferentes informações do ambiente são captadas de formas similares por muitos tipos de animais e a grande diferença do ser humano para os outros animais está na maior capacidade de processar e respondera estas informações.
- Reconhecer, através de leitura de referência, os males causados pelo álcool e outras drogas que atuam sobre o sistema nervoso, alterando o comportamento.
- Identificar, através de esquemas, que na reprodução sexuada ocorre a formação de células especializadas os gametas que, ao se unirem, formam a célula-ovo ou zigoto.

- Reconhecer que em alguns tipos de animais a fecundação ocorre fora do corpo da fêmea fecundação externa e em muitos outros tipos de animais, como no nosso caso, a fecundação é interna.
- Identificar, através de ilustrações, os anexos embrionários que nos mamíferos possibilitam o desenvolvimento embrionário.
- Relacionar os avanços científicos com a gravidez assistida e gravidez múltipla, bem como, explicar as diferenças entre o parto natural e o parto por cesariana.
- Analisar, através de coleta de dados, os vários métodos anticoncepcionais em relação a seu modo de ação, eficiência e efeitos colaterais, o que deverá lhe proporcionar mais segurança quanto a suas atitudes práticas.
- Investigar e debater os modos de prevenção e sintomas das doenças sexualmente transmitidas.

Aprimoramento

- Identificar, através de trabalhos práticos ou leituras de referência, os sentidos humanos para conhecer os limites de percepção das formas de energia e das substâncias perceptíveis pelos nossos diferentes órgãos dos sentidos.
- Comparar, através de ilustrações, os seres de reprodução assexuada com os de reprodução sexuada, apontando as vantagens e desvantagens de cada processo reprodutivo.

Tema IV — Tecnologia e Sociedade

- Reconhecer o papel das queimadas e desmatamentos como fatores de degradação ambiental (erosão, alterações no ciclo da água, assoreamento de cursos d'água) e relacionar as medidas de controle possíveis.
- Analisar os processos de desmatamento e as conseqüências ambientais resultantes, identificando as alterações climáticas e da fauna, bem como os reflexos desse procedimento sobre os ecossistemas vizinhos.
- Analisar a produção e destino do lixo urbano, doméstico e industrial. Descobrir, a partir de pesquisas em empresas de limpeza urbana, as quantidades de lixo produzidas, a existência ou não de programas de reciclagem, os critérios de classificação do lixo.
- Identificar, a partir de pesquisas, os produtos da biodegradação do lixo doméstico e as possibilidades de aproveitamento desses produtos.
- Comparar os processos de mineração e extração de produtos como ferro, carvão, gás natural, petróleo, sal, avaliando o impacto sobre o meio ambiente provocados por esses procedimentos.
- Analisar o beneficiamento do petróleo como exemplo de processo de separação de misturas.
- Comparar as propriedades físico-químicas dos produtos obtidos a partir da destilação do petróleo, classificando-os segundo seus usos.
- Analisar a separação de componentes dos minérios extraídos da natureza com a finalidade de obtenção de metais e outros produtos.

SITES

Meio Ambiente

Ambiente Global

http://www.ambienteglobal.com.br

FEEMA

http://www.rj.gov.br

Fundação O Boticário de Proteção à Natureza

http://www.fbpn.org.br

Fundação SOS Mata Atlântica

http://www.sosmataatlantica.org.br

IBAMA

http://www.ibama.gov.br

Ministério do Meio Ambiente

http://www.mma.gov.br

Programa Educar

http://educar.sc.usp.br/biologia

Petrobrás

http://www.petrobras.com.br

WWF Brasil

http://www.wwf.org.br

Saúde

Aids – Ministério da Saúde

http://www.aids.gov.br

Aleitamento materno

http://www.aleitamento.org.br

FIOCRUZ

http://www.fiocruz.br

Funasa – Fundação Nacional de Saúde

http://www.fns.gov.br

GREA – Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas

http://www.usp.br/medicina/grea

Ministério da Saúde

http://www.saude.gov.br http://datasus.gov.br

Secretarias de Saúde

http://www.datasus.gov.br/links/links.htm

IBGE

http://www.ibge.gov.br

Casa da Ciência

http://www.eciencia.ufrj.br

Revista Ciência Hoje

http://ciencia.org.br.ch/htm

BIBLIOGRAFIA

BERNAL, J.D. Ciência na história. Lisboa: Horizonte, 1978.

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9394, 20 de dezembro de 1996.

CHASSOT, A. A ciência através dos tempos. São Paulo: Moderna, 1994.

FERRY, L. A Nova Ordem Ecológica. São Paulo: Ensaio, 1994.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GUYTON, A. O. Fisiologia Humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

REIGOTA, M. Meio Ambiente e representação Social. São Paulo: Cortez, 1995.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, http://www.ciência.org.br

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CIÊNCIAS HUMANAS

CIÊNCIAS HUMANAS

As propostas curriculares de História e Geografia oferecem subsídios e um espaço de reflexão a partir dos quais os professores podem construir, de modo coletivo e autônomo, sua prática docente e adaptá-la às circunstâncias específicas de cada situação, em sala de aula.

No conjunto, é uma proposta curricular aberta e flexível para jovens e adultos cujas práticas sociais são marcadas por uma grande variedade de experiências vividas e acumuladas, nos espaços de socialização extra-curricular. Alguns com alguma participação no mercado de trabalho, outros em associações religiosas, esportivas, sindicais e comunitárias. Experiências "capazes de forjar visões de mundo" que serão consideradas e valorizadas no processo de construção de conhecimentos sistematizados, ao se unirem ao conhecimento científico já constituído.

A proposta pretende contribuir para as necessidades de jovens e adultos que vivem em sociedades cada vez mais competitivas no que se refere ao mercado de trabalho; para a possibilidade de atuar como indivíduos mais conscientes e participantes no exercício da cidadania; para a reflexão sobre valores e práticas cotidianas que atuem na formação de identidades individuais ou coletivas; para a compreensão do mundo a partir do lugar em que vivem; para o reconhecimento das diferenças existentes no tempo e no espaço.

A natureza, nessa proposta da área de Ciências Humanas, não é descartada. Ela é pensada como parte constituinte da vida e da sociedade e nesse sentido deve ser cuidada e preservada para gerações futuras.

Trata-se de uma proposta humanista que tem como desafio, antes de tudo, educar para que as diferenças sejam respeitadas.

E finalmente, a proposta pretende contribuir para a formação de jovens e adultos que, por meio do exercício do pensamento, tenham autonomia intelectual e pensamento crítico. E, também, uma formação ética.

HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Professores Especialistas Américo Freire Cíntia Monteiro de Araújo Fábio Garcez de Carvalho Luiz Resnik Márcia Almeida Gonçalves

INTRODUÇÃO

A elaboração de uma proposta de currículo e de conteúdos programáticos, na área de História, para a educação de jovens e adultos, no âmbito do Ensino Fundamental, leva-nos a alguns esclarecimentos prévios, relacionados, por um lado, às especificidades desse nível e dessa modalidade de ensino/aprendizagem, e, por outro, às características próprias do conhecimento histórico como campo disciplinar.

Em especial, o segundo segmento do Ensino Fundamental se apresenta como nível de criação e aprimoramento de algumas competências básicas para os estudantes, e, por essa razão, converte-se em um momento de importância primordial para a sua formação. É nesse nível que deve ser promovida a sedimentação de conceitos e de habilidades essenciais para a concretização das etapas posteriores do processo de ensino e aprendizagem.

O ato de operar com determinados conceitos e categorias de ordem mais abstrata, presentes nos conteúdos das diversas áreas de conhecimento, adquire então maior complexidade, exigindo novas sistematizações quanto à seleção e à apresentação dos conteúdos específicos. O próprio contato do aluno com saberes apresentados como disciplinas em separado, cada uma delas sob a responsabilidade de professores distintos, autores e divulgadores de linguagens e metodologias de trabalho próprias, impõe aos alunos novos desafios e dificuldades. Poderíamos dizer que um pequeno mundo novo, por vezes não muito admirável, se estabelece na vida dos alunos quando esses ingressam na 5ª série. É também no Ensino Fundamental que se realizam, pela primeira vez, determinadas experiências de vida, entre sociabilidades e outros aprendizados, proporcionadas pela convivência no espaço escolar. Nesse sentido, a socialização promovida pela escola, nesse momento, deve ser entendida e valorizada pela sua natureza pluridimensional.

A essas questões gerais se somam outras. Entre elas, merecem destaque algumas das especificidades do público alvo do programa de educação para jovens e adultos. No nosso entendimento, a principal delas seria a interrupção do fluxo de sua formação escolar, prevista pelo ensino regular para determinadas faixas etárias. Por motivos extremamente variados, incluindo-se entre eles os problemas que afetam a qualidade de ensino na rede pública escolar, muitos estudantes não concluem o ensino fundamental.

A despeito da interrupção da vida escolar, por vezes marcada por algum tipo de fracasso ou inadequação, esses estudantes, em geral, possuem práticas sociais marcadas por uma grande variedade de experiências em interação com diferentes grupos sociais. É possível supor que a maioria deles tem (ou teve) algum tipo de inserção no mercado de trabalho – seja ele formal ou não –, e algum tipo de participação em diversos níveis de associação (religiosas, esportivas, comunitárias, sindicais, recreativas e tantas outras). Se um certo aprendizado escolar não veio a ser concluído por esses estudantes, algumas experiências garantiram outros saberes, não formais, sobre o mundo no qual vivem.

Nessa perspectiva, acreditamos ser importante superar a idéia de suplência que considera a educação de jovens e adultos como simples reposição dos conteúdos estabelecidos para o ensino regular. As atuais orientações curriculares nacionais para essa modalidade de ensino/aprendizagem, com as quais dialogamos, procuram caracterizar uma visão de educação voltada para os interesses e as experiências de jovens e adultos, o que, por seu turno, pressupõe valorizar e considerar as trajetórias desses indivíduos em outros espaços sociais para além do que se circunscreve à escolaridade formal.

Assim, as interações realizadas nesses outros espaços não devem ser desprezadas por uma proposta de educação que pretende atender às demandas e necessidades desse público. São experiências capazes de forjar visões de mundo que informam as práticas sociais desses alunos. É também nesses espaços que se realizam trocas culturais fundamentais para a construção de significados e de valores essenciais aos processos educativos tomados sob um ponto de vista mais amplo, o que inclui todo tipo de socialização do indivíduo.

Não podemos perder de vista que, todavia, há um outro tipo de conhecimento tradicionalmente aceito e valorizado como necessário para a formação do indivíduo e de seus mecanismos de compreensão do mundo. Conhecimento esse de natureza científica e racionalmente orientado, cuja difusão e reelaboração ocorre especialmente nos espaços escolares. Acreditamos também que uma proposta de educação para jovens e adultos deve possibilitar e garantir ao seu público alvo o conhecimento sistematizado pelos saberes que compõem uma educação formal.

Tradicionalmente, o conhecimento escolar foi tratado como um conjunto de conteúdos previamente selecionados sob a luz de uma perspectiva que os definia como universais. Dessa forma, durante muito tempo, diversos grupos sociais e culturais, com diferentes necessidades e expectativas, receberam formação escolar a partir de programas curriculares com ementas fixas, elaboradas sob a orientação de um tipo de saber que se considerava válido para todos. Atualmente, os debates no campo da Educação apontam para uma maior flexibilização dos

currículos, no sentido de atender demandas específicas dos diferentes grupos. Propostas curriculares oficiais já absorveram, de diversas maneiras, essa tendência.

Estas possibilidades de flexibilização, criadas pelo debate acadêmico e viabilizadas pela legislação, não pretendem invalidar ou diminuir a importância do conhecimento sistematizado e cientificamente construído. Ao contrário, flexibilizando a seleção dos conteúdos, pretende-se valorizar o conhecimento científico a partir de sua aproximação à realidade vivida por cada um dos diferentes grupos. Somente nesse sentido, entendemos a importância dos conhecimentos construídos nos espaços de socialização extra-escolar.

Acreditamos, no entanto, que a valorização das experiências vividas por esses jovens e adultos na construção de propostas pedagógicas não equivale a uma simples incorporação de saberes formulados no senso comum. É fundamental a adoção de uma perspectiva que tenha por princípio a requalificação desses saberes, no sentido de diminuir a distância entre esses e o saber escolar. Para isso, é necessária uma adequação dos critérios de seleção de conteúdos e dos métodos de ensino na direção de proporcionar a construção de significados relevantes para esse público.

Esta tarefa se coloca para o ensino de História de forma bastante peculiar e desafiadora. Diante de um presente marcado por transformações rápidas e rupturas profundas, que parecem nos afastar cada vez mais do passado, torna-se cada vez mais árdua a função de construir saberes significativos, em particular no que cabe aos usos do conhecimento histórico quanto à análise e interpretação da vida dos homens e de suas sociedades no tempo. Os sentidos do passado, a atuação no presente e os horizontes de expectativa que configuram o futuro podem e devem ser articulados pelo apropriação do conhecimento histórico.

Na intenção de aproximar o saber histórico escolar da realidade vivida pelos alunos, acreditamos que é preciso achar pontos de equilíbrio nas tensões estabelecidas entre a vida pública e a vida privada, entre o espaço global e o espaço local. Faz-se necessária a busca por uma proposta de ensino de história que seja capaz de criar significados próprios, leia-se um saber escolar, sem abrir mão do diálogo intenso com os conhecimentos sistematizados sob a forma da historiografia acadêmica; uma proposta que possa, enfim, valorizar o particular e as experiências individuais dos alunos, sem perder de vista a complexidade de processos históricos mais gerais.

OS OBJETIVOS DO ENSINO DA HISTÓRIA

A História vem conhecendo, nos últimos tempos, grandes mudanças, tanto do ponto de vista da ampliação do seu campo de conhecimento – novos temas e questões - quanto do ponto de vista teórico e metodológico – interfaces crescentes no uso de conceitos e práticas de saberes afins, como a antropologia e a teoria literária. No ensino da História, os efeitos se fazem presentes no movimento de repensar os currículos, os objetivos, os conteúdos e as práticas docentes em sala de aula.

Expressando os desafios de lidar com um público de jovens e adultos, o conhecimento histórico deve permitir estabelecer relações entre a sua vida individual e o mundo que lhe cerca. A História deve contribuir para que o aluno reflita sobre valores e práticas cotidianas que atuam na formação de identidades individuais ou coletivas.

No ensino fundamental, o cumprimento desse objetivo enfrenta algumas particularidades, pois é esse o momento de contato inicial com determinados conteúdos e com um tipo de sistematização na qual eles são apresentados, qual seja, a de um saber disciplinar, possuidor de temas específicos e de uma metodologia própria para abordá-los. Se por um lado, elementos constituintes da vida em sociedade e da própria organização do todo social não são totalmente desconhecidos desses alunos – haja vista que a própria experiência de vida os põe em contato com elementos como o Estado e sua a conformação legal, a idéia de nação e os valores simbólicos aí envolvidos, para citar alguns exemplos –, por outro lado, a aplicação sistemática desses conceitos em espaços e tempos diversos se constitui em grande novidade.

Nesse sentido, o ensino de História no nível fundamental, mesmo para a educação de jovens e adultos, possui importância singular para o desenvolvimento de competências e habilidades básicas de especial valor para um pleno exercício da cidadania e uma satisfatória compreensão do funcionamento dos sistemas sociais.

Tal especificidade nos faz reforçar a necessidade de apresentar e sistematizar determinados conteúdos por intermédio de atividades que elejam conceitos entendidos como articuladores de certas reflexões. Para além da ênfase na realização de atividades que valorizem o objetivo de operar com determinados conceitos, julgamos também ser imprescindível apresentar aos alunos documentos históricos de naturezas e tipologias diversificadas, ensaiando, de maneira tópica e adequada, um pouco do que é a prática de produção do conhecimento histórico. Entendemos como estimulador e formador do raciocínio histórico, em especial no Ensino Fundamental, a ambientação do aluno com o "laboratório" do historiador, ambientação que viabilize concretizar para esses alunos a perspectiva de que o passado de homens e sociedades somente adquire sentido a partir de um processo de investigação cujos métodos, entre outros especialistas, os historiadores constituíram e categorizaram. No âmbito desse documento preliminar e da proposta curricular que o mesmo sistematiza, nos limitaremos apenas a destacar a importância de reflexões mais cuidadosas e sistematizadas quanto às metodologias de ensino complementares aos objetivos que regem nossas proposições.

O ensino da História também deve propiciar o reconhecimento da diversidade das sociedades, as diferentes formas de organização e de relações entre pessoas, grupos, etnias, povos, nações e Estados, seja no local e nos círculos próximos às vivências dos alunos, seja em espaços sociais mais distantes, em outras tempos e lugares. No nosso entendimento, os estudos históricos devem contribuir para que, a partir de suas próprias vivências sociais e do estudo de outros povos e culturas, os alunos reflitam sobre códigos de conduta ética, sobre os princípios que os regem, buscando reconhecer e criticar a dimensão universal do que veio a ser considerado direitos dos homens e dos cidadãos.

Compreendemos o ensino de História como uma das vias de acesso à compreensão do mundo. Para isso é imprescindível, de um lado, interagir com o conhecimento produzido pelas outras disciplinas escolares; e por outro lado, considerar outras abordagens "não científicas" como, por exemplo, o conhecimento derivado da religião e das artes.

Está no centro de nossas preocupações a formação de um aluno com capacidade de pensar o mundo circundante, de forma autônoma, com a perspectiva de elaborar e reelaborar seus vínculos com essa "realidade". Em outros termos, esperamos contribuir para a constituição de cidadãos, que sejam *sujeitos* de sua própria existência, na dupla acepção do conceito, qual seja, a de compreender sujeições e limites estabelecidos socialmente, e, em paralelo, a de expressar suas subjetividades, intervindo no seu mundo e interagindo com tantos outros sujeitos.

A título de síntese e de sistematização de algumas idéias, propomos que o ensino de História para jovens e adultos, no nível fundamental, propicie aos alunos:

- a. identificar características de diferentes patrimônios étnico-culturais e artísticos;
- b. reconhecer a diversidade de patrimônios étnico-culturais e artísticos em diferentes sociedades;
- c. identificar, classificar e caracterizar diferentes documentos históricos, bem como seus usos entre as práticas de produção do conhecimento histórico;
- d. relacionar os fundamentos da cidadania e da democracia, no presente e no passado de determinadas sociedades, aos valores éticos e morais na vida cotidiana;
- e. discutir situações da vida cotidiana relacionadas a preconceitos étnicos, culturais, religiosos e de qualquer outra natureza;
- f. identificar os processos de formação das instituições sociais e políticas em diversas sociedades, com destaque para a sociedade brasileira;
- g. compreender o significado histórico das instituições sociais, considerando as relações de poder;
- h. elaborar textos e narrativas envolvendo a operação com conceitos e conteúdos do conhecimento histórico.

UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta de organização curricular que apresentamos organiza a distribuição e o encadeamento dos conteúdos programáticos a partir de quatro módulos. Cada um deles possui subdivisões temáticas e uma ordenação que informa essas mesmas subdivisões. Optamos por eleger conceitos e conteúdos considerados como formadores de uma cultura histórica e historiográfica que permita a esse aluno compreender e re-significar suas experiências imediatas de vida, relacionando-as às experiências de outros sujeitos e de outras sociedades, em recortes espacio-temporais que abrangem desde as sociedades da Antigüidade oriental e ocidental à discussões sobre a sociedade brasileira atual.

FASE V - UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA

O módulo possui dois objetivos principais. O primeiro se refere à apresentação de conceitos centrais para o ensino-aprendizagem de história - história, memória, periodização, documento e patrimônio - buscando relacioná-los às práticas de pesquisa e de investigação do próprio conhecimento histórico. A operação com esses conceitos não só fundamenta uma primeira sensibilização do aluno com o "laboratório do historiador", como igualmente o instrumentaliza na elaboração de um raciocínio histórico. O segundo objetivo está associado à análise de conteúdos históricos remetidos a duas temáticas: as sociedades sem escrita e as sociedades do Mundo Antigo.

A oficina do historiador

A proposta é iniciar discussões sobre o conhecimento histórico e seus usos a partir de atividades que permitam ao aluno operar com os conceitos de história, memória, documento e patrimônio. É importante valorizar a participação direta do aluno na própria elaboração dos materiais que possam servir à realização das atividades propostas. Nesse sentido, os conceitos de patrimônio e documento devem ser relacionados aos vestígios e materiais que se encontram nas próprias vivências quotidianas dos alunos, informando e constituindo suas apreensões, percepções e reelaborações de suas experiências históricas e da memória a elas associada. É importante apresentar diversos tipos de documentos e de materiais que possam vir a ser considerados patrimônio, articulando ambos ao duplo significado de vestígios de experiências vividas e registros de memória. O conceito de periodização deve ser articulado ao de interpretação e ao de narração, sendo, a princípio, trabalhado por meio das próprias histórias de vida dos alunos. Por fim, devem ser apresentadas algumas das periodizações da história das sociedades, discutindo suas particularidades e sentidos. Os exemplos devem resgatar narrativas míticas de sociedades tribais e a apresentação da periodização que rege a perspectiva eurocêntrica, cristã e ocidental de dividir a história do mundo em Antigüidade, Idade Média, Idade Moderna e Período Contemporâneo. A ênfase é discutir a ação de periodizar como algo que constrói um sentido e uma interpretação para as experiências históricas de um indivíduo e de uma sociedade.

Conhecendo e comparando "sociedades sem escrita"

A proposta é apresentar, de forma comparativa, algumas "sociedades sem escrita", discutindo essa forma de classificação e utilizando-a como instrumento para reelaborar o conceito de "préhistória". A partir dessa reelaboração, algumas sociedades devem ser analisadas, destacandose entre elas: sociedades tribais da "pré-história" brasileira e as sociedades relacionadas aos ancestrais biológicos da espécie humana.

Conhecendo e comparando sociedades do Mundo Antigo

A proposta é apresentar e comparar algumas das sociedades que compuseram o que foi nomeado de Antigüidade Ocidental e Oriental. A comparação deve envolver três eixos: práticas e valores políticos, práticas e valores religiosos, intercâmbios culturais e circulação de riquezas. Tomando como ponto de partida uma reflexão sobre como era viver em algumas dessas sociedades do Mundo Antigo, os conceitos de *politeísmo, monoteísmo, teocracia, república, império, democracia, oligarquia, escravidão, oriente, ocidente*, e tantos outros que possam vir a ser priorizados pelo professor, devem ser analisados e caracterizados na sua historicidade.

FASE VI — A CRISTANDADE E O MUNDO ISLÂMICO: CONTRASTES E REPRESENTAÇÕES

A unidade tem como proposta examinar as relações que se estabeleceram entre as civilizações cristã e a islâmica na Idade Média e início dos Tempos Modernos. Civilizações em movimento, cujos traços materiais e culturais vão forjando diferentes identidades sociais e políticas, bem como espaços de interação e conflito. Este tema geral será explorado em quatro eixos: Cultura e representações sociais na passagem da Idade Média à Idade Moderna, Religião e poder político, Economia, relações de trabalho e expansão mercantil.

Cultura e representações sociais na passagem da Idade Média à Idade Moderna

O eixo trata da construção de visões de mundo e de sociedade construídas na cristandade européia durante a Idade Média. Irá se analisar a função desempenha pela Igreja católica na construção de referenciais culturais para a sociedade européia em diferentes períodos, marcados pelo apogeu da Igreja Católica ou nos momentos de crise. Das representações da sociedade feudal: seus medos, angústias, papéis sociais dos indivíduos à representação de outras culturas e sociedades, entendemos que são conteúdos fundamentais para a construção de uma narrativa crítica acerca do encontro entre as civilizações.

- A ordem social feudal segundo a Igreja Católica.
- A representação do mundo na Europa feudal e católica.
- A Igreja diante das transformações econômicas, sociais e culturais a partir do século XIII.
- O Renascimento Cultural, artístico e científico

Religião e poder político

Como desdobramento do eixo anterior, irá se tratar da articulação entre religião e política. Eixo fundamental para a análise das relações de poder na cristandade ocidental e no mundo islâmico. Tratar de suas especificidades e compará-las em suas diferenças deve ser a preocupação permanente na organização do eixo proposto. Assim sendo, é necessário abordar os princípios da religião islâmica e os fundamentos do catolicismo romano. Destacar, em linhas gerais, as suas trajetórias como religiões de cunho universal; e, por último, relacionar as especificidades dessas religiões com as trajetórias políticas das civilizações cristãs e islâmicas: as cruzadas, a expansão do Império turco-otomano e as disputas com a cristandade no Mediterrâneo, a relação da Igreja Católica e os Estados Modernos em formação.

- A Europa feudal católica e o mundo islâmico em movimento: expansão e conflitos.
- Os grandes impérios islâmicos entre a unidade e a diversidade.
- A Igreja Católica ocidental e o Estado Moderno.
- A crise da Igreja Católica Ocidental: as reformas religiosas.

Economia, relações de trabalho e expansão mercantil

Neste eixo destacam-se os fundamentos materiais das respectivas civilizações: a economia da Europa feudal e suas transformações impulsionadas pela expansão do comércio. Destacam-se aí o desenvolvimento do comércio à época das cruzadas até a construção dos grandes eixos comerciais no atlântico durante a expansão marítima e comercial européia entre os séculos XV e XVI. Deve-se ainda comparar a expansão mercantil européia com aquela desenvolvida no mundo islâmico: as rotas no oceano Índico, a rota saariana e o comércio no Mediterrâneo. Tratar desta atividade econômica nos leva a abordar um comércio específico, qual seja o comércio de escravos. Tratar da escravidão nas sociedades islâmicas, inclusive na islâmica negra nos permite articular com os conteúdos relativos às bases da colonização da América portuguesa.

- O Rural e o urbano no mundo feudal europeu
- O mundo islâmico: cidades, comércio e escravidão.
- A expansão da economia mercantil: do mediterrâneo ao atlântico.
- Escravidão e Impérios na África
- A formação da América Portuguesa

FASE VII — O MUNDO ATLÂNTICO E SEUS ENCONTROS: ENTRE OS LOCALISMOS E A MUNDIALIZAÇÃO

A ênfase deste módulo recai na colonização das Américas. Neste empreendimento, que se constituiu na criação de um Novo Mundo, interagiram populações provenientes de diferentes lugares, de sociedades cujas organizações sociais e valores culturais eram muito distintos.

Neste sentido, propõe-se estudar, em um primeiro momento, estas sociedades separadamente: a Europa, a África e a América indígena. Em seguida, analisam-se as interações resultantes do processo de colonização.

É importante sublinhar três aspectos:

- a) Deve-se dar relevância às grandes diferenças entre os povos e as sociedades analisadas. Essas diferenças estão presentes, não apenas nas formas de organizar o poder político ou na produção e distribuição de bens, mas nos valores e nas crenças. É neste sentido que se entende que os "encontros" tornaram-se choques culturais.
- b) É preciso considerar que, em meio aos encontros populacionais, as forças eram desiguais propiciando submissão de uns grupos por outros. Portanto, é importante estudar os mecanismos cotidianos de poder, e também os esforços de sobrevivência e de resistência dos grupos submetidos.
- c) A partir deste momento, povos, grupos e sociedades diferentes, até então isolados uns dos outros, encontraram-se e conheceram-se. A despeito deste processo cada vez mais corriqueiro de mundialização, as especificidades locais e diferenças entre os povos não se apagaram.

As sociedades européia, africana e ameríndia, nos séculos XVI e XVII

Destacamos, neste eixo, o conhecimento mais específico de cada uma destas sociedades.

- A Europa dos Estados Modernos: absolutismo e mercantilismo.
- O humanismo renascentista; o cristianismo e suas cisões.
- Sociedades africanas: reinos, tribos e "nações".
- Os indígenas americanos: impérios, tribos e "nações".

O encontro nas Américas, do século XVI ao XVIII

Cabe, aqui, estudar o empreendimento da colonização, mais especificamente, a criação de um Novo Mundo. São temas relevantes: a organização dos poderes, o desenvolvimento dos negócios, a criação de valores morais; assim como as formas de ocupação do território e as relações que foram se estabelecendo entre o Novo e o Velho Mundo.

- A colonização portuguesa na América.
- A colonização espanhola na América.
- A colonização inglesa na América.

Tradição e permanência; revoluções e mudanças

Contestações e revoltas abalaram o Mundo Atlântico no século XVIII. Um conjunto de novas idéias e novas instituições se difundiram enquanto proposta para uma nova sociedade. Devemse enfocar, neste eixo, as tensões associadas à emergência da modernidade capitalista.

- Uma nova forma de pensar: o Iluminismo
- Uma nova forma de produção: a Revolução Industrial.
- Novas instituições políticas: a Revolução Americana e a Revolução Francesa.
- As independências nas Américas.

FASE VIII: AS TRANSFORMAÇÕES NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS (SÉCULOS XIX E XX)

O módulo tem como objetivo apresentar um panorama das principais transformações que marcaram (e marcam) as sociedades contemporâneas, tomando-se como marco inicial o advento da sociedade urbano-industrial. As sociedades contemporâneas serão examinadas em torno de três eixos: economia e trabalho, política e cidadania e nações e nacionalismo.

Economia e trabalho nos século XIX e XX

Este eixo trata da constituição das economias urbano-industriais capitalistas e da formação da classe trabalhadora. Em primeiro lugar, irá se examinar o caráter das relações de trabalho que se estabeleceram a partir da Revolução Industrial e o advento do chamado "mercado de trabalho". Em seguida, o foco irá se deslocar para o acompanhamento das experiências de luta que estiveram na origem da formação da classe trabalhadora urbana na Inglaterra e em outros países europeus. No caso do processo histórico brasileiro, o exame irá recair sobre as temáticas da crise do escravismo e da constituição da classe trabalhadora nas primeiras décadas do século XX. Em seguida, a análise irá se voltar para a questão do corporativismo no Brasil durante a Era Vargas. Para finalizar, propõe-se uma análise a respeito do mundo do trabalho na era da globalização.

- A Revolução Industrial e o mundo fabril
- A constituição do mercado do trabalho: liberalismo e regulamentação
- O sindicalismo e as lutas operárias na Europa (séc. XIX)
- A transição do trabalho escravo para o livre no Brasil Monárquico
- Indústria e luta operária na Primeira República brasileira
- O Estado do bem-estar social e o mundo do trabalho
- Economia e trabalho na Era Vargas
- As relações de trabalho na era da globalização.

Política e cidadania nos séculos XIX e XX

A conquista dos direitos políticos, civis e sociais pelas sociedades contemporâneas é o fio condutor deste eixo. O ponto de partida será o exame de um fenômeno central para o

entendimento desta questão: o da formação dos estados representativos de base liberal. À época, no Império do Brasil, intensifica-se o debate em torno da abolição da escravidão e da afirmação de direitos civis e políticos para maiores setores da sociedade. Já no século XX, a vitória das propostas socialistas na Rússia, na China e em vários outros países, divide o mundo da política e coloca em cheque a ordem liberal. No final deste mesmo século, a derrocada dos regimes socialistas contribuiu para reforçar a hegemonia liberal democrática.

- As revoluções políticas européias do século XIX.
- Projetos políticos em disputa: liberalismo, socialismo e anarquismo.
- Cidadania e escravidão no império do Brasil
- As revoluções socialistas do século XX
- A democracia ocidental em questão (séc. XX)
- O Estado Republicano e a cidadania no Brasil

Nações e nacionalismos

Este eixo aborda o tema da construção dos Estados Nacionais e das lutas nacionalistas durante a era contemporânea. Tendo como base uma breve discussão em torno do significado histórico das noções de nação e nacionalismo, propõe-se, em primeiro lugar, um exame deste fenômeno na Europa do século XIX, quando as lutas nacionais estiveram no centro dos conflitos que deram origem à formação de diversos Estados europeus. Em seguida, o foco de análise irá se voltar para a experiência histórica brasileira do século XIX, quando, sob a égide do Estado Imperial, levou-se adiante um projeto de construção nacional com base nos princípios da ordem e da civilização. De volta à Europa, irá se tratar das articulações entre as temáticas da nação, da guerra e do imperialismo. Em particular, deverá ser dada atenção especial à experiência ultranacionalista dos movimentos e regimes nazifascistas. Outro tema importante a ser abordado será o da relação entre a emergência das nações afro-asiáticas e a constituição do bloco dos não-alinhados. Finalmente, deverá se tomar o tema da posição do Brasil no mundo pós-guerra fria, como ponto de partida para se examinar o fenômeno da reafirmação da temática nacional em meio à era da globalização.

- O nacionalismo na Europa: cisões e unificações
- O Império do Brasil: nação e projeto civilizatório
- Impérios europeus e a sua expansão mundial: África e Ásia na rota da expansão da civilização européia.
- Nações em guerra total: a primeira e segunda guerras mundiais.
- O ultranacionalismo no projeto político nazifascista.
- Nacionalismo e revolução anti-colonial na Ásia e África após a Segunda Guerra Mundial.
- Nação e religião no Oriente Médio.
- As nações na ordem internacional do pós-Segunda Guerra Mundial.

BIBLIOGRAFIA

Ensino de História, metodologia, currículo e educação de jovens e adultos

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: FAPERJ, 2003.

ANHORN, Carmem Teresa Gabriel. *O saber histórico escolar: entre o universal e o particular*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Departamento de Educação, 1999.

BITTENCOURT, Circe (org.). O Saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

BURKE, Peter (org.). A escrita da história. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CABRINI, Conceição [et al.]. O Ensino de historia : (revisão urgente). São Paulo: Brasiliense, 1986.

CANDAU, Vera Maria (org.). Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DAVIES, Nicholas (org.). Para além dos conteúdos no ensino de história. Niterói: EdUFF, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara. "Educação de jovens e adultos no Brasil: questões face às políticas públicas recentes" in *Em Aberto*. Brasília, ano 11, nº 56, out./dez. 1992.

FLEURI, Reinaldo Matias (org.). Educação intercultural. Mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da historia ensinada. Campinas: Papirus, 1993.

FORQUIN, Jean-Claude. "O currículo entre o relativismo e o universalismo". *Educação e Sociedade*, Dez 2000, vol.21, no.73, p.47-70.

FREIRE, Américo; MOTTA, Marly Silva da ; ROCHA, Dora. *História em curso: O Brasil e suas relações com o mundo ocidental.* São Paulo: Editora do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GERALDI, J. W. Linguagem e ensino. Exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1996

GNERRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

HADDAD, Sérgio. "A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB" in BRZEZINSKI, Iria (org). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1998.

KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula : conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa e SILVA, tomaz Tadeu da (orgs.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1995.

MURRIE, Zuleika de Felice (coord.). *Livro introdutório: Documento básico: ensino fundamental e médio.* Brasília: MEC: INEP, 2002. Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

______. História e geografia, ciências humanas e suas tecnologias: livro do professor: ensino fundamental e médio. Brasília: MEC: INEP, 2002. Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

. História e geografia: livro do estudante: ensino fundamental. Brasília: MEC: INEP, 2002. Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

. *História e geografia: livro do estudante: ensino médio.* Brasília: MEC: INEP, 2002. Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

NIKITIUK, Sônia (org.). Repensando o ensino de história. São Paulo: Cortez,1996.

PINSKY, Jaime (org.). O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1992.

PULASKI, Mary Ann Spencer. Compreendendo Piaget. Uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

SMOLKA, A. L. B. e GÓES, C. (orgs.). A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas: Papirus, 1993.

ZAMBONI, Ernesta (coord.). Caderno Cedes 10. A prática do ensino de história. São Paulo: Papirus, 1994.

Historiografia

ALENCASTRO, Luís Felipe de. O trato dos viventes: formação do Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasileira, 1985.

BARROS, José Flávio Pessoa de. O banquete do rei... Olubajé: uma introdução à música sacra afrobrasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Lisboa: Edições 70, 1982.

BOBBIO, Norberto, Matteucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco. *Dicionário de política*. Volumes 1 e 2. Brasília, D: Editoria Universidade de Brasília, 1992.

BOXER, C.R.. O Império colonial português (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1981.

BRAUDEL, Fernand. A Gramática das Civilizações. Lisboa: Editorial Teorema, 1989.

_____. Civilização material, economia e capitalismo – séc. XV- XVIII. Tomo II (o jogo das trocas). Lisboa: Cosmos, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CHOMSKY, Noam. Novas e velhas ordens mundiais, São Paulo: Scritta, 1996.

CASTRO, Celso. Os militares e a República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

COSTA, Emíla Viotti. Da Senzala à colônia. São Paulo, Difel, s.d.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 4 volumes.

FIORI, José Luís (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre á África e o Rio de janeiro: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).Rio de janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GOMES, Ângela de Castos; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

História da vida privada no Brasil. Direção de Fernando Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998, 4 volumes.

HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

______. Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOURANI, Albert. Uma História dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IBGE. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

MATTOS, Ilmar R. de. O tempo saquarema. São Paulo: Hucitec; Brasília, INL, 1987.

MATTOS, Ilmar R. de e GONÇALVES, Márcia de Almeida. O Império da boa sociedade. São Paulo: Atual, 1991.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Senac, 2000.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PANIKKAR, K.M. A dominação ocidental na Ásia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRIORI, Mary Del e VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SACHS, Ignacy; WILLEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Relações internacionais: dois séculos de História. Volumes 1 e 2, Brasília: IBRI, 2001.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Ed. UFRJ 2003.

SCHWARTZ. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

VILAR, Pierre. Iniciação ao vocabulário da análise histórica. Lisboa: João Sá Costa, 1985.

WEFORT, Francisco C. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense, 1984.

WESSELING, H.L. Dividir para dominar: a Partilha da África. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Revan, 1998.

GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Professores Especialistas Cesar Alvarez Campos de Oliveira Edson Soares Fialho Irene de Barcelos Alves Paulo Livio Pereira Pinto

INTRODUÇÃO

A elaboração do currículo de Geografia para o Ensino Fundamental do EJA baseou-se na necessidade de capacitar o aluno para que ele compreenda o mundo a partir da síntese dos processos naturais, culturais, históricos e sócio-econômicos, desenvolvendo uma visão crítica, que possa orientar sua atuação na sociedade de forma participativa e integrada com a modernidade.

Compreender que o exercício da cidadania está respaldado no sentimento de pertencer a uma realidade, que se insere nas relações entre a sociedade e a natureza, integrando todos os seus membros de forma responsável e comprometida com os valores humanísticos.

Abre-se, assim, a possibilidade para ações coletivas e individuais, propositivas e reativas, que busquem as melhorias das condições de vida, os direitos políticos e as transformações sócio-culturais como conquistas a serem democratizadas.

Ao selecionar os eixos temáticos que propiciem a análise do espaço geográfico, privilegiamos várias perspectivas, de forma a dar conta de diferentes escalas, que possibilitem o resgate da vivência cotidiana dos alunos, bem como a sua ampliação para realidades distantes e desconhecidas. A noção de escala geográfica é fundamental para a construção do raciocínio espacial, pois permite a compreensão de que os processos que ocorrem ao nível do bairro estão articulados e interpenetrados por aqueles que ocorrem na região, no território nacional e no espaço mundial.

Os alunos deverão compreender o mundo a partir do lugar em que vivem e, para tal, nada mais relevante do que o entendimento da realidade brasileira, vivenciada diariamente por eles. Conceitos como os de *Estado, Território, Urbano, Rural, Trabalho, Tecnologia, População, Povo, Cidadania...* podem ser construídos a partir do espaço vivido e, com as devidas mediações,

reconstruídos em outras escalas de abstração, para permitir, não apenas a compreensão de sua dinâmica evolutiva, mas também a consciência de que a comunidade local é parte integrante e participativa de conjuntos geográficos maiores.

Estes conhecimentos prévios contribuirão na análise, ampliação, sistematização e síntese, necessários ao processo de construção e reconstrução das noções e conceitos da Geografia. Por outro lado, a especificidade do curso, voltado para alunos de faixa etária distinta do ensino regular e já inseridos no mundo do trabalho, auxilia na reflexão dos temas abordados pela disciplina geográfica e estimula parcerias com outras disciplinas como: História, Língua Portuguesa e Biologia, por exemplo.

O projeto se fundamenta no reconhecimento da diversidade das situações reais, seja do ponto de vista da biodiversidade, seja da diversidade sócio-cultural dos alunos do curso.

Educar num mundo das diferenças, e não para a regularidade dos padrões, deve ser a meta e o desafio na construção de saberes e conhecimentos. Esse processo deve estar ancorado na utilização de diversos meios de aquisição das informações. A análise de imagens fotográficas ou vídeos, a leitura de jornais, revistas e textos literários, juntamente com outras fontes de pesquisa abre novas possibilidades de apresentação dos conteúdos da Geografia.

O estudo do meio, partindo da observação dos elementos construtivos da paisagem e suas referências com os processos sócio-culturais, propiciam análises e sistematizações que transformam conceitos espontâneos em conhecimento científico.

Cabe ao professor auxiliar os alunos na construção do raciocínio geográfico, refletindo sobre as informações, relacionando-as com seus espaços de prática social e construindo formas de atuação participativa na sociedade. Vale destacar a importância dos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento das habilidades cartográficas e de leitura de gráficos, instrumentos essenciais para a disciplina geográfica.

A utilização de linguagens diversas, como charges, gráficos, tabelas e mapas, entre outros, torna o ensino da Geografia mais dinâmico, animado e significativo para uma população que vive o mundo mediático da imagem e do som.

Além disso, ao valorizar outras formas de expressão, mais próximas da oralidade, característica dos alunos do curso de Educação de Jovens e Adultos, cria novas situações que possibilitem o reforço da leitura e produção escrita.

Por outro lado, não podemos perder de vista o papel essencial do professor no processo pedagógico de sensibilização, planejamento e execução, na medida em que este atua como agente orientador e interlocutor da relação do aluno com o mundo. Desta forma, valoriza-se a experiência acumulada na sua prática cotidiana de sala-de-aula, revestindo-a de um caráter dinâmico e mantendo-se em constante sintonia com as grandes questões do seu tempo.

Vejamos, então, como se desenvolve esta nova proposta curricular.

FASE V

Nesta fase o professor deve introduzir a Geografia como possibilidade de leitura e compreensão do mundo. Esta leitura viabilizará a conquista dos lugares como conquista da cidadania, através do estudo relacional entre a sociedade e a natureza, onde as questões sócio-ambientais ganham ênfase nas mais variadas formações espaciais. Fortalecendo a leitura e compreensão do mundo, a alfabetização cartográfica dará ao aluno o instrumental básico do mapeamento para a crítica da realidade (vivida), nas mais diferentes escalas. Através do entendimento da organização política e territorial no espaço, agentes diversos serão descortinados e a realidade poderá ser compreendida nas mais diversas dimensões.

Eixos temáticos

Espaço Geográfico e Sociedade: diferentes modelos de sociedade, de organizações sociais e de bases técnico-produtivas

Atendendo as especificidades de um currículo de Geografia para o curso de Educação de Jovens e Adultos esta fase retoma e aprofunda os conceitos fundamentais do saber geográfico, assim como o instrumental básico cartográfico.

A partir do estudo comparativo de diferentes modelos de sociedade, com organizações sociais e bases técnico-produtivas distintas, é possível compreender a criação do espaço geográfico como fruto de uma produção coletiva, permitindo ao aluno fazer uma leitura do mundo e de suas contradições.

Neste momento inicial, de contato mais direto com a disciplina Geografia, será priorizada a construção de conceitos, entendida como processo de formação de uma consciência geográfica, que irá permitir, ao aluno-cidadão, a leitura do espaço geográfico.

Tendo como objetivo maior entender os processos de formação territorial que conformaram a atual estrutura dos Estados Nacionais, é necessário resgatar, em diferentes tempos e diferentes espaços, as distintas formas de organização social e suas respectivas interações com a natureza, dadas, em grande medida, pelo uso de técnicas específicas de cada sociedade. Surge, portanto, como tema prioritário, a questão da racionalidade da produção e do consumo de bens, assim como a sua interferência nos processos da dinâmica da natureza. Com isso, serão desvelados "problemas" que se constituirão em temas de estudo da nossa disciplina.

Para tanto, será necessário, inicialmente, destacar que a natureza tem uma dinâmica própria, anterior a existência do homem e, na tentativa de não abordar de forma não relacional a dicotomia existente entre os aspectos físicos e os aspectos naturais, será priorizado o estudo, ainda que introdutório, das questões ambientais de ordem local, nacional e global.

Representação do Espaço: o instrumental cartográfico

A importância do aprendizado cartográfico no contexto sócio-cultural da sociedade moderna não se limita à finalidade escolar; representa sim, a aquisição um modelo de comunicação essencial à vida cotidiana moderna. Ao utilizar-se de um sistema semiótico complexo para decodificar as informações contidas em mapas e cartas se apropria de uma linguagem que possibilita a representação e expressão dos fenômenos sócio-espaciais, relacionados à realidade próxima ou ainda pertencentes a espaços mais amplos e distantes.

A partir dos tópicos estudados até o momento, onde os processos da dinâmica social e natural foram introdutoriamente estudados, faz-se necessário compreender como o resultado destas dinâmicas espaciais são (e podem ser) representadas.

Inicia-se, assim, o trabalho com a linguagem cartográfica, trabalho este que requer o uso de metodologias de ensino capazes de desenvolver a capacidade do aluno de ler e compreender as diferentes formas de representação da realidade. Neste sentido, o mapa, assim como os elementos que o compõem, não deve ser entendido apenas como uma ilustração, mas como um instrumento que permite que o aluno tenha um domínio espacial, o que o torna capaz de realizar a síntese dos fenômenos que ocorrem no espaço.

Sempre priorizando os processos de construção do conhecimento (e não o da simples transmissão), este trabalho exige a realização de várias atividades práticas de confecção, análise e interpretação das diferentes formas de representação simbólica do espaço geográfico - plantas, mapas, globo, maquetes -, assim como de sua linguagem - legendas, convenções, escalas, diferentes tipos de projeções - para que, a partir daí, o aluno tenha autonomia e seja capaz de realizar relações possíveis entre diferentes mapas e possa melhor pensar e compreender o espaço.

Organização Política do Estado: estrutura e formação do território

Nas últimas décadas, vem se destacando no ensino da Geografia os temas relacionados ao papel do Estado, com suas diferentes modalidades e capacidade de intervenção no espaço geográfico. Como o espaço é a base material do exercício do poder do Estado, que pressupõe a delimitação de um território, sobre o qual exerce seu direito de soberania, é necessário a compreensão do Estado Moderno, quanto as suas origens, estrutura e funções.

O Estado Moderno resulta de uma construção política, social e cultural e exerce suas atividades políticas, jurídicas e administrativas através de uma organização territorial hierarquizada, em níveis locais, regionais e nacionais.

O entendimento quanto à forma como o poder político se distribui entre Estado e sociedade e no interior do Estado, possibilita ao aluno uma reflexão crítica e a elaboração de um discurso político sobre sua intervenção no espaço, contribuindo para a sua atuação enquanto cidadão.

Dando continuidade à idéia de construção de conceitos, neste momento será priorizado, tomando-se como base concreta o caso brasileiro, o entendimento da estruturação da divisão político-administrativa do país, com suas esferas de poder federal, estadual e municipal.

Para que o aluno possa vir a ter uma inserção social, como cidadão participativo, é necessário compreender as diferentes esferas de atuação política que definem, legalmente, as possibilidades de tomada de decisões. Conceitos como os de *nação*, *estado-nação*, *país*, *estado*, *território*, *fronteiras*, *municípios*, *distritos*, *cidade*, *vila*, *urbano e rural*, entre outros, são de fundamental importância para uma compreensão e atuação política e social consciente.

Relação Sociedade-Natureza: questões ambientais

Dentre os objetivos atuais do ensino da Geografia escolar estão:

- a reflexão quanto ao uso dos recursos naturais e o aprofundamento do compromisso quanto a sua conservação e preservação
- a construção de referenciais que possibilitem a atuação individual e coletiva frente às questões sócio-ambientais no espaço de vivência dos alunos ou em espaços mais distantes.

É importante destacar que apesar da universalização dos valores ocidentais, que percebem a natureza, exclusivamente, como fonte de recursos a serem transformados a partir do trabalho humano, não se pode desconsiderar as demais visões, referentes à transformação da natureza, presentes em outras culturas, onde a natureza assume valores distintos se apresentando, até mesmo, de forma sacralizada. Com isso estaríamos retomando o eixo temático inicial da fase.

FASE VI

Dando continuidade ao desenvolvido na fase anterior, mantém-se o eixo de leitura e compreensão do mundo a partir da compreensão do lugar de vivência do aluno: o território nacional. Para tanto, entender a dinâmica da natureza no espaço brasileiro possibilitará ao aluno compreender parte da estrutura que dá suporte à formação da identidade nacional. E neste espaço que atuam e interagem as organizações sociais, ambientais e políticas que caracterizam o país. Levando em consideração as dimensões do território brasileiro, sua pluralidade étnica e seus processos de organização social, respeitadas as diferentes relações existentes entre sociedade e natureza, os alunos estarão entendendo os processos que irão resultar na estruturação dos diferentes complexos regionais (identificadores das diferentes paisagens) que compõem a realidade nacional.

Eixos temáticos

Brasil: dinâmica da natureza e sua dimensão sócio-ambiental

Apesar da Natureza ser vista como uma fonte de recursos, fruto de um processo de formação histórico, decorrente do modo de exploração portuguesa, que acreditava na sua inesgotabilidade, hoje, se faz necessário mudar essa concepção em razão dos sinais de esgotamento. Esses sinais, presenciados por meio das marcas deixadas na paisagem, tais como desmatamento, erosão, enchentes, dentre outras, geram repercussões, não apenas para os ciclos da natureza, mas também para os grupos sociais que vivem sobre esse espaço, muitas vezes utilizado de forma equivocada, mesmo que essa utilização possa trazer benefícios econômicos momentâneos ao país.

As formas de utilização dos recursos naturais pela sociedade podem minimizar os abismos sociais ou aprofundá-los. É importante ressaltar que o conceito de qualidade de vida nas sociedades modernas não se restringe ao poder aquisitivo de seus indivíduos, mas também engloba aspectos que interferem no seu bem-estar, como a beleza cênica e a qualidade do seu ambiente de vida.

Refletir sobre essa questão na Escola, tendo como base a dinâmica da natureza e a relação sociedade-natureza, auxilia na retirada do véu que dificulta o entendimento dos desequilíbrios e desastres naturais, que muitas vezes têm suas causas nas formas de exploração da natureza.

O aluno, com isso, deixa de ser um agente passivo, tornando-se sujeito de sua história cotidiana. Sendo capaz de compreender o que ocorre a sua volta, se tornará um cidadão lúcido e crítico, o que, por conseguinte, pode gerar um movimento de organização e melhoria do seu entorno.

Identidade Nacional e Formação do Povo Brasileiro: os povos ameríndios, africanos e europeus

A formação da identidade de um país é construída por meio de um conjunto de características, que vão da culinária à música, passando por vários outros elementos. Quando se procura essa identidade do povo brasileiro, é preciso buscar suas raízes históricas nas várias culturas que compõem esse processo de formação da nacionalidade brasileira. Do contato dos povos ameríndios com os europeus e posteriormente com os africanos, surge um povo com características peculiares, que mostram, no seu cotidiano, fragmentos dessas culturas que constituem, no todo, a nossa singularidade. Nesse sentido, deve-se valorizar e demonstrar onde e como esses elementos se encontram e quando se manifestam no espaço.

Muitas manifestações culturais exemplificam essa situação e podem ser resgatadas e trabalhadas em sala de aula. Por exemplo, o sincretismo religioso presente em nossa sociedade, onde os santos católicos servem também de referência às religiões afro-brasileiras. Outro exemplo está relacionado às diferenças regionais, onde é possível perceber, nas manifestações tradicionais

locais, as influências culturais variadas, sejam elas no aspecto linguístico, no modo de morar, de cultivar a terra, de se relacionar com a natureza ou de festejar suas datas rituais. A valorização e o respeito à diversidade cultural devem fazer parte da prática cotidiana dos membros desta sociedade, sendo o espaço escolar essencial para o exercício desta prática.

Identidade Nacional e Fronteiras: formação do território nacional

As fronteiras políticas nacionais delimitam um espaço de exercício do poder, baseado em normas que regulam os direitos e deveres da cidadania. Entretanto, a criação das fronteiras políticas, que são sempre construções humanas, está inserida em um contexto sócial-político, histórico e em determinadas conjunturas econômicas, refletindo assim o caráter dinâmico da sociedade a qual se refere.

A apresentação dos conteúdos relativos à organização do território brasileiro engloba diferentes aspectos que compõem a realidade nacional: sociais, ambientais, políticos, econômicos etc. Se muitas vezes estes assuntos são organizados de forma separada, de modo a facilitar o trabalho em sala de aula, não podemos perder de vista a sua totalidade e suas referências com as práticas cotidianas.

A compreensão dos distintos momentos de configuração das fronteiras nacionais e organização do território brasileiro possibilitará ao aluno se posicionar criticamente frente às interferências espaciais protagonizadas por diferentes agentes, como grupos empresarias e elementos do Estado. Por exemplo: a instalação de uma indústria poluidora em seu município ou a emancipação política de um distrito.

A Organização Regional Brasileira

Neste tópico, a partir dos conteúdos trabalhados anteriormente, quanto à formação e organização do território e da sociedade brasileira, é pertinente se trabalhar com diferentes possibilidades de regionalização do território nacional.

A análise geográfica do espaço brasileiro pressupõe diferentes recortes, ou seja, delimitações de determinadas extensões territoriais, possibilitando o entendimento das diferentes formas de organização do território brasileiro. Ao se fazer diferentes recortes do espaço geográfico, a partir de critérios de divisão espacial que estabeleçam alguma forma de identidade, surgem diferentes possibilidades de regionalização do território brasileiro.

A compreensão dos agentes envolvidos e da conjuntura sócio-política que os gerou, possibilita uma visão crítica quanto aos objetivos e interesses presentes neste processo. Também permite reconhecer e analisar as desigualdades regionais, propiciando a discussão da situação específica do Estado e da Região do aluno em face do quadro geral do país.

Entretanto, não se pode perder de vista as formas de articulação desses espaços regionalizados, entre si e no âmbito nacional. É necessário apresentar os diferentes sistemas de produção

e distribuição de bens e serviços, inclusive os de atuação estatal, tais como comunicação, transportes, energia, saúde e educação, entre outros, e mostrar como eles organizam o espaço brasileiro, na medida em que se somam e interagem entre si.

FASE VII

Após conhecerem as estruturas sócio-econômicas e ambientais brasileiras, o aluno vislumbrará um novo cenário de relações entre o país e o mundo por meio de identidades, interações, articulações e organizações diversas, mais complexas e de maior abrangência. Isto possibilitará a ele compreender a realidade nacional não apenas como reflexo de processos internos à sociedade nacional, mas também como expressões de dinâmicas extraterritoriais que afetam o seu cotidiano. No atual contexto mundial de Globalização, agentes (sociais, políticos e econômicos) interagem mais intensamente definindo projetos mundiais que interferem nas dinâmicas locais. Daí a importância do entendimento das relações internacionais, a partir do Brasil.

Eixos temáticos

Brasil no Contexto Mundial: sociedade, economia e geopolítica

A temática Brasil vem sendo relegada a um segundo plano, onde as questões espaciais mundiais, principalmente em torno dos temas "regionais do mundo", continuam atreladas a uma visão fragmentada e meramente ilustrativa sobre povos, países, culturas, economias e aspectos físicos descolados da realidade dos alunos.

Ao enfatizar o Brasil nos temas mundiais, os alunos poderão entender o importante conceito de rede, que se amplia na medida em que as relações entre as sociedades, economias, políticas regionais... têm fortes impactos espaciais (no país e no mundo), estabelecendo novas formas de territorialização e que aproximam o Brasil tanto dos seus vizinhos (e aí a caracterização identitária é fundamental) como das regiões e sociedades mais distantes, trazendo para o cotidiano desse aluno questões comuns na esfera social, ambiental, política, econômica e territorial que afetam quase todos os povos do planeta atualmente.

Brasil: inserção no espaço latino-americano (regionalizações político-territoriais)

Neste momento da formação dos alunos, deve-se levar em consideração a consolidação de sua identidade sócio-política e territorial, através do conhecimento de processos históricos e formativos no continente americano. Alguns elementos de identidade, explicitados no âmbito espacial, sociológico, econômico e cultural, serão enfocados como expressões da unidade dos povos de língua latina, através de acordos diversos que reforçam a necessidade de criação de

redes de "solidariedade" (políticas, econômicas e sociais) capazes de ampliar as relações do Brasil com o continente americano como um todo.

Brasil: integração supranacional (MERCOSUL, ALCA, UNIÃO EUROPÉIA, NAFTA)

Caracterizadas as relações do Brasil no conjunto americano, a fase posterior será a de identificar e analisar estratégias do país e demais países americanos para a consolidação nacional através das organizações supranacionais.

O modelo de regionalização econômica, tão em voga hoje nos espaços mundiais, deverá se entendido e concebido partindo-se do pressuposto de que o Brasil, frente à sociedade continental e mundial, vem ocupando um papel de destaque, com sua organização própria e estratégias específicas que se complementam e associam com outros modelos, ao mesmo tempo em que divergem e se chocam com outros.

Os modelos de organização regional ultrapassarão os limites continentais e trarão, para os alunos, a condição de perceberem que as mesmas dinâmicas que ocorrem "aqui" (e seus reflexos) ocorrem também em "espaços distantes", tornando o "longínquo" mais próximo da realidade vivenciada por eles.

Brasil: articulações internacionais (África, Ásia, Europa, Oceania e Antártida)

Entendidas as particularidades que caracterizam as redes formadas entre o Brasil e os países americanos, outras dimensões espaciais serão estabelecidas, possibilitando entender como se dão as relações entre o país e as sociedades do planeta.

Ampliando cada vez mais a compreensão de um conjunto planetário, articulado e inteligível através das possíveis proximidades com o cotidiano vivido, as questões de ordem sociais, ambientais, de identidade étnico-cultural, de trocas comerciais, geopolíticas, dos fluxos demográficos, dentre outras, possibilitam o entendimento do Brasil no mundo.

Brasil: organizações mundiais (ONU, FMI, OMC, OEA, ONGs, ...)

Finalizando a série, as formações sociais, políticas, econômicas e militares do planeta serão reforçadas como sendo esforços nacionais, supranacionais e/ou sociais de organização do poder no mundo.

O Brasil, como semiperiferia emergente, passa atualmente a ser visto como um Estado Nacional que reorienta o seu poder diante dos outros países do continente e do mundo e participa cada vez mais de organizações que interferem no cotidiano das suas relações internas e externas, o que influencia o país com mudanças de estratégias econômicas, sociais e políticas.

Ao entender o papel desses organismos, os alunos poderão compreender e posicionar-se frente às decisões tomadas pelos governos.

FASE VIII

Finalizando o momento de formação fundamental, a série contemplará a abordagem das funções das nações no contexto global, a partir de um recorte temporal de contemporaneidade nos séculos XX e XXI. Ao entender os papéis desempenhados pelos diferentes países na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), os alunos compreenderão como o processo de definição das redes mundiais e suas funcionalidades afetam a geopolítica mundial e estabelecem centros de comando e subordinação em vários níveis e em diferentes escalas. Transferindo conhecimentos já adquiridos, os alunos serão capazes de estabelecer as dimensões do poder na esfera sócio-ambiental, um dos pontos mais relevantes, hoje, nas articulações estabelecidas entre agentes e atores no palco planetário.

Eixos temáticos

A divisão internacional do trabalho

Em Geografia, quando se considera que vivemos num planeta onde predominam as relações comerciais entre nações com diferentes graus de desenvolvimento sócio-econômico, isto é: nações modernas e tradicionais, resultantes de um processo de caráter mundial de grande interdependência que foi, paulatinamente, se estabelecendo no mundo, principalmente a partir do século XVI, chegamos no momento de trabalhar com os alunos a organização do espaço mundial.

Para que se entenda essa organização, existem várias formas de analise, estando as mais frequentes - *Primeiro Mundo, Segundo Mundo e Terceiro Mundo; Subdesenvolvimento, em desenvolvimento e desenvolvimento* — atualmente ultrapassadas, não por seu teor conceitual, mas por não darem mais conta do dinamismo estabelecido pelas diversas redes de fluxos das mais diferentes naturezas existentes no mundo atual, onde entendemos que há elementos de centralidade na periferia e elementos periféricos no centro.

A Geografia Política é o ramo da Geografia preocupada com o estudo das relações entre política (a ação do Estado, por exemplo) e o espaço geográfico. Ela se diferencia da Geopolítica, que é uma prática estratégica realizada pelos Estados nacionais, utilizando os territórios como instrumento de dominação. A compreensão da Divisão Internacional do Trabalho possibilita tanto o estudo das partes, com suas particularidades, como do todo que forma o sistema-mundo.

As Periferias e Semiperiferias

A Divisão Internacional do Trabalho que se estabelece, a partir do século XVI, articulando os diferentes espaços mundiais pela lógica dos interesses econômicos, vem se reformulando, constantemente, até os dias atuais. Primeiramente, em um ambiente mercantilista, iniciaram-se as relações Centro-Periferia, em que o modelo civilizatório europeu (Centro) se estabeleceu com primazia sobre as organizações societárias de outros povos e dos seus modelos de produção, consumo e relação com a natureza (na América, África, Ásia e Oceania). Essa supremacia européia definiu papéis produtivos e funcionais que estruturam a formação dos inúmeros Estados nacionais existentes atualmente no planeta, ao mesmo tempo em que os articulou num sistema-mundo em que as funções e os papéis dessas áreas mudam de acordo com as transformações internas dos países e do próprio sistema. Periferias tornam-se Semiperiferias, e estas podem retroceder ao estágio anterior, a partir de novas conjunturas do poder geopolítico planetário. O Brasil, de país periférico no sistema, desde a sua formação no século XIX, passou à condição de Semiperiferia, no século XX, a partir de condições específicas que são inerentes ao país. Isto se repetirá em diferentes escalas e lugares, reorganizando o sistema, no tempo e no espaço.

As Centralidades

As nações que assumem características de centralidade são sociedades capitalistas modernas onde se originaram e se originam a maior parte da modernização e assumem a condição de comando das redes mundiais de produção, de tecnologia, de informação e de controle financeiro.

Dinâmica da Natureza e sua dimensão sócio-ambiental: África; Europa; Ásia; Oceania; América

As relações da Natureza e suas interfaces com a organização e produção do espaço geográfico devem ser desenvolvidas de modo a procurar valorizar a discussão da importância dos estudos da natureza no interior das sociedades, procurando demonstrar que na produção do espaço geográfico os elementos naturais foram condicionantes importantes, mas que seu papel explicativo da totalidade de nosso objeto de estudo vem se reduzindo, à medida que a capacidade de transformação dessas condições pelo ser humano aumenta com o desenvolvimento tecnológico.

Assim, o espaço geográfico nas sociedades modernas centrais, periféricas e semiperiféricas têm sua configuração básica atual determinada pela ação humana e suas tecnologias.

No âmbito dos estudos geográficos, os aspectos físicos abordados pela Geografia permanecem atuais, não mais como elementos que devam ser utilizados para descrever e caracterizar uma

certa localidade, mas como instrumento de entendimento e compreensão dos limites dos processos de ocupação e transformação do espaço geográfico.

Por essa razão, deve-se optar por examinar os processos naturais que ocorrem no espaço, do ponto de vista de seu funcionamento dinâmico. Para tanto, propomos o *modelo sistêmico*, que parte do princípio de que os elementos naturais estão integrados, repercutindo uns sobre os outros, dividindo, para efeitos didáticos, os grandes sistemas naturais (clima, solo, vegetação, relevo e hidrografia) continentais, porém trabalhando-os de forma articulada.

Nesse sentido, discutir as relações do homem com a Natureza, do ponto de vista das repercussões no espaço e suas conseqüências para o desenvolvimento sócio-econômico, torna necessário valorizar as complexas relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza. Desta forma, podem ser abordadas as questões ambientais, destacando a crítica feita às sociedades modernas, que impõem um padrão tecnológico "único" em dissonância com as condições naturais das diversas regiões do planeta.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosângela Doin. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto,1998.

CARLOS, Ana Fani de A. (org.) A geografia na sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTRO, Iná Elias. (org.) Geografia Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto L. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Rogério Haesbaert. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura - as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LACOSTE, Yves. A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

MARTINELLI, Marcelo. Gráficos e mapas: construa-os você mesmo. São Paulo: Moderna, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais. Geografia – 3° e 4° ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

MORAES, Antonio Carlos R. Ideologias geográficas - espaço, cultura e política no Brasil, São Paulo: Hucitec, 1991.

______. Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. "Situação e tendências da geografia" in: OLIVEIRA,

Ariovaldo U. (org) Para onde vai o ensino de geografia? São Paulo: Contexto, (Coleção Repensando o Ensino), 1989.

PEREIRA, Diamantino. "Geografia escolar: uma questão de identidade". In: Cadernos CEDES - Ensino de Geografia. Campinas: Papirus, n. 39, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova - da crítica da Geografia à uma Geografia crítica. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. "Espaço, mundo globalizado, modernidade" in: SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo-globalização e meio técnio-científico informacional. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

SIMIELLI, M. Elena Ramos. "Cartografia no Ensino Fundamental e Médio". In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). A Geografia na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VESENTINI, José. William. "O Novo Papel do Ensino da Geografia na Época da Terceira Revolução Industrial". In: Terra Livre, São Paulo: AGB, n. 11-12, ago 92-ago 93.

VESENTINI, José William (org.). "Realidades e perspectivas do ensino de geografia no Brasil", in: VESENTINI, J. W. O Ensino de Geografia no Século XXI. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VLACH, Vania R. F. "Fragmentos para uma discussão: método e conteúdo no ensino da geografia de 1º e 2º graus" in: VLACH, V. O ensino da geografia em questão e outros temas, Terra Livre 2, São Paulo: Marco Zero, julho/1987.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EQUIPE

EQUIPE

Direção de projeto

Ângela Rocha dos Santos Instituto de Matemática e Decania do Centro de Ciências

Matemáticas e da Natureza da UFRJ

Supervisão geral

Luiz Carlos Guimarães Instituto de Matemática da UFRJ

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Coordenação Geral

Cloves de Bittencourt Dottori UFRJ e CEDERJ

ÁREA DE LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS

Coordenador

Agostinho Dias Carneiro, Doutor UFRJ

Língua Portuguesa/Literatura Brasileira

Agostinho Dias Carneiro, Doutor UFRJ
Andre Crim Valente, Doutor UERJ
Antonio Sergio Ramos Teixeira SEE

Liliane Machado Colégio Pedro II Silvana Martins Bayma, Mestre Colégio Pedro II

Violeta Virginia Rodrigues, Doutor UFRJ

Língua Estrangeira - Inglês

Sonia Zyngier, Doutor UFRJ

Evelyn Judith Kirstein, Doutor UFRJ e SEE

Língua Estrangeira - Espanhol

Nidia Coelho SEE
Talita Barreto de Aguiar, Mestre FAETEC

Educação Artística

Andrea Penteado de Menezes, Mestre EAC
Daniel Fils Puig, Mestre CAp/UFRJ

Educação Física

Monica Maria Tancredi Coelho EAC Miguel Angelo da Luz EAC

ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMATICA

Coordenador

Luiz Otavio Teixeira Mendes Langlois, Mestre UFRJ

Matemática

Fernando Celso Villar Marinho
CAp/UFRJ
Francisco de Assis Linhares da Silva
CAp/PUC-RJ
Lilian Karan Parente Cury Spiller, Mestre
CAp/UFRJ
Luciana Coelho Tocantins, Mestre
SEE
Marcelo de Sa Correa
CEAT
Rita Maria Cardoso Meirelles
CAp/UFRJ

Biologia/Ciências

Elci Oliveira Sampaio de Souza SEE
Murilo Martins Jordao SEE
Sebastiao Rodrigues Fontinha Filho SEE

Sergio Escarlate, SEE

Química

Inah Brider CEDERJ Isabela Ribeiro Faria CEDERJ

Física

Hugo Santos Martins PinheiroSEEJose Luiz Correa VieiraSEEMiguel Arcanjo FilhoSEE

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Coordenadora

Rosalina Maria Costa, Mestre CAp/UFRJ

Filosofia

Alexandre Jordao Batista, Mestre CAp/PUC-RJ
Filipe Ceppas de Carvalho e Faria, Mestre PUC-RJ

Sociologia

Angela Maria de Randolpho Paiva, Mestre PUC-RJ Maria Regina de Castro Rabelo de Carvalho, Mestre, UFRJ

História

Americo Oscar Guichard Freire, Doutor
Cinthia Monteiro Araujo
Cap/UFRJ
Fabio Garcez de Carvalho
Cuiz Resnik, Doutor
UERJ
Marcia de Almeida Goncalves, Doutor
CAp/UFRJ
UERJ

Geografia

Cesar Alvarez Campos de Oliveira, Mestre CAp/UFRJ Edson Soares Fialho SEE Irene de Barcelos Alves CEFET-RJ Paulo Livio Pereira Pinto CAp/UFRJ

Secretaria

Lucia Helena Correa Manso UFRJ

PROJETO GRÁFICO

Capa

Duplo Design

Diagramação

Aline Santiago Ferreira Duplo Design Marcelo Mazzini Coelho Teixeira Duplo Design Thomás Baptista Oliveira Cavalcanti tipostudio